



João Batista Pereira da Silva

**A importância da mobilização
comunitária no enfrentamento da
questão do lixo no Morro dos Prazeres**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof^a. Valéria Pereira Bastos

Rio de Janeiro
Julho de 2016



João Batista Pereira da Silva

**A importância da mobilização
comunitária no enfrentamento da
questão do lixo no Morro dos Prazeres**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Valéria Pereira Bastos

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª Nilza Rogéria de Andrade Nunes

PUC-Rio

Profº Marcio Rodrigo Vale Caetano

Universidade Federal do Rio Grande

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

João Batista Pereira da Silva

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), em 2009. Desenvolve projetos junto a organizações de base comunitárias com experiência em favela, direitos humanos, promoção da saúde, questão urbana, questões socioambientais e estratégias participativas de mobilização comunitária. Trabalhou como Assistente Social na empresa Instituto de Estudos da Religião - ISER, atuando no Programa Justiça Comunitária do Ministério da Justiça, com ações em mediação comunitária de conflitos. Atualmente presta assessoria técnica à Rede Nacional de Comunidades Saudáveis pela empresa Cedaps Brasil e Compõe a Comissão de instrução de Processos Éticos do CRES/RJ.

Ficha Catalográfica

Silva, João Batista Pereira da

A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres / João Batista Pereira da Silva; orientadora: Valéria Pereira Bastos. – 2016.

149 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Favela. 3. Questão urbana. 4. Lixo. 5. Mobilização Comunitária. 6. Participação. I. Bastos, Valéria Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Aos moradores do Morro dos Prazeres, ao meu marido e companheiro Cláudio Nascimento, à minha mãe, aos meus filhos Agenor Junio e Alex Yuri, aos irmãos Thomas Guder, Márcia Barbosa e à minha avó Maria de Nazaré Lima – a velha Zaé – (*in memoriam*), que viu e apoiou o início deste projeto.

Agradecimentos

Este trabalho só se constituiu em realidade por conta da participação e do apoio de inúmeras pessoas que, das mais variadas formas, cooperaram, para sua realização. Mesmo com a possibilidade de cometer injustiças, atrevo-me a agradecer, nestas poucas linhas, pessoas e instituições que deram a sua contribuição.

À Valéria Pereira Bastos, pela sua orientação firme e postura doce que me centralizou nos momentos de meus arroubos de pesquisador iniciante e me instrumentalizou com provocações que estimularam a reflexão e um olhar de um observador. À ela o meu carinho e admiração.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, aos quais eu faço questão de citar nominalmente: Márcio Eduardo Brotto; Rafael Soares Gonçalves, Andréia Clapp Salvador; Inez Terezinha Stampa e Valéria Pereira Bastos, que participaram diretamente nesta minha construção de continuidade no campo acadêmico. Aos professores Antônio Carlos Oliveira, Irene Rizzini e Ariane Rêgo de Paiva, que mesmo não tendo tido aula com eles, pude, em muitos momentos das atividades acadêmicas, estar em espaços de troca muito produtivos. Estendo este agradecimento a todo o Departamento de Serviço Social, equipe de professores e técnicos, aqui, especialmente Luiza Helena Nunes Ermel, que sempre nos atendia com um sorriso suave que passava calma e a Joana Maria Félix, que com atenção, sem igual, me deu suporte nos mais variados momentos desta trajetória da formação.

À professora Nilza Rogéria de Andrade Nunes, minha professora desde a graduação, na qual foi minha orientadora na monografia e da qual herdei o desejo de trilhar a questão dos espaços de favela no exercício profissional e nos estudos acadêmicos. No mestrado, pude permanecer em contato com seus ensinamentos na discussão do exercício da docência e a honra de tê-la como parte da banca examinadora deste trabalho.

Ao professor Márcio Rodrigo Vale Caetano, que aceitou prontamente, desde a qualificação, o convite para compor a banca deste trabalho, e que não mediu esforços para se fazer presente.

Ao CNPq e à Capes pelo apoio financeiro concedido.

À minha sempre professora, madrinha e amiga, Maria Cristina Salomão Almeida, fonte de eterna inspiração em meus caminhos desde o princípio da profissão e que sempre me munuiu de perspectivas críticas do papel do Serviço Social.

À Lúcia de Fátima Oliveira Cabral, companheira de campo e atuação, no Complexo do Alemão, inspiração para o meu caminhar nos estudos sobre a favela.

Ao Centro de Promoção da Saúde – Cedaps, à toda equipe, especialmente à direção desta Instituição, as senhoras Kátia Edmundo, Wanda Guimarães e Maria do Socorro Vasconcelos, que não mediram esforços para disponibilizar dados, informações e apoio na articulação com o campo desta pesquisa, sem as quais não seria possível a sua realização.

À Zoraide Gomes, a nossa Cris dos Prazeres, que foi a minha embaixadora no campo de pesquisa. Com ela fui apresentado ao território, às lideranças, moradores e parceiros do PROA / Reciclação.

Aos moradores do Morro dos Prazeres, deixo o meu agradecimento pela colaboração com este trabalho.

Aos colegas do mestrado, com os quais pude recarregar as baterias e manter a motivação para seguir os caminhos desta pesquisa. Cito especialmente a Livia Ribeiro Viana e Maria Isabel de Carvalho, que estiveram mais próximas, na mesma linha de pesquisa.

Ao Irapoan Nogueira filho, amigo de longas datas e parceiro de trocas que muito corroborou para este trabalho.

Ao Thomas Guder e Márcia Barbosa, irmãos que a vida me trouxe e que me deram um suporte todo especial em todos os momentos desta caminhada.

À Humberto Amaral e Isolda Amaral, sobrinho e cunhada, parte importante de minha família eleita, torcedores contumazes, sempre presentes e acreditando que seria possível.

À minha mãe Luzia Lima Aguiar da Silva, que dormiu noites em filas de escolas para que eu tivesse acesso à formação, acreditando que o caminho do saber era o instrumento para a emancipação e crescimento.

Aos amigos que compreenderam a minha ausência neste período e que continuam parceiros na caminhada da vida, para representá-los, trago Edilene Almeida, que muito cooperou.

Aos meus irmãos, que sempre torceram pela minha vitória. Em especial Luzana Pereira da Silva e Luzineide Pereira da Silva Oliveira, sempre preocupadas comigo, acompanharam este percurso de perto, mesmo estando distantes.

Ao meu filho Agenor Junio Pereira da Silva, que tem se estimulado com os meus estudos.

Ao meu filho caçula, Alex Yuri Silva Oliveira, a alegria de nossa casa, pelo suporte para que eu tivesse conforto nos momentos de produção.

Ao Claudio Nascimento Silva, meu marido, todos os elogios seriam pouco, pois com a sua paciência e sua doce radicalidade conseguiu me trazer ao eixo e me fez ver que seria possível. Ele se constituiu num baluarte e um porto seguro no qual encontro calma para repousar nos tempos de tempestades.

Resumo

Silva, João Batista Pereira da; Bastos, Valéria Pereira. **A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres**. Rio de Janeiro, 2016. 149p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo central compreender qual é a importância da *mobilização comunitária ocorrida no Morro dos Prazeres no enfrentamento da questão do lixo em favela*. Para tanto nosso estudo buscou caracterizar qualitativamente os aspectos relevantes que orientaram a prática que vem sendo implementada pelos moradores. Trata-se de um estudo de caso realizado no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, RJ, que em abril de 2010 sofreu um desastre natural e, desde então, enfrenta as pressões para remoção total de seus habitantes e a ausência efetiva de ações preventivas das autoridades governamentais, por estarem em reconhecida área de risco, tendo o lixo sido arrolado como fomentador dos desastres. O método realizado para caracterização da mobilização comunitária na referida localidade deu-se por dois âmbitos: 1º) Uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de textos veiculados em jornais, revistas e demais meios de comunicação, documentos públicos e privados, laudos técnicos já produzidos a que tivemos acesso, para termos uma visão geral do panorama socioambiental, geológico e das suscetibilidades deste território de ser acometido de novos desastres; e 2º) o uso da metodologia de pesquisa participante e escuta ativa, com entrevistas e encontros nos “cafés com conversa”, oficinas, além de diálogos informais com os moradores. O que nos possibilitou fazer um do histórico da mobilização social no Morro dos Prazeres e do quanto ela colabora para as estratégias destes sujeitos sociais para o enfrentamento da questão do lixo e para as lutas por soluções que se estabeleceram como alternativas à remoção. Descobrimos, assim, que a mobilização comunitária é uma prática histórica no Morro dos Prazeres. Ela acontece desde a sua formação nos anos de 1940, e se dá a partir da troca com as culturas e saberes entre os seus moradores e seus apoiadores externos. Essa descoberta desconstrói a nossa indagação inicial de que os parceiros externos que hoje atuam no território, na condução de um projeto de reciclagem do

lixo com a educação ambiental, teriam tido papel preponderante na construção da mobilização que hoje existe no enfrentamento da questão do lixo.

Palavras-chave

Favela; Questão urbana; Lixo; Mobilização Comunitária; Participação.

Abstract

Silva, João Batista Pereira da; Bastos, Valéria Pereira (Advisor). **The importance of community mobilization in tackling the waste issue in the Morro dos Prazeres**. Rio de Janeiro, 2016. 149p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This paper aims to qualitatively characterize aspects of community mobilization in tackling the issue of waste in slums. This is a case study carried out in Morro dos Prazeres, in the Santa Teresa neighborhood in Rio de Janeiro - RJ, which suffered a natural disaster in April 2010, and since then, due to the lack of effective preventive actions by government authorities, faces the pressure of total removal of its inhabitants because they are in a recognized risk area. Garbage waste has been enrolled as a developer of such disasters. The method performed to characterize the community mobilization at this location was given two aspects: 1) A bibliographic and documentary research through texts published in newspapers, magazines and other communication media, public and private documents as well as technical reports already available that we had access to, having an overview of the environmental landscape, geological and vulnerability of this area to be affected by new disasters; 2) Making use of participatory research methodology and active listening, , carrying out interviews and meetings in the "chat-and-coffee" workshops as well as informal conversations with the locals. These techniques enabled us to obtain information about the history of social mobilization at Morro dos Prazeres, about how much it contributes to the strategies of acting parties to combat the garbage waste issue and to struggle for solutions to be established as alternatives to the removal of residents. We discovered that community mobilization is a historical practice at Morro dos Prazeres. It happens since its formation in the 1940s through the exchange of culture and knowledge among its residents and their external supporters. This revelation deconstructs our initial hypothesis that the external partners, who currently work in the territory, by running a garbage recycling project based on environmental education, would have a leading role in building up mobilization that we see today about the issue of garbage waste.

Keywords

Favelas; Urban issues; Slums; Environmental development; Participation.

Sumário

1.	Introdução	19
2.	A Mobilização Comunitária no Contexto da Favela	23
2.1.	A favela e a sua importância na reforma urbana	23
2.2.	A mobilização social como instrumento transformador	30
2.3.	A importância da participação	31
2.3.1.	A ação educativa no processo participativo	35
3.	O Histórico dos Resíduos Sólidos no Brasil	41
3.1.	O lixo no Brasil	41
3.1.1.	A situação do Rio de Janeiro	42
3.1.2.	A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB	46
3.2.	O tratamento e a destinação do lixo nas favelas cariocas	50
3.2.1.	Desastre: uma relação de riscos com vulnerabilidades	51
4.	Estudo de caso: a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres	55
4.1.	Apresentação do campo	55
4.2.	O desastre e as suas imbricações	63
4.3.	A mobilização comunitária nos Morro dos Prazeres	88
4.3.1.	Narrativas dos moradores do Morro dos Prazeres	91
4.4.	O Grupo PROA, a Construção de Parcerias e o Projeto Participativo de Reciclagem.	97

4.5.	A Ressignificação do Olhar do Morador Sobre os Resíduos Sólidos	107
5	Considerações Finais	115
6	Referências Bibliográficas	118
7	Anexos	127
7.1.	Anexo 1 – Carta de Anuência CEDAPS	127
7.2.	Anexo 2 – Autorização de Reforma de 7/11/1951	128
7.3.	Anexo 3 – Decreto Nº 374 de 24/02/1961	129
7.4.	Anexo 4 – Publicação do Estatuto da SAMP em Diário Oficial em 13/11/1962	130
7.5.	Anexo 5 – Memorandum nº 290/65 de 0/07/1965	131
7.6.	Anexo 6 – Ata SAMP 30/01/1966	132
7.7.	Anexo 7 – Memorandum 66/66 de 18/07/1966	133
7.8.	Anexo 8 – Carta de Contestação de Morador de 15/08/1966	134
7.9.	Anexo 9 – Memorandum nº 129/66 de 16/09/1966	136
7.10.	Anexo 10 – Portaria “E” – SS – Nº 12 de 13/11/1969	137
7.11.	Anexo 11 – Ata Reunião da Diretoria SAMP de 30/05/1970	144
7.12.	Anexo 12 – Ofício de Solicitação de Caçambas de Lixo de 26/07/1970	145
7.13.	Anexo 13 – Ofício SAMP à 8ª Delegacia Distrital de 18/12/1970	146
8.	Apêndices	147
8.1.	Apêndice A – Roteiro Orientador para entrevista	147
8.2.	Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	148

Lista de figuras

Figura 1-	Destinação incorreta de resíduos sólidos nas favelas do Rio de Janeiro	51
Figura 2-	Imagem satelital da área da AP1, RA XXII	63
Figura 3-	Imagem aérea da área mais atingida no Morro dos Prazeres	64
Figura 4-	Imagem que indica os níveis de danos por área de acordo com o nível social da população atingida	72
Figura 5-	Representação gráfica da pesquisa	73
Figura 6-	Representação gráfica da pesquisa participativa	74
Figura 7-	Representação gráfica da pesquisa	75
Figura 8-	Imagem que ilustra a estimativa de perdas por conta da falta de reciclagem	76
Figura 9-	Representação gráfica da pesquisa	89
Figura10-	Representação gráfica da pesquisa	90
Figura 11-	Imagem com o ciclo que o ReciclAção desenvolve para garantia da sustentabilidade das ações	100
Figura 12-	Representação gráfica da pesquisa.	102

Lista de Quadros

Quadro 1-	Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação no Morro dos Prazeres e o comparativo com as R. A. Rio Comprido, R. A. Santa Teresa e o Município do Rio de Janeiro – 2010	68
Quadro 2-	Classes de declividade do terreno	70
Quadro 3-	Destino do lixo X Setor	74
Quadro 4-	Quem costuma jogar o lixo fora X Faixa de idade	75
Quadro 5-	Total e Percentual de Domicílios Particulares por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita do Morro dos Prazeres – 2010	77
Quadro 6-	Episódios pluviométricos com deslizamentos, desabamentos, enchentes e mortes no Rio de Janeiro com foco na Serra de Santa Teresa, segundo dia, mês e ano	79
Quadro 7-	Destino do Lixo num comparativo do Morro dos Prazeres com a R. A. Santa Teresa e o Município do Rio de Janeiro - 2010	82

Lista de siglas

Aids	Sigla em inglês da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AP	Área de Planejamento
BRF	Brasil Foods, multinacional brasileira do ramo de alimentos
Brasilpet	Indústria de coleta e reciclagem de PET
Cedaps	Centro de Promoção da Saúde
Cebs	Comunidades Eclesiais de Base
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional do Ensino Superior
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
Comlurb	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
Celurb	Companhia Estadual de Limpeza Urbana
DLU	Diretoria de Limpeza Urbana
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
Geo Rio	Fundação Instituto de Geotécnica do Rio de Janeiro
HIV	Sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRF	Instituto Brasil Foods
ONU	Organização das Nações Unidas
PROA (GRUPO)	Prevenção Realizada com Organização e Amor
PCU	Plataforma dos Centros Urbanos
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RA	Região Administrativa
RCS	Rede de Comunidades Saudáveis

Sabren	Sistema de Assentamentos de Baixa Renda
Samp	Sociedade de Amigos do Morro dos Prazeres
Unicef	United Nation Children's Fund
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? "Lavar as mãos" em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.

Paulo Freire (1996)

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo central compreender qual é a importância da *mobilização comunitária ocorrida no Morro dos Prazeres no enfrentamento da questão do lixo em favela*. Para tanto nosso estudo buscou caracterizar qualitativamente os aspectos relevantes que orientaram a prática que vem sendo implementada pelos moradores.

Trata-se de um estudo de caso realizado no Morro dos Prazeres, no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, que em abril de 2010 sofreu um desastre natural e, desde então, enfrenta as pressões para remoção total de seus habitantes por conta de estarem em reconhecida área de risco, tendo o lixo sido arrolado como fomentador de tais desastres.

Após nossos primeiros contatos com a favela, fomos apresentados às ações do projeto “Reciclação”, que se configura através da prática da coleta seletiva de materiais recicláveis na favela e da educação ambiental, a partir da mobilização comunitária. O projeto supracitado segue as diretrizes da Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e adota o conceito de responsabilidade compartilhada, onde os diversos setores da sociedade – o poder público, empresas e consumidores – têm deveres a cumprir para que os resíduos tenham destinação final adequada e, sempre que possível, seja feita a sua reutilização ou reciclagem.

A proposta do projeto se baseia na criação de um ciclo autossustentável de reciclagem, a partir da mobilização comunitária, onde há o recebimento da doação de materiais recicláveis descartados pelos moradores e parceiros locais. Este material reciclável é vendido para recicladoras parceiras e a receita é revertida para a manutenção das ações de educação e conscientização ambiental, além de financiar melhorias para favela. Esta ação em parceria com agentes externos foi o que nos direcionou na construção de algumas indagações norteadoras da pesquisa.

Nossa primeira indagação baseou-se no fato de procurarmos saber se a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres era fruto da ação de agente externos que se uniram a sujeitos locais, para promover cidadania e viabilizar

caminhos para a “conscientização” dos moradores da favela que já havia sofrido um desastre natural por conta do acúmulo de lixo.

A questão que nascia a partir daí era: seriam mesmo os parceiros externos que trouxeram a cidadania aos moradores da favela, ou teria a favela a sua própria construção do processo mobilizador de lutas por políticas públicas e cidadania?

Diante das questões iniciais levantadas, para estruturar a pesquisa e o estudo, realizamos um resgate histórico do processo de mobilização comunitária no Morro dos Prazeres, onde foi possível refletir sobre os aspectos da construção histórica e política, e o quanto esta construção contribuiu para a mobilização comunitária pós-desastre na favela.

Somente foi possível realizar esta investigação, devido aos encontros e troca de ideias viabilizados com os moradores, que nos permitiu abrir um canal de escuta nas rodas de conversas e então descrever como os sujeitos construíram as estratégias e as alternativas diante da precariedade das políticas públicas para o território de favela, e ainda, como estes se utilizaram das ofertas de serviços das parcerias para ampliar as possibilidades de acesso aos bens e serviços para a população residente no morro.

Para esta construção, utilizamos dois caminhos metodológicos, a saber: inicialmente realizamos pesquisa de cunho bibliográfico e documental para ter uma visão mais geral da história de formação do Morro dos Prazeres, do panorama socioambiental e socioterritorial e das suscetibilidades desse território, e ainda dos conceitos centrais envolvendo: “*mobilização comunitária*”, “*participação social*”, “*desastre*” e “*lixo*” e para tanto, nos valem de textos acadêmicos, matérias veiculadas em jornais, revistas e demais meios de comunicação, documentos públicos e privados, laudos técnicos produzidos em relação à geografia e riscos em relação ao Morro dos Prazeres.

E para ampliar nossa compreensão a respeito das articulações e práticas entre os moradores, utilizamos a pesquisa participante e a escuta ativa, com entrevistas, com roteiro orientado, e encontros nos “cafés com conversa”, oficinas, além de diálogos informais com os moradores e das informações advindas do que chamamos de “*ecos dos Prazeres*”, que são os relatos dos moradores, fora do campo, nos momentos em que estar no morro, não nos foi possível.

Os depoimentos obtidos se constituíram como basilares, pois foram eles que nos conduziram a um resgate histórico da mobilização social no Morro dos Prazeres e nos possibilitaram perceber o quanto esta ação de mobilizar e

participar vem colaborando para a construção das estratégias dos moradores para o enfrentamento da questão do lixo e para as demais lutas por soluções que se estabeleçam como alternativas à remoção e para construção de respostas às demandas oriundas do lixo. Em muitos momentos nos permitiremos fazer o uso direto destes depoimentos sem interpretações, por reconhecê-los como conhecimento de fato, produto da vivência destes sujeitos.

Optamos, ainda, por usar os termos favela, morro e território, com o intento de localizá-lo como espaço de lutas e de construção de alternativas à precariedade das políticas a ele dirigidas. Santos (2001) define o território e o povo como sujeito e objeto, cujas realidades se relacionam e que não há possibilidade de dissociação, pois o território só se faz correlacionado ao seu uso pelo ser humano, numa relação de interdependência (SANTOS, 2007).

Ainda buscamos Nunes (2015), para corroborar com este nosso posicionamento. A autora sustenta a discussão neste campo dos espaços de poder no contexto de favela e afirma ser nos espaços de mobilização “que se produz a luta política por melhores condições de vida, que se ampliam processos autônomos e participativos e acima de tudo, constrói-se a afirmação da identidade” (NUNES, 2015, p. 60).

O trabalho está dividido em cinco capítulos, dos quais discorreremos a seguir: Introdução, que traz a pesquisa, seus objetivos, metodologia e os caminhos traçados. No segundo capítulo, trataremos da mobilização da comunidade no contexto de favelas, assim, traz uma breve história das favelas, em especial sobre o Morro dos Prazeres. Em seguida, iremos nos respaldar inicialmente nos conceitos extraídos da pesquisa bibliográfica realizada sobre a mobilização social, conceitos de cidadania, de participação social e a sua importância como prática educativa, como elementos basilares no processo de mobilização. Já no terceiro capítulo, trataremos sobre a história dos resíduos sólidos no Brasil, com o foco na cidade do Rio de Janeiro sinalizando o surgimento da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb e o trabalho realizado, por ela, na coleta do lixo no contexto da favela e sua relação com os desastres ocorridos nestes territórios. Para tanto, vamos trabalhar com o conceito de que este território seria “zona de sacrifício” socialmente construídas. No quarto capítulo, apresentaremos o local de nossa pesquisa e discorreremos sobre aspectos da mobilização comunitária neste território e a sua história, através dos depoimentos e de narrativas sobre a vida de alguns dos seus moradores. Ainda, abordaremos a questão da mudança de comportamento em relação à destinação

dada aos resíduos sólidos. Por fim, teceremos nossas considerações finais a respeito do estudo realizado.

2

A Mobilização Comunitária no Contexto da Favela

2.1.

A favela e a sua importância na reforma urbana

Passados mais de cem anos desde que a favela despontou na história da cidade do Rio de Janeiro e, por conseguinte na história do Brasil, é de largo conhecimento que desde a sua gênese, entre fins do século XIX e início do século XX, seguido por toda a sua existência, a favela se apresenta no tecido da urbe com a dualidade da aproximação física e do distanciamento social (RIBEIRO, 2004).

As favelas são definidas como aglomerados urbanos subnormais, assentamentos irregulares em áreas consideradas inapropriadas para a urbanização, como as encostas íngremes das montanhas do Rio: “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (público ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais e privados” (IBGE, 2011).

Neste espaço de tempo de mais de um século, a favela tem sido um fenômeno social que intriga a sociedade e levanta embates sobre seu pertencimento ao espaço urbano com direito a existência. A reflexão que iniciaremos aqui dar-se-á sobre as questões que envolvem a favela e a sua forma “heterogênea”, “insalubre” de viver e de se relacionar com o espaço urbano, conforme documentado por Gonçalves (2013), Zaluar & Alvito (2006), Valadares (2005) e Ribeiro (2004).

Pensar a favela de fora dela, é inexoravelmente, compreendê-la de forma homogeneizada, associá-la aos símbolos que a acompanham e estabelecê-la num ambiente de pertencimento a sociedade de fato, mas não de direito (GONÇALVES, 2013). Por conseguinte, é, também, estabelecermos construções de imagens sobre os seus moradores por esta mesma via, pelo mesmo processo impresso no espaço de morada. É torná-los cidadãos marginais (YAZBEK, 2012).

Os signos de cidade informal, ilegal, violenta, amorfa, precária, desordenada, sem governo, apartada da cidade formal, excluída e suja, encontram-se impressos nas favelas desde o seu nascedouro e constituem-se, também, em marcas negadoras de direitos aos seus habitantes - os favelados - que carregam em si os mesmos os sinais dos espaços em que vivem (GONÇALVES, 2013), em segregação social expressa nas franjas da legalidade/ilegalidade (VALADARES, 2005).

A segregação socioespacial só pode ser percebida com sentido quando se faz a comparação com a urbe como um todo. Quando, a partir desta comparação, se encontra uma grande concentração de determinada parcela social neste território. Quando se percebe a ação estatal sobre as conformações territoriais dentro da cidade. O espaço urbano só se explica na sua totalidade. A segregação socioespacial é sempre um processo relacional do qual o olhar não deve se desviar (VILLAÇA, 1997).

Isto posto, é correto afirmar que a dominação se estende para além do campo econômico. Ela se estabelece, também, no território, sendo sempre processual e relacional. Não se consegue estabelecer dominação sem domínio do território, por isto o definimos como socialmente produzido (Villaça, 1997), capaz de definir se nos encontramos como centrais ou periféricos neste processo (Fortuna, 2002).

Constitui-se assim a “sociedade de proprietários”, aos moldes capitalistas, onde se pode estabelecer preços ao que antes não poderia ser mensurado e que, desde então, estabelece a distribuição iníqua dos danos ambientais em contraposição ao direito de proteção ambiental igualitária (ACSELRAD, 2010).

É preciso se pensar a favela dentro do contexto do modo de reprodução social que vige em nossa sociedade moderna e inseri-la na temática ambiental, na totalidade do movimento social (NETTO, 2007). Analisá-la a partir da desagregação da sociedade pela condição salarial, no modo de produção e reprodução social em que vivemos, onde a análise histórica da questão sustenta que “a forma de produção social é a causa prioritária das desigualdades” (MACHADO, 1998. p. 2), se dá em nome do efficientismo que promoverá a economia do planeta.

O conceito de injustiça ambiental de Acselrald (2010) se encaixa na realidade da favela pois vem “[...] denunciando à lógica socioterritorial que torna desiguais as condições sociais de exercício dos direitos [...], lógica que vigora

sempre no quintal dos pobres” e expõe o “racismo ambiental” no trato das questões a ela aferidas (ACSELRALD, 2010, p. 111), não reconhecendo a importância da sua história e de seu povo, tratado como “não possuidores” (SANTOS, 2007), numa sociedade em que a condição da moradia define a qualidade do acesso a bens e serviços oferecidos pela cidade.

É através da dimensão social que se produz o território, a forma de pensar e de agir (VILLAÇA, 1997). Assim se estabelece a moradia dos pobres como quintal onde as desigualdades e o racismo ambiental se apresentam de forma contundente, num “dos quadros mais cruéis do reino das desigualdades” (NETTO, 2007, p. 138).

Os “aglomerados subnormais” (IBGE, 2010) já fazem parte da realidade em tantas outras cidades do Brasil e do mundo, sobretudo, nos países de capitalismo periférico, onde as desigualdades se apresentam de forma mais acentuada e escancara os problemas já suavizados nos países capitalistas centrais.

Exatamente, em razão da temática referente à favela estar tão em foco, é que pretendemos fazer nossa reflexão sobre este tema, procurando efetuar um breve resgate da recente história política da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente a partir da década de 1980, que denota uma linha ascendente e continuada das ações urbanísticas e de intervenções com fins a um processo de agrupamento de favelas transformando-as em conglomerados homogêneos chamados “Complexos”, uma nova forma de invisibilizar estes territórios.

Adauto Cardoso (2002) aponta que o então governador Leonel Brizola tem importância nessa reestruturação urbanística, pois se reinicia em seu governo as intervenções estatais nos territórios populares, uma política urbanística da cidade do Rio de Janeiro voltada para as habitações das camadas populares, com foco bastante intenso nos territórios de favelas.

É a partir das orientações de Brizola que o processo de aglomeração e o surgimento do primeiro complexo acontecem. Ainda que tenha seguido as orientações ideológicas de cada partido que assume o poder a partir de então. Silva (2015) trazem estas orientações pautadas em Adauto Cardoso (2002) que as descortinou em tópicos, a saber:

[...] eleição de Leonel Brizola, em 1982, para o governo do Estado do Rio de Janeiro, marcou uma inversão de rumo nas ações relativas às camadas populares. No âmbito da habitação, desenvolveram-se dois projetos piloto de urbanização

das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, que estabeleceram as bases de uma metodologia de projeto e intervenção que viria a ser aperfeiçoada nos anos seguintes. Essa metodologia baseava-se nos seguintes elementos:

.concentrar a intervenção em obras de infraestrutura, deixando a questão da moradia enquanto edificação por conta dos moradores, excetuando-se casos em que houvesse a necessidade de realocação por razões técnicas (abertura de ruas, áreas de risco, implantação de equipamentos públicos, etc.);

.criar alternativas de acessibilidade e circulação internas, através de uma via com dimensionamento adequado para o trânsito de veículos. Essa via era pensada também como alternativa para a distribuição dos troncos principais da infraestrutura;

.criar alternativas de transporte de lixo e passageiros nos casos de topografia difícil (sendo célebre na cidade a criação de um teleférico na favela do Pavão-Pavãozinho) e;

.criar equipamentos sociais e de lazer dentro da área da favela. (CARDOSO, 2002, p. 39, *apud* SILVA, 2015).

A tendência de reestruturação urbana da metrópole estabelecida pelos governos estadual e municipal tem, para as favelas, toda uma ação para inseri-las à cidade. Na gestão do prefeito Saturnino Braga, sucessor de Marcelo Alencar, iniciam-se, em 1986, a criação de complexos com a aglomeração de favelas (SILVA, 2015).

Elabora-se, deste modo, um conjunto de medidas e procedimentos que visam os problemas relacionados ao aumento da favelização, implicando fenômenos de coalescência, que resultam da aglutinação de favelas, através dos quais novas territorialidades se reorganizam dentro da cidade do Rio de Janeiro (DADIDOVICH, 1997, p. 1477) ¹.

O prefeito Saturnino Braga cria o primeiro espaço homogeneizado, fruto do agrupamento de um conglomerado de favelas e atribui-lhe o nome complexo, “inserindo-o à cidade”. Nasce assim, pelo Decreto nº. 6011, de 04 de agosto de 1986, o Complexo do Alemão, o primeiro complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro (ALEM, 2007).

Ainda em seu governo, um mês antes de deixar o posto, Saturnino Braga cria pelo Decreto nº 7.980, de 12 de agosto de 1988, o Complexo da Maré, transformando uma aglomeração de favelas na Zona Norte em “área integrada à cidade” (ALEM, 2007).

¹ O trabalho de Davidovich (1997), não abrange, de certo, a atuação no avanço da aglutinação de favelas mais recentes, mas a contempla por analogia, na medida que em nada as políticas sociais de *reforma* das favelas mudaram seu foco, apesar de terem mudado de nome, de ideologia e de gestão.

Em 1993, o então prefeito Cesar Maia, o sucessor de Marcelo Alencar, assume a prefeitura do Rio e dá continuidade aos traços de ação das reformas dos seus antecessores, com a proposta de “integrar as favelas à cidade”. No ano de 1994, lança o programa “Favela-Bairro”, que representa um avanço significativo, se comparado ao “Código de Obras” de 1937, que trazia o entendimento de que a favela era uma “aberração” (OSBORN, 2013). Cesar Maia aprova a Lei Nº. 2055, em 09 de dezembro de 1993 e a Lei Nº. 2119 de 19 de janeiro de 1994, estabelecendo o Complexo do Alemão e o Complexo da Maré, respectivamente, em bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Este período da gestão de Cesar Maia abre um espaço no processo de aglomeração das favelas que se estende até o ano de 2007.

Em 2007, na segunda gestão de Cesar Maia e em virtude dos Jogos Pan-americanos de 2007, as polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro e as Forças Armadas fazem uso da terminologia “Complexo” para se referir aos espaços ocupados por conjuntos de favelas em suas intervenções, delimitando os territórios e estabelecendo cordões de isolamento para manutenção da segurança na cidade. Começa-se aí o uso da terminologia Complexo com uma dimensão mais ampla sobre estes territórios como áreas de criminalidade local e, conseqüentemente, como espaços da ação repressiva policial.

A mídia também adota o termo Complexo e ajuda bastante nesta produção do medo das favelas agora em forma de complexo. As imagens de violência, desordem e sujeira, além dos desastres naturais, são os temas que costumam ocupar espaço na mídia. Quando o assunto é favela, “a mídia contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados [...] sem pudor de apresentar o pobre na sua pior condição” (RAMOS & PAIVA, 2007, p. 95).

O prefeito Eduardo Paes assume, em 2009, o comando da cidade do Rio de Janeiro e traz o “Choque de Ordem” e a “redução da favelização”, como motores de sua atuação no campo urbanístico, propondo uma “operação de combate à desordem urbana na cidade” (SILVA, 2015, p. 361). Propalando a chegada da modernização do espaço urbano do Rio de Janeiro, amplia, em muito, os complexos de favelas. Hoje temos cerca de cento e dezenove (119) complexos de favelas, que comportam aproximadamente dois terços das favelas da cidade, segundo o Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro – Geo-Rio (GEO-RIO, 2014).

Davidovich (1997) desconstrói o conceito de “novo” das reformas urbanas executadas na cidade do Rio de Janeiro ao afirmar, de forma categórica, que a proposta de reforma urbana direcionada para as favelas não seria uma ideia nova.

As reformas se estabelecem na ideia de cidade mercado que precisa ser funcional e garantir a produção. Para isso, se impõe uma *reforma social* na qual as classes populares estariam envolvidas, ainda que involuntariamente. Esta reforma, fruto do binômio urbanismo /questão social, seria “capaz de assegurar ‘uma intermediação modeladora do comportamento’, sob o manto unificador dos recursos urbanísticos” com ações prioritárias às camadas mais abastadas da sociedade (DAVIDOVICH, 1997, p. 147). Esta ação de intervenção modeladora já se faz presente desde o início do século XX, portanto, já no nascedouro da favela, fato este, corroborado por Zaluar e Alvito (2006) e Gonçalves (2013), que apontam documentos oficiais, da época, que comprovam estas primeiras tentativas de intervenção sobre estes territórios no sentido de modelar comportamentos e limpar a cidade.

Assim, o processo de agrupamento de favelas em complexos, produz, ao mesmo tempo, e, na mesma intensidade, uma aglomeração de favelas e uma fragmentação da cidade. Seria o que Hübner (2009), chama de “urbanismo estilhaçado”, onde o conceito de território mantém o contexto de precariedade da forma de se viver das classes populares.

No contexto precário, a pobreza assume uma amplitude multidimensional que não se resumiria apenas ao não acesso aos bens, mas, mais amplamente, na forma “que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (YAZBEK, 2012, p. 290).

No bojo da criação de complexos, todos são colocados num mesmo patamar e numa mesma condição, o que faz com que se invisibilize as necessidades humanas básicas de cada favela em suas especificidades. Há um agrupamento de favelas e uma fragmentação do atendimento de suas necessidades. Não se reconhece que “ainda que as necessidades sejam universais, suas formas de satisfazê-las variam de acordo com a cultura, região e condições históricas” (PIMBERT & PREY, 2000, p. 183).

No mesmo caminho da invisibilização das favelas, a Prefeitura do Rio de Janeiro, intimou a empresa Google a retirar o nome “favela” de seu mapeamento na cidade. Onde existem complexos, os nomes das comunidades que os compõem

foram subsumidos, como denuncia Consentino (2013), a partir de uma matéria do jornal O Globo de 2011.

Em 2011 uma matéria do jornal O Globo noticiava que, a pedido da Prefeitura do Rio, o Google iria diminuir a presença das favelas no seu serviço *Google Maps*. O fato se concretizou em 2013, com a exclusão da palavra “favela” em praticamente todo o mapa, a hierarquização das informações com as favelas reduzidas ao mesmo destaque das ruas e o sumiço de algumas comunidades. (COSENTINO, 2013).

Agora, agrupadas em complexos, destituídas de sua história e formação, as favelas começam a receber obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e policiamento diferenciado, da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP. Estas ações dos governos federal e estadual, respectivamente, visam preparar as favelas, sobretudo as agrupadas, para o turismo. O teleférico do Alemão, no Complexo de Favelas do Alemão foi o grande símbolo destas ações. Sanchez et al (2004) descrevem que as políticas para as cidades estão passando por releituras e estão sendo:

Repensadas e relidas pela lógica da forma-mercadoria, as cidades têm sido pensadas e produzidas com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização, notadamente através da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços. (SANCHEZ *et al*, 2004, p.41)

No campo da fragmentação, existe uma rede de investimentos de serviços públicos feitos nos complexos, mas que são precárias e não se estendem para além de maquiagens pontuais que não resolvem as reais necessidades de seus moradores. Quando podemos visualizá-los com alguma qualidade, são “quando a gestão destas redes é repassada as mãos do setor privado, [onde]², existe o risco de que seus serviços sejam oferecidos prioritariamente a quem puder pagar” (HÜBNER, 2009).

Cristiane Fonseca Hübner (2009) aponta que nos “espaços carentes das cidades”, “ainda existe uma discrepância na provisão das redes de infraestrutura urbana” e que tais discrepâncias tendem a se agravar quando privatizadas, pois se destinam à geração de lucro como objeto anterior à satisfação de necessidades

² Grifo nosso.

(HÜBNER, 2009). O caso das favelas, o Estado já anunciara a privatização dos serviços de saneamento básico (O GLOBO 17/01/2016).

Nessa visão, a cidade precisa ser vendável. É fato que este tema não é o foco deste trabalho, mas o complementa por entendermos ser de suma importância para que possamos perceber que estas ações agrupadoras “começam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos das mais diversas matizes político-ideológicas” (SANCHEZ *et al*, 2004, p.41), sobretudo nas virtualidades e realidades construídas para a favela (VALADARES, 2005) no sentido que esta se insira no circuito turístico da cidade, ao sabor das possibilidades de venda da “exótica” forma de se viver em habitações tão rudimentares e precárias.

Neste processo de “complexificação”, em 2011, o Morro dos Prazeres perde sua identidade de favela específica, com história e identidade próprias e passa a integrar o Complexo do Morro dos Prazeres, sendo agrupado ao Escondidinho, que também “deixa de existir”. Porém, a resistência local mantém o nome do Morro dos Prazeres em todas as suas ações, para marcar que ele é uma favela com características, história e cultura que são unicamente suas (SILVA, 2015).

2.2.

A mobilização social como instrumento transformador

O termo mobilização é bastante amplo, monumental, diríamos. Ele traz bastante dificuldade de encontrar uma conceituação que seja capaz de abrangê-lo de forma plena. Na pesquisa sobre a temática encontramos inúmeras classificações e talvez isto se deva à sua enormidade de significados.

Trazer a mobilização para o campo social, aqui referenciada como mobilização comunitária e, sobretudo, no contexto da favela, não trouxe delimitações, mas ao contrário, ampliou ainda mais seus conceitos, sobretudo, pelos preconceitos que envolvem a temática.

A verdade é que a favela traz para o imaginário dos que a veem a partir do “asfalto”, a inexorável associação aos signos que a acompanha e estabelece construções entorno da mobilização comunitária no contexto de favela, a construção de imagens sobre os seus moradores pela mesma via. Os signos de

“informal, ilegal, violenta, amorfa, precária, desordenada” (SILVA, 2015, p.356) e marginal.

A mídia, por exemplo, geralmente apresenta as mobilizações comunitárias reivindicatórias dos coletivos populares no contexto de favela como protestos ou manifestações sob o mando do tráfico de drogas ou como ações de vândalos. Ações desprovidas de legitimidade no seu teor como um todo. Esta mesma mídia apresenta como mobilização toda e qualquer manifestação pública, concentração de pessoas, passeatas, carreatas, painéis, etc. Porém, faz-se importante frisar, que se tem cariz passageiro, sem metas e sem planos de alcances futuros, feito ao calor do momento é ato puro e simples, não mobilização.

Do emaranhado de conceituações do que viria a ser participação, como nos referimos anteriormente, buscamos algumas que contenham um sentido que coopere com este trabalho.

Iniciamos, assim, pelo Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, que apresenta dentre tantas outras significações, uma que particularmente nos contempla, onde mobilização é: “Arregimentação para uma ação política ou reivindicatória” (FERREIRA, 1986, p. 1145). Por arregimentação, entendemos como o ato de convencimento, recrutamento, chamamento, sedução, convocação de pessoas para participar de algo. Seria ainda o alistamento, o reunir em grupo os sujeitos que tem objetivos comuns sobre um determinado contexto, problema ou necessidade e que precisam estabelecer uma união de forças.

2.3. A importância da participação

Mobilizar é então estabelecer um plano de ação para obtenção de objetivo sob uma dimensão de trabalho. É o ato de buscar parceria com outros sujeitos para modificar uma dada realidade a partir da modificação do ser e do agir com possibilidade de obtenção de benefício mais amplo. Mobilizar é uma busca constante da participação como mecanismo de intervenção social (TORO & WERNECK, 2004).

Mobilização comunitária só pode ser assim definida se tiver um objetivo comum, visando alcançar resultados que tragam ganhos para a coletividade e tenha sido desenhada de forma coletiva e participativa. A mobilização requer

construção de planos futuros sobre o que se deseja conquistar e se constitui em construção diária de estratégias e ações que direcionem a coletividade mobilizada para este fim.

Assim, mobilização é um ato dotado de razão e de construção política para o alcance de metas preestabelecidas e sobre as quais a comunidade mobilizada se direciona com dedicação (TORO & WERNECK, 2004). Mobilização comunitária então é uma ação para a transformação de uma realidade da qual nos sentimos pertencentes e sob qual somos corresponsáveis.

Assim, mobilização requer um agir comum, com diálogo, comunicação, troca, construção de consensos. Requer, ainda, o entendimento de ter um objetivo comum a ser atingido e que isto envolve deveres. Mobilizar-se é ainda ato de adesão voluntária, em que se torna parte do processo de mudança desejado. É participação.

A partir da consulta a literatura cabe afirmar que mobilização comunitária só se dá se atingidas certas caracterizações que apresentem caráter coletivo, planejado, com ações e metas definidas, construída de forma participativa e com a finalidade de atingimento da resolução de uma demanda social coletiva.

A mobilização comunitária é fruto da participação social e promotora do acesso à cidadania, portanto, é parte importante no processo desse exercício. Vale dizer que a participação é mola propulsora do acesso à direitos, pois possibilita a participação ativa na vida social e influência nas decisões que influenciam na sociedade (DALLARI, 1998).

Kliksberg (1999) acentua que no campo da participação, os organismos internacionais foram de suma importância para a sua efetividade, sobretudo, nos países em desenvolvimento, pois condicionou a ação participativa à liberação de recursos para projetos nestes países. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em 1993, reconhece que “a participação mais ampla de todas as pessoas é o principal fator para fortalecer a cooperação para o desenvolvimento”.

O autor (KLIKSBURG, 1999) destaca que já em 1996, o Banco Mundial edita e lança um livro mestre com diretrizes sobre a participação. No ano seguinte, em 1997, o BID edita um livro para consulta sobre a participação. O texto introdutório desta obra indica que a participação não se limita à simples ideia, mas apresenta os contornos que regerá a cooperação para o desenvolvimento na década de 1990. Desde 1990, a ONU tem a participação como indispensável para

solução dos problemas sociais fundamentais no mundo. O Programa das Nações Unidas destaca que “a participação é um elemento essencial para o desenvolvimento humano [com]³ avanços permanentes em direção a uma participação total”.⁴

Bernard Kliksberg (1999), no artigo “Seis teses não convencionais sobre participação”, estrutura a ação dos organismos internacionais em torno da promoção da participação e traça um panorama do quadro mundial, em teses, da seguinte forma:

1ª Tese: A participação dá resultados:

Nos projetos com baixa participação, só 3% obtiveram alta efetividade, nos projetos com média participação 31% tiveram alta efetividade. Nos projetos com alta participação a efetividade chegou ao máximo: 81 % dos projetos.

2ª Tese: A participação tem vantagens comparativas:

A participação tem vantagens comparativas. Os melhores resultados dos modelos participativos no campo dos programas sociais não são mágicos. Derivam de bases muito concretas.

3ª Tese: A participação é um núcleo central da gerência do ano 2000:

A participação é um núcleo central da gerência do ano 2000.

4ª Tese: A Participação enfrenta fortes resistências e interesses que seriam:

O eficientismo curto prazista; O reducionismo economicista; O predomínio da cultura organizacional formal; A subestima dos pobres; A Tendência à manipulação da comunidade e; O Problema do poder.

5ª Tese: Requerem-se políticas e estratégias orgânicas e ativas para avançar a participação:

A substituição da democracia passiva para a democracia inteligente.

6ª Tese: A participação encontra-se na natureza do ser humano:

Usa Enrique Iglesias (1998) em suas palavras de encerramento da reunião convocada pelo BID sobre o tema que declarou:

A participação implica devolver à população um direito que lhe pertence. (KLISBERG, 1999, p.10-34)

O Brasil é signatário das resoluções e tratados internacionais tocantes à participação. Faleiros (1999) sinaliza a importância deste reconhecimento do país. Segundo o autor,

³ Grifo nosso.

⁴ De certo a participação que se trabalha no BID tem cunho neoliberal e traz traços verticalizados e isto não poderia deixar de ser citado aqui, porém os investimentos deste organismo em políticas públicas nos países do Terceiro Mundo, a exemplo do “Favela Bairro”, que teve atuação no Morro dos Prazeres, trazem o alinhamento às estratégias participativas segundo a visão destes órgãos.

No cenário da relação Estado/sociedade há também a constituição de conselhos paritários, em que há necessidade de comunicação, formação, defesa de direitos, ampliação da participação. Trata-se de um trabalho de aprofundamento da cidadania, combinando-se integração e conflito para o desenvolvimento da autonomia das organizações e da qualidade da participação cidadã (FALEIROS, 1999, p. 21-22).

No Brasil a Constituição Federal de 1988 e leis complementares contêm artigos que abordam a questão da participação de forma direta.

Artigo 198: “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e integrada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: [...] [...] III - participação da comunidade”.

Artigo 204: “As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: [...] [...] II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle”.

Artigo 227 § 1º: “O estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos”. (BRASIL, 2006, p. 129; 133-142).

Citamos aqui apenas alguns dispositivos legais que instituem espaços de participação nos quais a sociedade pode fazer parte e com os quais a mobilização social pode atuar na tomada de decisão, controle das políticas públicas e implementação de planos e ações que visem a mudança de uma realidade pretendida pelo grupo a ser mobilizado.

A Política Nacional de Participação Social, estabelecida pelo Decreto nº 8.243 de 2014⁵, torna-se um divisor de águas, pois não traz mudanças no contexto da participação no sentido de ampliá-la, mas organiza estas conquistas nas instâncias de participação nos espaços governamentais existentes no âmbito do Governo Federal, normatiza seu funcionamento e fomenta, nestas instâncias, o reconhecimento da participação.

Para além, estabelece instâncias de participação virtuais para que a manifestação e controle popular possa se fazer ouvida pela instância governamental por meio de fóruns, debates e espaços de expressão de opinião.

⁵ Há dúvidas sobre a validade deste decreto, mas o que apuramos é que ele continua em vigor e só poderia ser derrubado pelo Senado Federal em uma votação, o que não aconteceu até então. Vide: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/117988>>.

O que Pires (2010) chamou de “espaços de vocalização de demandas e fiscalização da atuação do Estado” (PIRES, 2010, p. 9).

Esta participação na tomada de decisão repercute de forma preponderante nas estruturas estatais e traz uma nova concepção de Estado, fruto inegável de luta pela cidadania. O Estado Democrático de Direito torna-se um avanço sobre o estado social (SIMÕES, 2013).

Para Carlos Simões (2013), os direitos sociais se dividem em clássicos – os do mundo do trabalho – e em universais, onde cabe toda a gama da sociedade e só se faz possível no Estado Democrático de Direito. Para o autor, o Estado Social só consegue atingir os direitos clássicos, deixando uma ampla parte da sociedade sem cobertura, que seria, nessa ideia, tarefa da filantropia.

A partir do processo brasileiro de abertura política para a construção democrática, os movimentos sociais atuaram de forma contumaz para promoção efetiva do viés participativo que demarca a Constituição Cidadã de 1988, mudando de forma direta o tecido social e político brasileiro, no que tange à legislação de promoção da cidadania.

Há dissensos sobre já estarmos sob a atuação de um Estado Democrático de Direito. Carlos Simões afirma que é no Estado Democrático de Direito que os direitos sociais universais tomaram a agenda governamental sob o cariz de “benefícios e serviços” (SIMÕES, 2013, p. 175). Porém Behring e Boschetti, (2011) contestam esta afirmação de Simões e sustentam que “ainda estamos longe desse Estado democrático de direitos e das políticas sociais a ele correspondentes. Chegar a ele seria uma grande conquista” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 194).

2.3.1. A ação educativa no processo participativo

No campo da ação educativa muitos atores tiveram importância, sobretudo, no que tange a atuação nos territórios de favela e nas periferias, também conhecidos como espaços populares.

Na década de 1940, com o processo de abertura política, era notória a presença de partidos de esquerda nos espaços populares e de um crescimento do “ideário comunista nas favelas”. Com o fim da Ditadura e a plena atuação

política do Partido Comunista Brasileiro – PCB, Luiz Carlos Prestes, implantou “comitês populares democráticos” em territórios populares e, para as favelas, subcomitês. Esta efervescência política culmina, em 1947, na eleição maciça de representantes do PCB para os mais variados níveis da política do Estado da Guanabara. (GONÇALVES, 2013 p. 145).

Este feito político provocou apreensão na política nacional e uma forte pressão russa sobre o governo brasileiro. O então presidente Dutra, em janeiro de 1948, anuncia o cancelamento da autorização de funcionamento do PCB e a cassação de seus representantes eleitos, sem que isto diminuísse, mesmo na clandestinidade, a influência do PCB sobre os territórios populares, tornando-as então, “frentes avançadas” na Guerra Fria brasileira (BRUM, 2013). Este status provocou uma intensificação da vigilância governamental sobre as favelas e o aumento do controle sob estes territórios (GONÇALVES, 2013).

Nesta época, Carlos Lacerda se apropria politicamente da “Batalha do Rio de Janeiro”, que pregava a máxima: “subamos o morro antes que os comunistas de lá desçam” e propunha que houvesse uma ação que objetivava ações para com as favelas, com uma ampla junção de atores para a resolução dos problemas das favelas, mas que não as contemplava com poder representativo destes espaços, o que gerou a dúvida entre os favelados sobre as finalidades da “Batalha do Rio de Janeiro”, pois não sabiam se esta ação os beneficiariam ou se lhes trariam prejuízos (GONÇALVES, 2013).

No contexto comunitário brasileiro, a igreja Católica, sobretudo no final dos anos de 1940, também financia ações sociais nas favelas para fazer frente ao avanço comunista. Deste levante, temos a criação da Fundação Leão XIII.

Estas ações se desdobram em momento importantes, culminando com a criação, em 1955, da “Cruzada São Sebastião”, que também surge para fazer frente ao avanço comunista no interior das favelas na cidade do Rio de Janeiro. A cruzada se apresenta como portadora de possibilidades humanas e cristãs de resolução dos problemas nestes territórios, sempre com o objetivo de manter o controle sobre eles (GONÇALVES, 2013).

As Comunidades Eclesiais de Base - CEBS e os comunistas são as molas mestras para a estruturação dos comitês democráticos nos territórios de favela (VALADARES, 2005, p. 204), onde a interação ideológica destas vertentes antagônicas, relacionada com a vivência dos moradores destes territórios, potencializaram as habilidades mobilizadoras dos moradores. Com mais

capacidade de liderança advinda deste aprendizado, as lideranças locais construíram capital social capaz de fazer frente aos ataques que desejavam exterminar estes espaços da cidade e estabelecer relações com o Estado.

De certo, as funções das Comunidades Eclesiais de Base tinham finalidades outras, como já referidas e que o Padre Nelito Nonato Dornelas (2006) as pontua citando que:

Em 1979, reunidos em Puebla, os bispos latino-americanos firmaram o seguinte compromisso:

“Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o espírito de Medellín e os critérios da *Evangelii Nuntiandi*; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como podem as pequenas comunidades, que se multiplicam nas periferias e zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso continente” (Pb 648). [...]

[...] Os bispos do Brasil já haviam feito a opção pelas “comunidades de base” desde 1966, para tornar a Igreja mais viva, mais corresponsável e mais integrada. As CEBs foram consideradas atividade “urgente” pelos bispos, para renovar as paróquias. Esse plano foi sistematizado e lançado em 1968, pela Editora Vozes, na obra do Pe. Raimundo Caramuru “Comunidades eclesiais de base: uma opção decisiva”. (DORNELAS, 2006, p. 1)

Contudo, o Padre Nelito Nonato Dornelas (2006) reconhece que as CEBs tiveram significância para além do propósito para as quais foram criadas. Para nós, que temos estudado sobre a importância da ação educativa para a participação social, estes propósitos secundários se tornariam primeiros, pois estabeleceriam, no Brasil, a partir da década de 1960, as bases emancipatórias dos grupos marginalizados.

O Padre Nelito fundamenta este reconhecimento da ação secundária das CEBs afirmando que estas promoveram mudanças que pautaram uma nova sociedade referenciando o teólogo Leonardo Boff, dizendo que:

O teólogo Leonardo Boff, falando sobre o termo “eclesial” das CEBs, em seu livro *Eclesiogênese*, diz:

“O adjetivo ‘eclesial’ é mais importante do que o substantivo ‘comunidade’ porque ele é o princípio constituinte e estruturante da comunidade. A inspiração religiosa e cristã aglutina o grupo e confere a todos os seus objetivos, também aqueles sociais e libertadores, características evangelizadoras. A consciência e a explicitação cristã constituem, portanto, a característica das CEBs e o elemento de discernimento face a outros tipos de comunidade”.

As CEBs, fruto da eclesiologia do Vaticano II e nascidas especificamente para atualizar a Igreja e adaptá-la ao mundo atual, tiveram profundas implicações na Igreja e na sociedade.

Devido ao contexto específico da sociedade brasileira, que vivia sob o regime de exceção, com cerceamento dos direitos civis, as CEBs se tornaram uma plataforma válida e eficiente para as mudanças sociais, apresentando ainda as bases de uma nova sociedade (DORNELAS, 2006, p.1).

Michael Löwy (1991) também se refere a Leonardo Boff para discorrer sobre a “expressão/legitimação do vasto movimento social que surgiu no início dos anos de 1960”. Um movimento que englobava importante parcela da Igreja Católica em seus vários níveis (de Bispos a Leigos, seus movimentos e pastorais), além das CEBs, dando origem ao movimento social batizado de “Teologia da Libertação”, que culmina com fenômenos históricos importantes na América Central. No Brasil, esta teologia faz surgir o movimento operário (LÖWY, 1991, p. 25).

A Teologia da Libertação traz em sua doutrina algumas questões, dentre outras: a “utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza”; “opção preferencial em favor dos pobres e solidariedade com sua luta por autolibertação”; e uma reordenação da leitura bíblica que comporte “o paradigma da libertação de um povo escravizado” pelo sistema capitalista e a “libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo”. (LÖWY, 1991, p. 27).

Segundo o autor, esta teologia causou inquietação não apenas no Vaticano, mas no Pentágono, nos cardeais do Santo Ofício e em outros estados nacionais. No tocante ao avanço do comunismo na América Latina suscitou a indignação do clero mais conservador do comando da Igreja Católica. Esta ameaça resultou na perseguição dos seguidores desta teologia e aos fundamentos do comunismo que influenciavam os movimentos populares à época (LÖWY, 1991, p. 25) e as favelas eram espaços onde as ações aconteciam na cidade do Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva da gênese da ação educativa no contexto comunitário está também, com muita importância, a presença de Paulo Freire, um dos precursores da Educação Popular no Brasil, exemplo no mundo.

Paulo Freire e suas pedagogias voltadas para as camadas populares trabalhava a construção do saber a partir do conhecimento já construído pelo acumulado de vivências do educando. Prova do quanto acreditava no conhecimento popular como ferramenta educativa, a partir do produto das vivências humanas. Freire afirma que "ninguém educa ninguém, ninguém se

educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." (FREIRE, 1981, p.79).

A Educação Popular é a base para Educação Ambiental Crítica que constrói saberes sobre o ambiente a partir do saber dos próprios educandos e da sua relação com seu ambiente (LOUREIRO & CUNHA, 2008).

Carlos Frederico Loureiro e Cláudia Cunha (2008), pensadores da Educação Ambiental de abordagem crítica, definem a Educação Ambiental de forma sucinta. Para eles é fundamental se perceber

[...] um princípio de grande relevância para a construção do processo democrático e autônomo da gestão ambiental: os sujeitos são entendidos como indivíduos historicamente determinados, construídos e se construindo socialmente em ações políticas com vistas à transformação societária. (LOUREIRO & CUNHA, 2008, p. 238).

O ser humano é percebido como ser histórico que constrói a si e a sociedade sob a qual se encontra inserido, numa transformação mútua, distinta, num dualismo "indivíduo-sociedade e sociedade-natureza" na medida em que somos seres biológicos, históricos e sociais.

Loureiro e Cunha apontam que a linha na qual a Educação Ambiental Crítica se aporta "teórica e metodologicamente com a perspectiva crítica dialética que visa à superação dos dualismos apontados, ao abordar a atuação específica do educador e da educadora ambiental" para que se busque a superação do modelo de produção e reprodução a que estamos submetidos (LOUREIRO & CUNHA, 2008, p. 239).

O processo dialético contido na educação ambiental crítica foge da responsabilização abstrata da sociedade e insere a ação reflexiva do ser social historicamente localizado como estruturante no processo de construção das transformações sociais necessárias à transformação da realidade posta e à emancipação do indivíduo.

A educação é um dos meios humanos que garantem aos sujeitos, por maior que seja o estado de miséria material e espiritual e os limites de opções dados pelas condições de vida, o sentido de realização ao atuar na história modificando-a e sendo modificados no processo de construção de alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade (LOUREIRO, 2005, p.1490)

Assim, a ação educativa pode encontrar na favela um campo fértil para a sua aplicabilidade, sobretudo, se seguir o princípio fundamental de reconhecer o sujeito como histórico e socialmente construído ao qual estão pautados os direcionamentos da educação ambiental crítica.

3

O Histórico dos Resíduos Sólidos no Brasil

3.1.

O lixo no Brasil

Neste capítulo pretendemos fazer uma abordagem sobre o histórico dos resíduos sólidos no Brasil, mas não temos como intento, explorá-lo em sua extensão ou esgotá-lo, visto que ainda há muito sobre o assunto que não fora pesquisado e que carece de tempo superior ao tempo de um mestrado para maior aprofundamento da questão.

As profundas mudanças pelas quais o Brasil passou do século XVIII até a abolição da escravidão tiveram papel importante no crescimento populacional das cidades e no crescimento da problemática em torno do lixo. Porém, o processo de industrialização brasileiro foi o que mais promoveu a aceleração da urbanização de suas cidades de forma muito voraz e reorganizadora da forma dos comportamentos (EIGENHEER, 2009).

Ainda que o processo de urbanização tenha se dado de forma intensa, ele não se deu de forma homogênea, nem na mesma velocidade por conta do tamanho do país e das diferenças históricas, sociais e culturais, sendo mais forte nos grandes centros, sobretudo na região Sudeste, com mudanças ainda maiores para o campo da gestão dos resíduos sólidos gerados nestes espaços e que historicamente já não dispunham de uma política de manejo eficaz, o que trouxe agravos até os dias atuais. Assim, a depender de cada região do país, a entrada do sistema capitalista de produção provocou mudanças significativas no modo de se viver nas cidades (EIGENHEER, 2009), (AIZEN & PECHAMAN, 1985)

Como muitas das mudanças ocorridas em outros campos, a questão do lixo também sofreu pressões externas para que a sociedade brasileira mudasse a sua ação sobre a sua destinação. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mundialmente conhecida como Eco-92 ou ainda Rio 92; “a Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 teve papel importante nas decisões locais sobre os resíduos sólidos. As pressões de ambientalistas locais e internacionais também foram essenciais na construção do processo que culminou na criação da Lei nº 12.305

de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (BASTOS, 2015).

Até se chegar a PNRS, como registra Eigenheer (2009), não havia uma política nacional que estabelecesse diretrizes e cada um dos estados da federação dava as destinações aos seus resíduos de formas variadas. Tanto o fora, que ao desenvolver os estudos sobre o lixo no Brasil, Eigenheer (2009), tomou por base o Estado do Rio de Janeiro, o que mais detinha instrumentais e cuja capital possuía a maior empresa pública de limpeza urbana do país, a COMLURB.

Neste campo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010, se estabelecerá no auxílio à nossa análise, principalmente porque ela estabelece obrigações e responsabilidades às empresas, a todos os níveis de governos da federação e aos cidadãos no que tange a gerencia e destinação dos resíduos.

Embora a cada dia percebamos que a geração do lixo venha crescendo, fruto de um processo de fomento ao consumo próprio do sistema a que estamos inseridos, o artigo 15, inciso III, determina a necessidade de reduzir, reutilizar e reciclar como um dos princípios fundamentais para tratar a questão dos resíduos sólidos urbanos e propõe a criação de ações que estimule a população a pensar sobre o consumo consciente, reduzindo o seu processo de consumo, com o estímulo a reutilização como possibilidade de redução de rejeitos e a criação de ações de reciclagem.

3.1.1. A situação do Rio de Janeiro

Neste campo, ressaltamos que usaremos a história do lixo na cidade do Rio de Janeiro, desde o século XVII até a criação da COMLURB. Este contexto histórico do lixo no Rio de Janeiro nos trará importantes contributos para dialogarmos sobre o lixo no contexto de favela, abordagem que se apresenta como parte importante deste trabalho.

Desde o que foi reconhecido como a grande reforma urbana, no século XVII, pode se notar intentos significativos sobre a limpeza da cidade. Tais intentos oficiais eram conhecidos como correições. Vale lembrar que a cidade ainda era bastante pequena, contava com cerca de 30 mil habitantes, nos idos de 1760, mas

que já sofria com as questões do lixo ao ponto das normativas que tentavam regular a sua destinação e responsabilidades faziam menção até a prisões para os que não se adequassem às novas posturas firmadas nas chamadas “correções”. Aizen e Pechaman (1985) descrevem esta situação do descarte da seguinte forma:

Atirava-se lixo por todas as partes de forma a se evitar grande esforço. Assim, aqueles residentes próximos ao mar vazavam seus detritos na praia. Moradores vizinhos a lagoas, pântanos ou rios ali mesmo faziam seus despojos e todo o resto da cidade atirava lixo por todos os lados (AIZEN & PECHAMAN, 1985, p. 22).

Com a chegada de D. João VI e toda sua corte, em 1808, com cerca de 15 mil acompanhantes, o que elevou a população da capital da colônia de 60 mil para 75 mil habitantes, a cidade do Rio de Janeiro sofreu um enorme impacto, dentre eles a questão do lixo, causando a exigência de inúmeras mudanças em sua estrutura.

O Rio de Janeiro chega ao final do século XIX com 137 mil habitantes, onde a questão da limpeza continua considerada “espinhosa”, apesar dos cerca de 200 “códices” – regulamentações que versavam sobre a limpeza pública por todo o século XIX –, segundo Aizen e Pechaman (1985).

Os códigos emitidos até então eram apenas normativos, definindo proibições e sanções, “arremedos” do que viria a tornar-se serviços de limpeza pública no futuro. O primeiro traço substancial de serviços de limpeza custeado pela autoridade pública está datado de 1826. Aizen e Pechaman (1985), assim o reproduz, a partir de pesquisas no arquivo público:

Recebi do Senhor Agostinho Barbosa (provavelmente um vereador) a quantia de cinqüenta mil réis, preço porque ajustei a limpeza do entulho da Rua da Vala desde a Rua do Aljube até a Rua detraz do Hospício, e por estar pago e satisfeito mandei passar este, e vai por mim somente assinado. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1826. (AIZEN & PECHAMAN, 1985, p. 34).

No século XIX, a primeira postura destinada à normatização da limpeza produzida pela Câmara Municipal data de 1830. Nela, os responsáveis pela limpeza eram os “pretos minas libertos e os galés (condenados), subordinados à Câmara” (AIZEN & PECHAMAN, 1985 p. 35), mão de obra mais comum à época, supervisionados por fiscais e pela guarda pública.

Para além, era comum o uso de pregão público para conservação e limpeza de freguesias da cidade e os

[...] escravos, conhecidos não apenas por tigres, mas também por cabungos, que transportavam as imundícies, são, portanto, decisivos para o entendimento da limpeza urbana no Rio de Janeiro. Era folclórico o trabalho dos tigres! ... Estes vasilhames não só eram inadequados a esse tipo de transporte como ocasionavam constantes e lamentáveis acidentes. (EIGENHEER, 2009, p. 94- 95).

A cidade segue em franca expansão com crescimento exponencial de sua população, o que provoca o crescimento de doenças. A febre amarela levou o Brasil a receber a pecha de “uma das áreas mais insalubres dos trópicos” (AIZEN & PECHAMAN, 1985, p. 50). Havia um grande problema para a limpeza urbana. Nota-se que até 1864 o serviço de limpeza trazia acoplados o lixo e as águas servidas, com as fezes fazendo parte deste conjunto chamado imundícies (EIGENHEER, 2009).

Neste ponto, a implantação do sistema de esgoto traz uma mudança paradoxal. Após frustradas tentativas anteriores de se prover esta separação, em 1864 foi instalado um sistema de esgoto na cidade do Rio de Janeiro. Este serviço foi executado por uma companhia inglesa que acabou com a questão dos despejos, um divisor de águas na limpeza pública que possibilitou a especialização e a delimitação dos serviços que passaram a ser direcionados para o lixo.

Um fator marcante na limpeza urbana do Rio de Janeiro foi a implantação de um sistema de esgoto na cidade, em 1864, através de uma companhia inglesa – a The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited –, pelo menos em parte da cidade. Isto possibilitou uma especialização na limpeza urbana, voltada propriamente para o lixo. (EIGENHEER, 2009, p. 102).

Desta feita, o Rio de Janeiro se consagra como a terceira cidade no mundo a estabelecer um sistema de esgotamento sanitário, após Londres e Hamburgo (CEDAE, 2015).

Para que fosse efetuada a limpeza urbana, a cidade fora dividida em distritos entregues às inúmeras empresas privadas, porém, sem muitos efeitos práticos para a cidade. Uma tentativa de centralização destes serviços numa única empresa foi combatida pelos carroceiros que, por sua intensa influência na

política, ganharam a questão, sem que, contudo, isto se tornasse solução para os problemas do lixo e para a conservação da cidade.

Após inúmeras queixas e denúncias de maus serviços de limpeza e conservação, em 1876, é estabelecida a empresa Gary, com contrato de concessão de serviços de 10 anos. A Gary estabelece uma nova forma de limpeza urbana que marca a história deste serviço na capital imperial. Porém alguns serviços ainda eram feitos por carroceiros independentes, e a limpeza das praias e a disposição do lixo na ilha de Sapucaia ficavam a cargo de outro empresário, o que inviabilizava maiores mudanças no contexto geral.

A efetivação dos serviços de limpeza através ora da contratação de firmas particulares, ora com a organização de serviços públicos, esbarrava em inúmeros entraves técnicos, administrativos, financeiros e de costumes da população. Em 11/10/1876 contratou-se a firma de Aleixo Gary, que foi um marco importante para a limpeza urbana do Rio de Janeiro. Daí a designação até hoje de “gari” para alguns empregados da limpeza urbana. (EIGENHEER, 2009, p. 102).

Estes entraves no contexto organizacional do sistema de limpeza provocaram, segundo Aizen e Pechaman (1985) anos depois, a tentativa de centralização destes serviços pela empresa Gary, ainda que de forma provisória.

A Gary submete um projeto em que intenta assumir o monopólio sobre os serviços de limpeza da cidade, cobrindo, também o recolhimento do lixo nas residências, sendo, para tanto, estipulada uma taxa mensal para tal, porém não logrou êxito. Em 1892, a Gary fecha as portas e seus ativos passam para o governo, sendo assumidos pela prefeitura que instituiu a Inspetoria de Limpeza Pública para assumir a responsabilidade pelos serviços. O nome Gary encontrou aprovação na sociedade de tal monta, que até hoje os funcionários da limpeza urbana recebem o nome de “gari” (EIGENHEER, 2009).

O século XX se inicia com mudanças administrativas profundas, sendo estas efetivadas de forma mais intensa em 1903, já na gestão Pereira Passos. Neste contexto, o trato do lixo ganha status de Superintendência autônoma, estrutura que perdurou por cerca de trinta anos.

Durante o decorrer dos anos, a discussão passou a girar em torno da destinação do lixo – queima em incineradores ou aterro -, com contribuições de Alfred Agache, que descreveu a necessidade de se repensar o projeto de incineração proposto à época, mas que não resultou para construção de alternativas.

Em decorrência do crescente contingente populacional, o governo municipal começa a implementar coleta via tração mecânica. Quando, em 1920, a população da cidade ultrapassa a casa do milhão de habitantes, este sistema se estabelece e começa a expandir-se.

Os problemas também se seguem em franca expansão, na medida em que a cidade cresce em extensão e população. As ações pensadas para solução dos problemas esbarravam nos embates políticos, na ganância sobre possíveis lucros e na pressão dos donos de empresas, enquanto a cidade seguia suja.

Os modelos públicos, privado e misto para gestão do lixo se revezaram sem, ao longo de décadas sem, contudo, conseguirem dar conta dos problemas a ele relacionados. Em 1970, durante a chamada época do “milagre econômico brasileiro”, em que mergulhamos de vez no contexto de sociedade de consumo, produzia reflexos diretos na produção e no descarte de resíduos, a problemática dos resíduos se faz mais agudizada (AIZEN & PECHAMAN, 1985, p. 115).

3.1.2.

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB

Para fazer frente aos desafios do lixo, que a Diretoria de Limpeza Urbana – DLU enfrentava, em 1962 foi “autorizado a criação da Secretaria de Obras Públicas, dentre outras, a Companhia Estadual de Limpeza Urbana – CELURB – destinada à coleta e à industrialização do lixo” (AIZEN & PECHAMAN, 1985, p. 115), o que levou 11 anos para ser efetivado, acontecendo em 1973. A nova CELURB teve pouca duração.

Em vista da junção do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se em município e em capital do Estado do Rio de Janeiro. Nasce aí a COMLURB, pelo Decreto Lei 256 em 22 de julho de 1975. Entre suas atividades principais, estavam a coleta do lixo, a limpeza de logradouros, o transporte e destino final dos resíduos. Eigenheer (2009) descreve sucintamente as dificuldades e as mudanças deste período e da continuidade das precariedades por toda a história até a criação, em 1975, da COMLURB:

Os serviços têm altos e baixos, e as empresas particulares retornam em 1898. Novas dificuldades acabam por levar, em 1901, à criação da Superintendência de

Limpeza Urbana, que estará plenamente organizada em 1904. Mas os serviços continuavam precários. Posteriormente, em 1940, foi criada a Diretoria de Limpeza Urbana (DLU), e, em 1975, a Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb). (EIGENHEER, 2009, p. 102).

Para destinação final do lixo, entre outras, a empresa mantinha o Aterro Metropolitano de Gramacho, fruto de uma doação à COMLURB feita pela Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Uma área de manguezal que circunda a Baía de Guanabara, com extensão de 370,55 hectares, pertencente geograficamente ao município de Duque de Caxias e esta área se destinaria a servir a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sob forma de consórcio com os demais municípios beneficiados (BASTOS, 2014 p. 24).

Vale ressaltar que pelos apontamentos de Valéria Bastos (2014) sobre o futuro que teria o Aterro Metropolitano de Gramacho, foi o de que ele reproduziu o acontecido na Ilha da Sapucaia. Tornou-se um lixão a céu aberto, sem controle sanitário e profundamente poluidor do meio ambiente, sobretudo, da Baía de Guanabara. Segundo Valéria Bastos (2014),

[...] por cerca de duas décadas o que estava previsto não ocorreu, pois esta área foi fortemente explorada e degradada, sem tratamento adequado do solo e dos resíduos depositados. Com isso, o lixo invadiu o manguezal e a Baía de Guanabara, transformando a área que deveria comportar um aterro sanitário em um lixão, isto é, espaço onde são escoados resíduos sólidos, sem tratamento adequado do solo e com a presença de catadores (BASTOS, 2014 p. 25).

O aterro foi fechado em 2012. Porém, a autora aponta que o movimento de fechamento de Gramacho aconteceu para dar respostas às pressões internacionais, em virtude da Rio+20, Conferência das Nações Unidas que estava às vésperas de se realizar. Um lixão da monta do de Gramacho como vitrine, o maior lixão da América Latina, não passaria boa imagem da cidade.

O intento, segundo Valéria Bastos, seria passar ao mundo que o Rio de Janeiro, mesmo sem uma política eficaz de destinação dos resíduos e de uma política de reciclagem, estava no caminho para “se tornar uma cidade ambientalmente correta” (BASTOS, 2014 p. 16).

O grande problema é que a substituição do Lixão de Gramacho pelo Aterro Sanitário de Seropédica não trouxe verdadeiras mudanças no campo dos resíduos, pois não se vislumbra no horizonte dos resíduos, verdadeiros

movimentos para a implementação de tecnologias de reciclagem, compostagem e demais ações que integrem, por exemplo, os catadores nesta cadeia.

Para além das fraturas estruturais e das intencionalidades que foram relatadas por Bastos (2014), houve ainda a total falta de leituras do poder público sobre as vulnerabilidades que se apresentavam e que sobrepujam em prioridade aos propalados riscos ambientais usados como pano de fundo para a ação de fechamento do Lixão de Gramacho. Cerca de 1500 pessoas que usavam este território e de onde tiravam seu sustento num “trabalho fixo”, não foram consideradas no processo. Nem tão pouco as tramas sociais que eram tecidas neste território onde seus atores encontravam-se sem vínculo laboral formal e sem segurança trabalhista ou benefício, onde a informalidade reinava (BASTOS, 2015 p. 270).

Valéria Bastos expõe que antes das justificativas sobre os riscos ambientais, as vulnerabilidades sociais presentes neste território precisariam ser alvo da ação governamental, se fossem mesmo os motivos para o fechamento do lixão, o que não ocorreu. Para ela, a ação desresponsabilizada do poder público se deveu, sobretudo pelo fato de se tratar de um território que carrega todo o signo do rejeito e/ou do refugio humano onde seus trabalhadores acabam por ser tratados como o objeto de sua atuação (BASTOS, 2015).

Hoje a COMLURB se consolidou como a maior empresa pública de limpeza urbana, tratamento e destinação dos resíduos sólidos da América Latina. De capital misto, tem a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária, teve franca expansão das atribuições e, também, a sua área de ação se ampliou. Porém, a sua eficiência foi contestada pelo Relatório Rio Como Vamos (2013), que denuncia que 80% dos resíduos produzidos nas favelas do Rio de Janeiro não tem destinação adequada.

Hoje, para além da limpeza urbana, conservação dos logradouros e destinação dos resíduos e da coordenação e gerenciamento dos aterros, ela se estabelece com uma “expansão excessiva de responsabilidades que vai para poda de árvores e hoje chega a limpeza de escolas e hospitais. Desde 2009 a responsabilidade pela alimentação escolar também é da Comlurb” (Rio Como Vamos, 2013, p. 2).

No intuito de responder aos anseios da elite que desejava europeizar a então capital federal, produziu-se no Rio de Janeiro a modernização da cidade aos moldes europeus. Como parte importante neste processo, estava a expulsão

dos moradores pobres dos espaços insalubres. Os cortiços, os espaços de “sujidade e desajustes” não mais cabiam neste novo momento modernizador (RIBEIRO, 2015).

Assim, munido da tarefa de limpar os espaços e promover a modernização da capital, o governo começa a demolição dos cortiços, tendo o “Cabeça de Porco” como seu momento primeiro, por ser o maior da cidade, o que tornaria a ação emblemática. Sem poder contar com os cortiços para sua morada, a população que os habitava sobe os morros e neles começa a fomentar o crescimento das favelas recém-nascidas. O primeiro morro a ser buscado foi o da Providência. (ZALUAR & ALVITO, 2006); (VALLADARES, 2005); (GONÇALVES, 2013) e (RIBEIRO, 2015).

Os mesmos preconceitos imputados à favela e expostos no capítulo anterior se cruzam com os abordados neste campo sobre o lixo. Não obstante, os moradores das favelas, seus precursores e congêneres constituem-se na mão de obra para execução dos trabalhos relativos ao lixo. Eigenheer, (2009), discorre sobre o uso destes sujeitos para tais atividades.

Também a indicação das pessoas empregadas nessas práticas e serviços ligados à limpeza urbana (remoção de lixo, dejetos e cadáveres) é importante para se avaliar a insegurança e a ameaça que representavam. Via de regra, temos nessas atividades excluídos sociais (prisioneiros, estrangeiros, escravos, ajudantes de carrascos, prostitutas, mendigos, etc.). De alguma forma permanece ainda hoje a prática segundo a qual os “socialmente inferiores” devem se encarregar desses serviços (EIGENHEER, 2009, p. 20).

Quanto ao lixo, recorremos ao Dicionário Aurélio para dizer que “é tudo o que não presta e se joga fora [...] sujidade, sujeira, imundice [...] coisas inúteis, velhas, sem valor” (FERREIRA, 1986, p. 1.042).

No caso do lixo, ousaríamos dizer que se trata de tudo que não possui, dentro da lógica capitalista, capacidade de ser atribuído um valor. Ou seja, é tudo que no processo de produção, comercialização e consumo, não tenha um fim lucrativo.

Talvez, por não ser percebida como área produtora/consumidora no sistema ao qual está inserida de forma subalternizada e despossuída, “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998, p. 531), a favela seja confundida com a própria causa de grandes problemas do local a que se estabelece, o lixo. Ambos, a favela e o

lixo, por conseguinte seus moradores, os favelados, são confundidos como um só, considerados escórias e nocivos à sociedade.

3.2.

O tratamento e a destinação do lixo nas favelas cariocas

Segundo os dados do Censo IBGE (2010), no campo que trata sobre a gestão dos resíduos sólidos no município do Rio de Janeiro, faremos um recorte especial sobre os aglomerados subnormais, a partir dos dados dissecados pelo relatório Rio Como Vamos (2013).

Neste relatório, a maior parte dos resíduos sólidos produzidos nos territórios considerados aglomerados subnormais da cidade do Rio de Janeiro, a partir dos dados obtidos das respostas coletadas pelos recenseadores em 2010, demonstram que, em torno, de 80 a 90% são destinados de forma incorreta, segundo o que preconiza a PNRS.

Estas são informações que demonstram incongruências e choques, se comparadas aos dados, também do IBGE (2010) e da Comlurb, de que estes territórios têm 100% de cobertura da política municipal de limpeza urbana. Uma cobertura composta por 60% de coleta domiciliar direta e outra de 40% a partir de bases operacionais da COMLURB, o que daria 100% dos domicílios dos territórios de favelas cobertos pelos serviços de coleta domiciliar.

O relatório do Rio Como Vamos (2013), estabelece uma relação de produção de lixo por habitante que circunda em torno de 0,79kg/habitantes-dia. Assim, o relatório destaca “[...] que 1/4 da população reside em áreas com urbanização fora dos padrões vigentes e precariedade na prestação dos serviços públicos essenciais e gera algo em torno de 1.100 toneladas de resíduos domiciliares diariamente” (Rio Como Vamos, 2013).

Ainda segundo o relatório, com base nos apontamentos de Censo 2010 do IBGE, relaciona que os cerca de 80 a 90 % do lixo dos territórios que não são recolhidos pela COMLURB, tem como destinação: terrenos baldios; rios, lagos e mar; queima; enterro e outros destinos.

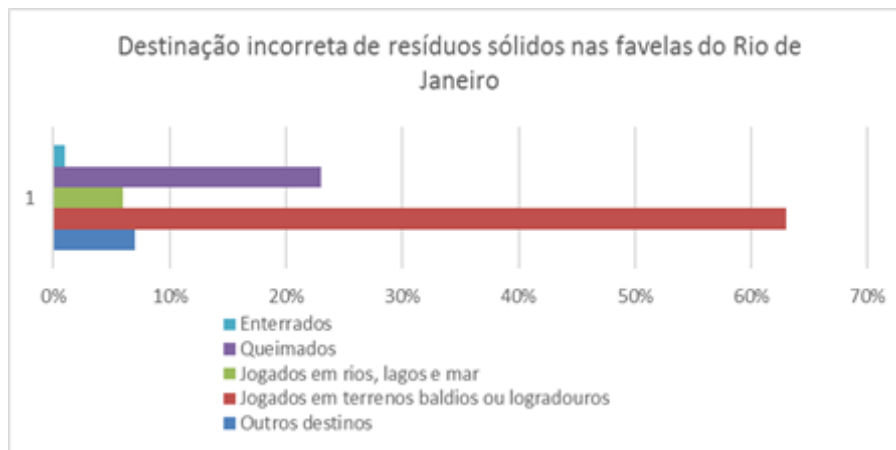


Figura 1- Destinação incorreta de resíduos sólidos nas favelas do Rio de Janeiro.
Fonte: Aglomerados Subnormais do IBGE Relatório Rio Como Vamos (2013).

Das 1.100 toneladas diárias, cerca de 880 a 990 toneladas produzidas diariamente nas favelas, ficam em seus terrenos baldios ou logradouros; queimados; enterrados e ou em outros destinos na própria favela ou ainda, lançados em rios, lagos e mar. Esta estimativa apresenta uma possibilidade de acúmulo de lixo capaz de gerar danos imensuráveis ao meio ambiente.

Os dados apresentados pelo relatório Rio Como Vamos (2013) nos mostram que os 100% de cobertura da COMLURB na coleta de lixo nas favelas apenas a apontam como presente nestes territórios, mas não validam a efetividade desta presença na coleta e destinação do lixo produzido pela população que habita. Os lixões nas favelas do Rio de Janeiro acabam por se tornarem locais de ampliação das vulnerabilidades destes territórios, que junto às características naturais de riscos e de eventos climáticos ampliam a possibilidade de ocorrência dos desastres.

3.2.1.

Desastre: uma relação de riscos com vulnerabilidades

Para a ONU, segundo Carina de Souza Rodrigues (2013) um desastre natural se define por grave ruptura funcional de uma comunidade ou sociedade que relaciona perdas de ordem humana, material e prejuízos ambientais e econômicos que interferem na capacidade desta comunidade de responder sozinha a este agravo. Para que ocorram desastres, a combinação de riscos e vulnerabilidades precisa se fazer presente.

Valencio (2012) compreende o desastre para além do seu cunho natural e ao trazer elementos que justificam a sua abordagem, afirma que o desastre é uma construção humana, produto da ação do homem e deve ser entendido como uma construção social, fruto da fragilidade das relações sociopolíticas e socioambientais.

O que vimos e ouvimos costumeiramente nos discursos em torno dos “desastres naturais”, que ocorrem de forma já rotineira nas favelas do Rio de Janeiro, são as falas em torno do “caráter atípico do evento climático” que o proporcionou, relacionados aos condicionantes ambientais das áreas atingidas – classificadas como áreas de risco, sem que se discutam as implicações econômicas e sociais destes desastres. Sem, contudo, se levar em conta a dimensão histórica e a complexidade de sua construção até se desencadear o desastre que de natural não tem quase nada (ACSELRAD, 2015 p. 66).

Vulnerável ambiental é, na concepção posta por Acserald (2015), aquele que se encontra sob risco iminente ou circunstancial de sofrer agravos por conta de perfil sociodemográfico e locacional, onde o diferencial de mobilidade entre os grupos sociais desnuda a capacidade dos ricos de sair das áreas de riscos, numa recusa constante de se submeterem a regulação política e a capacidade dos pobres, de apenas circularem nos circuitos de risco, o que mostra que não há democracia neste campo.

Abordaremos, para efeito de sustentação de nossas reflexões futuras, que a vulnerabilidade precisa ser vista como um processo que se desenrola a partir de um quadro de risco presente, até que se sofra o agravo. A condição de vulnerabilidade como relação “historicamente determinada – e desigualmente atribuída na sociedade” (ACSELRAD, 2015 p. 58) numa “exportação da injustiça ambiental” (ACSELRAD, 2015, p. 111).

Chamamos de risco, a probabilidade de sofrer agravos. O risco de desastre ambiental/natural não deve ser associado apenas ao grau de suscetibilidade de uma área a algum agravo, mas também relacionado com o perfil sociodemográfico dos habitantes do local. O risco, portanto, correlacionam as condições físicas, econômicas, sociais e ambientais da área que é determinante na forma de lidar com o agravo sofrido. (RODRIGUES, 2013, p. 13)

Entender a cidade no tempo histórico em que vivemos é percebê-la como espaço em “uma produção contínua“. Perceber se neste processo produtivo não há equidade na distribuição dos investimentos na urbe e se o acesso aos serviços

se dá, ou não, de forma democrática, faz-se importante. Fundamental, também, é perceber se as desigualdades sociais de acesso ao espaço, seus bens e serviços, são agudizados. As desigualdades são elementos que propiciam o agravamento de suscetibilidades a desastres, sobretudo, os ambientais, pois são assim “expostos pelas forças que emanam da organização social, que é hierárquica por definição” (COELHO, 2012 p. 35-39).

A produção social da vulnerabilidade se dá através das dinâmicas de regulação do espaço urbano onde se determinam os “espaços de degradação”, as “zonas de sacrifício”, além dos espaços destinados ao mercado onde a degradação ambiental e a gentrificação são usadas como mecanismos de regulação e de justificação da remoção dos pobres, sobretudo com o uso de megaeventos como pano de fundo para tais ações, a exemplo do que tem acontecido no Rio de Janeiro neste “urbanismo de negócios” (ACSELRAD, 2015 p. 58 - 66).

Marize Cunha *et al* (2015) trazem o conceito de “zonas de sacrifício” para a favela, por serem estes espaços que, na cidade do Rio de Janeiro, recebem as maiores consequências ambientais destinadas às populações socialmente discriminadas. Os autores classificam “zonas de sacrifício” como territórios onde as “expressões de um modelo de desenvolvimento poluente e concentrador de renda, com um estado bastante ineficiente em termos de políticas distributivas, sociais e de moradia para as classes populares” (CUNHA *et al*, 2015, p. 97) encontram-se presentes.

Os questionamentos de legitimidade começam a ser discutidos em amplos setores da sociedade e o fortalecimento social na construção de ações a partir “de uma estratégia dos não cidadãos” (DAGNINO, 2004, p. 108), num processo de produção da exceção (CAETANO, 2013), com a articulação e a mobilização comunitária para conquista de “uma cidadania ‘de baixo para cima’” (DAGNINO, 2004, p. 108) começa a se tornar visível.

O lixo por conta dos entraves no cumprimento do que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, continua distanciado da nova condição que lhe conferirá um novo sentido, o de *resíduo sólido*, proporcionador de geração de renda, cujo sustento jurídico é a Lei Federal 12.305 de 2010.

É cediço que a questão da legitimidade territorial já discutida em Gonçalves (2013), faz com que os moradores de favela enfrentem dificuldades na luta por políticas públicas que atendam às suas necessidades, sobretudo, diante

da pressão social gerada pela pecha de despossuídos que envolve estes atores. Porém, como expresso por Evelina Dagnino (2004):

As dificuldades comumente apontadas para que os setores populares venham efetivamente a desempenhar esse papel, dificuldades que são reais e extremamente complexas, como as assimetrias de informação, de uso da linguagem, de saber técnico, não estão servindo de pretexto para que se descarte essa possibilidade, mas estão sendo enfrentadas na prática (DAGNINO, 2004, p. 110).

Quanto à “produção da exceção”, neste ambientalismo de negócios, usamos Caetano (2013), que nos fala dos “inúmeros instrumentos sociais que educam nossos corpos e que nos fazem internalizar limites ou nos impõem fronteiras para alcançar outros status sociais, mas que há brechas que permitem que alguns sujeitos ultrapassem tais limites”. Ainda segundo o autor, essa “é a mesma lógica que impõe ao sujeito a responsabilidade do seu fracasso” (CAETANO, 2013, p. 80).

O Morro dos Prazeres tem as características de uma “zona de sacrifício” supracitadas e sofreu um desastre com agravos ambientais que resultaram em perdas humanas e materiais, marcando de forma contundente as vidas dos seus moradores. As perdas humanas e materiais além da responsabilização sobre o desastre, por conta do acúmulo do lixo, trouxe a necessidade desta favela buscar as brechas dentro deste sistema para ultrapassar os degraus e estabelecer um novo paradigma para a questão do lixo na favela.

O lixo, então, transforma-se em ativos que produzem melhorias para a favela, num claro romper de fronteiras sob as quais estava posto o território, limitado ao conceito de ambiente insalubre, pelo qual a favela sempre esteve simbolizada e responsabilizada.

4

Estudo de caso: a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres

4.1.

Apresentação do campo

Encanto da Paisagem

Morro és o encanto da paisagem / Suntuoso personagem de rudimentar beleza /
Morro, progresso lento e primário / És imponente no cenário / Inspiração da natureza /
Na topografia da cidade / Com toda simplicidade, és chamado de elevação /
Vielas, becos e buracos / Choupanas, tendinhas, barracos / Sem discriminação /
Morro, pés descalços na ladeira / Lata d'água na cabeça / Vida rude alvissareira /
Crianças sem futuro e sem escola / Se não der sorte na bola / Vai sofrer a vida inteira /
Morro, o teu samba foi minado / Ficou tão sofisticado, já não é tradicional /
Morro és lindo quando o sol desponta / E as mazelas vão por conta do desajuste social.
(Nelson Sargento, 1986)

Entre o final do século XIX e início do século XX a demanda por moradias crescia na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, por conta do processo de expansão urbana que a cidade vinha sofrendo e da remodelação do seu centro, que fez com que as populações de baixa renda fossem deslocadas de suas moradas nos cortiços e buscassem uma alternativa de habitação que as mantivessem próximas ao local de trabalho. Assim estas populações, expulsas dos cortiços subiram os morros da cidade, que se estabeleceram como local de sua morada. Nascem as favelas. (ZALUAR & ALVITO, 2006); (VALLADARES, 2005); (GONÇALVES, 2013) e (RIBEIRO, 2015).

O Complexo do Morro dos Prazeres é composto por duas comunidades de favelas – Morro dos Prazeres e Morro do Escondidinho –, com histórias e realidades aparentemente iguais, mas bastante distintas e está localizada na XXIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, área que compreende o bairro de Santa Teresa. Neste trabalho, vamos desmembrar este complexo e ter como campo de investigação o Morro dos Prazeres, foco de nossa pesquisa.

Poderíamos apresentar o Morro dos Prazeres na forma como está comumente estabelecido, expondo seus dados demográficos, localização geográfica e sua situação socioeconômica, fazendo uso dos dados do Censo do IBGE de 2010 nos quais apontam que ele é um conglomerado subnormal com

2.136 habitantes e que segundo o Panorama dos Territórios do Instituto Pereira Passos (2014), tem a sua população assentada em 622 domicílios distribuídos em uma área territorial de 48.871 metros quadrados.

Poderíamos ainda dizer que o Morro dos Prazeres possui um quadro de organização socioeconômica onde os responsáveis pelos domicílios encontram-se na seguinte situação: 90,2% ganhando de 0 até 2 salários mínimos, 18,0% não possui rendimento formal comprovado; 2,1% ganha até metade do salário mínimo; 40,7% ganha mais da metade a 1 salário mínimo e; 2,1% ganham de mais de 1 a 2 salário mínimos, e finalizarmos com a afirmação da situação de pobreza em que vivem seus moradores, como já o fizemos em Bastos *et al* (2015).

O que estes dados dizem do Morro dos Prazeres que o identifique e que o diferencie de outras favelas, outros “aglomerados subnormais” (IBGE, 2010)?

Também, poderíamos, a partir deste contexto, afirmar que a maioria da sua população compartilha problemas de desemprego ou subempregos, baixo nível de escolaridade, dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais. Que vivenciam as questões do lixo, desastres e do julgo da violência onipresente/circundante, como também já o fizemos em Bastos *et al* (2015), mas ainda assim não teríamos descrito o Morro dos Prazeres.

Poderíamos buscar a historiografia do lugar e dizer que o Morro dos Prazeres recebera este nome a partir de uma madre chamada Maria dos Prazeres, que subia o morro onde havia espaçados barracos para rezar e trazer alento espiritual aos moradores do lugar onde posteriormente fora construído uma igreja e no entorno da qual crescera a favela (CEDAPS⁶, 2011).

Ainda assim, não teríamos dito o que o Morro dos Prazeres possui em seu interior. Não teríamos descrito a vida, a efervescência, o movimento que o identificasse como uma favela distinta de tantas outras favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Pensando nesta questão que nos fora posta para reflexão na construção deste estudo, entendemos que só podemos apresentar o Morro dos Prazeres se o fizéssemos a partir de dentro dele, a partir do seu povo, com o seu povo, pelo seu povo, com uma narrativa que possibilitasse uma visão para além da frieza dos números contidos nos dados oficiais. Somente assim, fugiríamos da forma

⁶ O Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS, fundado em 1993, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com o foco na Promoção da Saúde e que tem como principal objetivo a cooperação técnica para organizações de base comunitária.

homogeneizante de descrição territorial com os quais os dados supracitados a apresentam. Foi assim que partimos para o campo e começamos a conhecer o Morro dos Prazeres.

Para esta imersão, contamos com a Cris dos Prazeres (Zoraide Gomes), uma pernambucana, vinda da Praia do Janga do município de Paulista, PE, que chega ao Rio de Janeiro aos 14 anos, numa aventura pela Cidade Maravilhosa em busca de oportunidades para vida. Cris já mora no Morro dos Prazeres há 29 anos e, pela adoção do pseudônimo, já nos mostra o orgulho de ser moradora deste território. “O encanto da paisagem” e a gente “alvissareira” a encantou. Com ela subimos o morro.

Subindo a ladeira do acesso principal chegamos à barreira. Os “Prazeres” que sentimos, ao subir o morro, já começam a se aflorar na Praça da Barreira, portão de entrada, onde podemos visitar o Casarão Cultural dos Prazeres, uma imponente casa construída na década de 1920, em um vasto terreno que teria pertencido à família do Duque de Caxias desde os idos de 1905. Para além, este Casarão foi a sede do Centro de Estudos Ecumênicos da Ordem dos Dominicanos, o que lhe rendera o apelido de Casa dos Padres, e também foi palco de filmes como Macunaíma (fonte Grupo PROA⁷). Desta construção já pudemos ver uma paisagem única da Baía de Guanabara e do Pão de Açúcar.

Ainda na Praça da Barreira, visitamos a “Quadra” - espaço de esporte e lazer e palco de inúmeros acontecimentos da comunidade -, temos um grafite com a imagem de Zé Bernardo, falecido em 2011, um antigo morador incansável admirador das belezas do morro, e a frase: “É um prazer estar nos Prazeres!”, a ele atribuída, e que foi adotada por todos os moradores, e é pronunciada para todos que chegam numa forma de dizer: sejam bem-vindos a este lugar!

Seguindo as escadas, no “Caminho do grafite” – sequência de ruas grafitadas que passam em suas cores a beleza e a alegria do lugar –, temos a primeira parada na “Praça Doce Mel”, de onde o Rio parece se descortinar para o deleite de nossos olhos e de onde a Baía de Guanabara, a cidade de Niterói e o Pão de Açúcar aparecem em seus melhores ângulos. Dá para ver o Maracanã, a ponte Rio/Niterói, o Dedo de Deus!

Das “vuelas, ladeiras, becos e barracos” que compõe o Morro dos Prazeres, se descortina o Rio de Janeiro. Nossos olhos vislumbram “o encanto da paisagem”

⁷ Grupo comunitário de mobilização social do Morro dos Prazeres, do qual nos referiremos de forma mais ampla a seguir.

cantado por Nelson Sargento (1986). Diante de tanta beleza, pensamos que o compositor poderia ter sido inspirado no Morro dos Prazeres, pois toda a letra desta música parece fazer menção a este lugar que se apresenta com “rudimentar beleza” e “imponente no cenário; inspiração da natureza na topografia da cidade”.

O morro fica mais “lindo quando o sol desponta” ou se vai ao crepúsculo, traçando quadros inesquecíveis da Baía de Guanabara, do Pão de Açúcar, do Corcovado com o Cristo Redentor de braços abertos e de tantas outras paisagens da cidade do Rio de Janeiro. Assim, conhecemos a topografia e as incontáveis vistas da cidade do Rio de Janeiro, e que o Morro dos Prazeres propicia. Porém, para conhecer de verdade o Morro dos Prazeres, nos faltava saber da vida, da efervescência, da história de seus moradores e dos movimentos que o tornam uma favela única, diante de tantas outras.

Seguimos sempre saudados por calorosos cumprimentos de “bom dia”, dos moradores que passaram por nós até chegarmos ao Campão – campo de futebol, local de lazer na parte mais alta do morro –, de onde o Cristo parece nos estender os braços nos dando boas-vindas.

De lá seguimos no “Caminho do Grafite” até o “Campinho”, num dos pontos mais altos do morro, local em que outro morador, João Tutéia – também já falecido –, trabalhou para que um lixão próximo a sua casa deixasse de receber lixo e se transformasse num espaço de lazer para as crianças. O seu sonho era que naquele espaço, um dia fosse construído uma praça onde as crianças pudessem brincar, mas enquanto isto não acontecia, cultivava plantas medicinais e hortaliças para oferecer aos moradores em troca de não colocarem lixo ali.

O lixão que ele limpou e do qual cuidava para que não tornasse a virar local de despejos, hoje é um local de lazer de todos os moradores que o preservam e entendem a sua importância para a comunidade. O local chama-se Praça João da Tutéia.

A vida, o movimento e a efervescência do Morro dos Prazeres nos faz retornar ao samba de Nelson Sargento (1986) e dizer que mesmo na “vida rude alvissareira” e com “as mazelas [que]⁸ vão por conta do desajuste social”, o Morro dos Prazeres tem muito mais que os frios números do Censo IBGE (2010) e a já distante história de sua formação. O Morro dos Prazeres tem vida e identidade próprias.

⁸ Grifo nosso.

Cris no apresentou a Eliza Brandão, presidenta da associação de moradores do Morro dos Prazeres, Associação Sociedade Amigos do Morro dos Prazeres - SAMP. Dona Eliza nos acompanhou em algumas caminhadas pelo morro e se mostrou uma conhecedora das necessidades do território. Ela nos apresentava a cada uma delas, falando dos caminhos já percorridos para supri-las e das dificuldades para os tantas outras serem solucionadas.

Também conhecemos e tivemos o prazer de bater um longo papo com a ilustre Dona Maizé (Dona Maria José), neta de escravos, a mais antiga moradora do local, que no alto dos seus 96 anos, não deixa de receber suas visitas com carinho e contar as histórias sobre o morro, que guarda carinhosamente na memória. Histórias que foram construídas ao longo de sua vida, histórias vividas. Ela expressa o orgulho e a felicidade de ali morar.

Com suavidade e saudosismo, Dona Maizé nos contou do tempo em que fora porta-bandeira do bloco local nos carnavais da cidade e que até hoje não perde a oportunidade de “cair na gandaia” e “remexer as cadeiras” quando ouve o samba tocar na quadra, demonstrando uma alegria de viver e uma vitalidade invejável. Até quando pontuou sobre os momentos tristes que viveu, o fez com doçura e altivez.

Conhecemos a Dona Branca, uma senhora que criou uma horta comunitária também num antigo lixão e com amigas, inspiradas no exemplo de João Tutéia, evitavam que o lixo voltasse a se acumular. Com a ela, conhecemos a Dona Rosalice, dentre outras, também importantes representações neste processo de preservação da comunidade para a posteridade.

Com o Orlando, conseguimos resgatar nomes importantes que fizeram a história do lugar, que ajudaram na construção das mobilizações de que o morro fora protagonista e do “espírito dos mutirões para construção dos barracos” que o compõe.

Além de João da Tutéia, seriam eles: José Simões – o Zé Flamengo –, José Bernardo, Seu Lulu, Inácio Bento, Nonô Tavares, João Bertoldo, Sebastião Francisco, José de Oliveira – o Zé Pernambuco –, Luiz Teixeira, Aquiles Chaves Ricardo, José Marinho, Elói Barreto, Rubens Nunes, João Bernardino, João Dutra, José Marcio, Ulisses Minervino, Seu Lourival, José Vaz, José de Almeida, Seu Onofre, Antônio Dias – o Antônio Pitu –, Antônio Delfino Alves e tantos outros sobre os quais ainda voltaremos a falar.

Conhecemos Wellington Magalhães - com o seu Baile Charme – e o Igor & Black Santa, exemplos de pessoas que lutam pela promoção da expressão cultural do Morro dos Prazeres, eventos que ocorrem regularmente no campo de futebol – o Campão. Estes eventos promovem o entrelaçamento da comunidade com inúmeros visitantes, que chegam para se divertir nestes espaços de expressão cultural próprios dos territórios populares, que aqui vem com a paisagem já referida como enfeite do cenário.

A paisagem faz com que a cada dia mais se conquistem novos adeptos desta cultura – os vindos do “asfalto” –, que dançam até o alvorecer e veem o quanto o morro é “lindo quando o sol desponta” (SARGENTO, 1986).

Também o conhecer o Morro dos Prazeres “por dentro”, por seus moradores, pela vida que corre por suas vielas, nos possibilitou ter o encontro com inúmeras pessoas que fazem o ativismo social na comunidade e que já fazem parte da história do Morro dos Prazeres.

Para além, muitos destes sujeitos sociais acabam exercendo a liderança na comunidade e trabalham com os demais moradores sobre a importância da participação e da mobilização comunitária para a conquista e garantia de serviços e políticas que os atendam, temas abordados neste trabalho. Estes sujeitos mobilizadores encontram-se citados no decorrer deste trabalho e nos agradecimentos. É com a participação efetiva deles que seguiremos no campo de pesquisa.

Como já referido, foi através da Cris dos Prazeres que fomos apresentados a este território e pudemos entender que o significado do nome desta favela está para além da coincidência de sua história com a madre que ali subia para rezar.

O nome do Morro dos Prazeres reflete o prazer de seus moradores em conviver com tamanhas belezas no seu cotidiano, uma forma de mitigar as mazelas do dia-a-dia de uma favela no Rio de Janeiro.

Aqui me permito falar na primeira pessoa, para dizer que andar no Morro dos Prazeres foi um passeio que me fez ter um encontro comigo mesmo, que já tive a experiência de vivência na escassez de forma bem presente durante a infância e adolescência, sem que as belezas da vida me fossem tiradas.

O Morro dos Prazeres é uma elevação rochosa que na década de 1940 começou a receber seus primeiros moradores com a permissão dos donos da área. Em princípio, moradias espaçadas, mas com o tempo, sobretudo na virada da década 1950 até os idos de 1960, se expande de forma exponencial. O nome

“Prazeres” teria sido originado em homenagem à mãe Maria dos Prazeres, que visitava o lugar para rezar missas ao pé do morro. (CEDAPS, 2011).

Com perfil geomorfológico de inclinação elevada, com toda a sua área posta acima dos 100 metros, o Morro dos Prazeres tem características que facilitaria a ocorrência de desastres naturais do tipo escorregamentos, deslizamentos de terra que o faz ser considerado área de alto risco de desastres naturais (GUIMARÃES, 2004), (SILVA *et al*, 2010) e (RODRIGUES, 2013). O Morro dos Prazeres está localizado na região considerada uma das dez “mais afetadas por escorregamentos significativos por regiões da cidade” (SILVA *et al*, 2010 p. 189).

No entanto, as indicações de risco dadas ao Morro dos Prazeres não foram maiores que as necessidades de seus moradores de estarem perto da zona economicamente produtiva da cidade. A favela se expandiu e adensou, portanto, o que se estabelece oficialmente, é que tem 622 habitações e 2.136 habitantes, que se encontram assentados numa área aproximada de 48.871 metros quadrados, com 3,43 habitantes por domicílio, configurando uma densidade demográfica 437,1 de habitantes por hectare (IPP, 2010) e (IBGE, 2010).

Durante todo o seu processo histórico, não foram poucos os ataques às favelas e o Morro dos Prazeres não ficou de fora disso, sobretudo, por ter seu período de expansão demográfica durante o final do período ditatorial do Estado Novo, passando pela era Dutra, que caçava os comunistas que se infiltravam nas favelas, o retorno de Getúlio Vargas e um breve período democrático que provocaram efervescências políticas no país, mas que não mudavam as intenções dos governantes sobre as favelas.

A “Batalha do Rio de Janeiro” foi a ação considerada de extrema urgência no sentido de se conter o crescimento das favelas e exterminar esta “infestação” do tecido urbano da cidade que marca a época cujo caráter era tão ambíguo que confundia até mesmo os moradores das favelas que não entendiam se os beneficiavam ou prejudicavam. Era uma espécie de reconhecer estes territórios, sem legitimá-los (GONÇALVES, 2013).

Encontramos documentos da associação de moradores que comprovam as tentativas de barrar a expansão das favelas com ações diretas de controle sobre as construções no Morro dos Prazeres. O anexo 02 (página 118), por exemplo, é uma “Autorização de Obra”, expedido pela Polícia de Vigilância do Distrito Federal, que libera o Sr. João Tinoco a fazer reformas em seu barraco,

mas sem liberação de expansão deste, com validade de 50 dias, com data de 7 de novembro de 1951.

No caso mais específico de ação de controle, monitoramento e fragmentação das ações em favelas, limitando os problemas a nível local, sem correlacionar com o contexto global que as constituía, a Coordenação de Serviços Sociais teve atuação importante. Segundo Nísia Verônica Trindade Lima (1989):

As atividades da Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara constituem-se em caso expressivo de tal concepção sobre a organização de moradores. Ao estimular processos de associação na favela como objetivos claramente definidos de colaboração com o governo, favoreceu a predominância de organizações locais sobre articulações de caráter mais amplo (LIMA, 1989, p. 160).

O Memorandum Nº 290/65 (anexo 05, página 121) do Administrador Distrital de Santa Teresa, dirigido ao Sr. Laureano – então presidente da Sociedade Amigos do Morro dos Prazeres – SAMP, autorizando o Sr. Osfrásio Galdino a construir um novo barraco no Morro dos Prazeres, em caráter excepcional, após a queda de seu barraco no desabamento da rua Almirante Alexandrino. O documento é datado de 4 de junho de 1965. E o Memorandum Nº129/66 (anexo 9, página 126), da Chefe de Serviço Social, dirigido ao Administrador da XXIII RA, pedindo vistoria técnica para autorização do barraco do Sr. José Quintanilha. O documento é datado de 16 de setembro de 1966.

Porém todos estes aparatos de vigilância sobre as favelas não conseguiram conter sua expansão. Segundo Mário Brum (2013), a época que antecedeu a Ditadura Militar de 1964, as favelas praticamente dobraram de tamanho.

Há hoje uma nova tendência governamental de aglutinação de conjuntos de favelas, transformando-os em complexos (SILVA, 2015). Desde 2011, o Morro dos Prazeres, junto com o Morro do Escondidinho, compõe o Complexo do Morro dos Prazeres, tendo a favela Júlio Otoni e a favela do Coroadó – “Amapolo” –, como territórios adjacentes e pertencentes a mesma R.A da administração pública.

A imagem aérea a seguir, nos dá um panorama geral do território e localiza o Morro dos Prazeres, no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, na Serra de Santa Teresa, Maciço da Tijuca, área circundada pelos bairros de Laranjeiras e do Rio Comprido. Administrativamente, o Morro dos Prazeres

encontra-se na Área de Planejamento de nº 1 – AP 1, na Região Administrativa – RA XXIII que compreende o bairro de Santa Tereza.

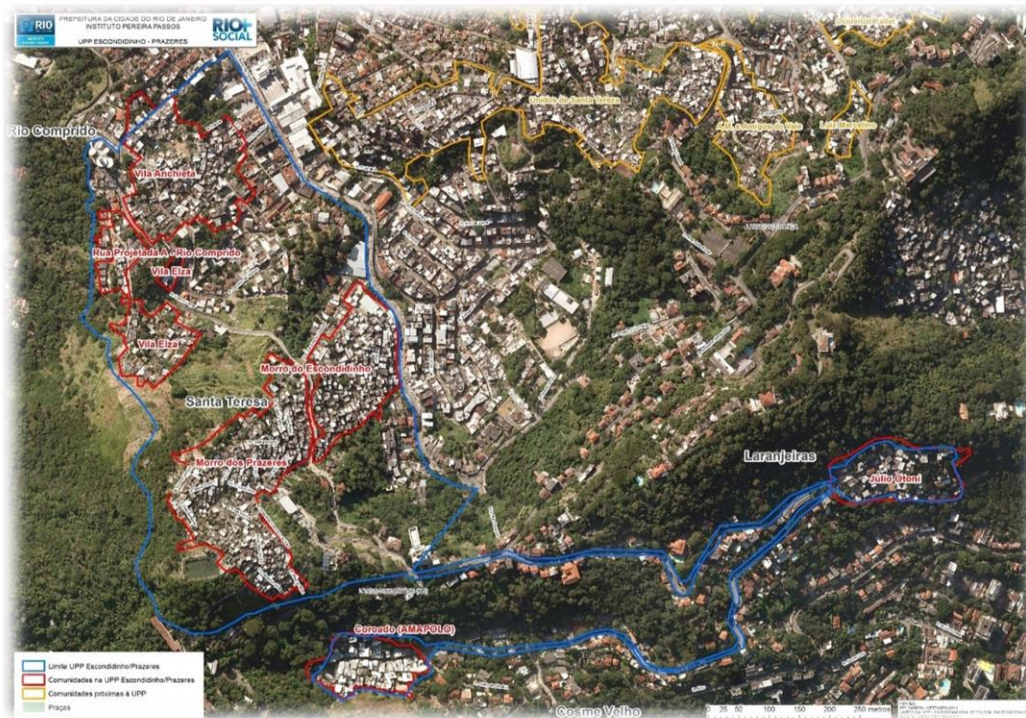


Figura 2- Imagem satelital da área da AP1, RA XXII.
Fonte: Sabren / IPP (2013), a partir dos dados do RIO+SOCIAL.

4.2. O desastre e as suas imbricações

Juntamente com o crescimento das favelas, cresciam as dificuldades de se lidar com o também crescimento da produção do lixo. O que já era um problema para as autoridades na cidade, se ampliava ainda mais nas favelas, sobretudo por estes territórios estarem na cidade, mas não serem considerados parte da cidade e, por isto, não contarem com o atendimento de coleta de lixo.

Assim, o lixo acumulado nas encostas, juntado ao risco pelo relevo íngreme comum das favelas, as torna verdadeiras “zonas de sacrifício”, pois potencializavam os desastres nestes territórios, fatos que se estabeleciam como drástica rotina nestas áreas de habitações populares (CUNHA et al, 2015).

Com o Morro dos Prazeres não foi diferente. Em abril de 2010, um forte temporal atingiu o Estado do Rio de Janeiro trazendo o caos. Por conta do “caráter

atípico do evento climático” (ACSELRAD, 2015 p. 58 – 66), o Morro dos Prazeres sofreu um desastre natural com deslizamentos de terra que provocaram perdas humanas, ambientais e danos sociais, materiais e econômicos incalculáveis.

O documentário “Águas Mortais” do Discovery Civilization, na parte “A próxima parada na rota das águas, o cartão postal do Brasil”, cita que “a combinação dos morros da cidade com milhares de construções precárias faria do Rio de Janeiro, o cenário ideal para uma tragédia”. (Documentário Águas Mortais – Discovery Civilization, 2011)⁹

O Morro dos Prazeres foi uma das comunidades da cidade do Rio de Janeiro que mais sofreu danos durante as chuvas de abril de 2010, “consequência do maior temporal dos últimos 44 anos na região Metropolitana do Estado” (Jornal Nacional de 06/04/10). Estes deslocamentos de sedimentos provocaram o desmoronamento de mais de uma dezena de casas, trinta e quatro pessoas morreram e muitas ficaram desabrigadas, desnudando as fragilidades a que estavam expostos os seus moradores naquele território.



Figura 3- Imagem aérea da área mais atingida no Morro dos Prazeres.
Fonte: Revista Época online, 2010.

O programa jornalístico local – RJ TV 2ª Edição do dia 06 de abril de 2010, informa que “o deslizamento de terras nesta encosta do Morro dos Prazeres

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dNLwYOPG7EU>. Acesso em março de 2016.

começou as oito e meia da manhã. Em poucos minutos pelo menos dez casas, segundo os moradores, foram destruídas”.

O Jornal Nacional, da mesma emissora, inicia com os seus âncoras ressaltando a violência do temporal, trazendo as informações dos desastres e afirmando que:

O Rio de Janeiro sofre as consequências do maior temporal dos últimos 44 anos na Região Metropolitana do Estado. A chuva começou ontem a tarde e ainda não deu trégua. Noventa e cinco mortes foram confirmadas até agora, a maioria em deslizamentos de encostas (JORNAL NACIONAL, 07/04/2010).

No mesmo programa jornalístico uma repórter descreve os impactos destes temporais e a “situação dramática aqui no Morro dos Prazeres, muitos escombros, solo muito vulnerável ainda e mortes” (JORNAL NACIONAL, 06/04/2010).

Foram horas de desespero e de muitas dificuldades. A Sra. C relata que as maiores delas foram a dor, desespero dos moradores e, sobretudo, a demora para a chegada das equipes de resgate, tendo, os próprios moradores, iniciado as buscas por sobreviventes.

As equipes de resgate diziam não conseguir encontrar caminhos para chegar ao local do desastre. A Sra. C, refuta estas declarações e denuncia a falta de capacidade dos serviços de resgate. Segundo ela, usando as próprias empresas de comunicação que acessaram o local, pode dizer que

“[...] é só as equipes de resgate perguntarem para vocês [repórteres]¹⁰, como fizeram para estarem aqui. Eles não conhecem os caminhos para se chegar à Santa Teresa? Parece faltar capacidade” (Sra. C, 13/06/2016).

Contudo, em 1996, o Morro dos Prazeres foi considerado área de interesse social para fins fundiários e urbanísticos, reconhecimento estabelecido pela Lei de Área Especial de Interesse Social (AEIS), nº 2499 de 26 de novembro de mil novecentos e noventa e seis e não constava na lista de áreas de remoções da GeoRio, além de que havia sido alvo do programa urbanístico, “Favela Bairro”, que segundo a representante da associação de moradores foi

¹⁰ Grifo nosso.

“[...] um projeto de revitalização de toda a comunidade que, que foi muito bem planejado e muito bem realizado, mas que infelizmente teve começo, meio e não teve fim. Ele foi paralisado pela gestão atual e, por conta disso, determinada área que deveria sofrer a intervenção pública não sofreu” (Sra. E, 27/05/2016).

Para a representante da associação de moradores, foram a falta de conclusão das obras do projeto de urbanização da gestão anterior – o “Favela Bairro” – e o acúmulo do lixo, os responsáveis pelo desastre.

“Não houve a conclusão das obras e juntou com a falta de consciência dos próprios moradores de tornar aqui um lixão. Este foi o fato de acontecer isso” (Sra. E., 27/05/2016).

Havia 24 horas do desastre e a resposta do governo municipal foi uma entrevista em que o prefeito fala da necessidade de remoção de todos os moradores do Morro dos Prazeres e da comunidade do Laboriaux, na Rocinha.

O Decreto nº 32081 de 7 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial do Município, em 08 de abril de 2010, oficializa a decisão divulgada nos meios de comunicação. O referido decreto traz em seu corpo, dentre outras determinações, as seguintes:

Art.3º - Fica autorizada, nos termos dos incisos XI e XXV, do artigo 5º, da Constituição Federal, às autoridades administrativas e aos agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a adoção das seguintes medidas:

I— penetrar nas casas, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas; e

II— usar de propriedade particular para as ações de emergência que visem evitar ou minimizar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas.

Art.4º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil — SMSDC deverá, de imediato, iniciar os procedimentos necessários a desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres (RIO DE JANEIRO, 2010).

A presidente da Associação de Moradores do Morro dos Prazeres diz que foi informada por um jornalista, quando ainda buscavam por vítimas. Ao site de notícias G1, ela faz críticas de que os moradores sequer foram procurados pela prefeitura e diz: “Nós não somos animais. Somos seres humanos e precisamos do

carinho da prefeitura. Essa comunidade tem uma história e as famílias não querem sair daqui. A gente zela pelos nossos bens” (PORTAL G1, 09/042010).

À nós, a Sra. E. relembra estes momentos e diz que:

“A gente está aguardando para que ele [o prefeito Eduardo Paes]¹¹ acorde. Na época eu fiquei muito indignada. Briguei muito com ele.

Para mim eu fiquei sabendo no dia 8 de manhã. Eu fiquei em choque! Eu falei: é um absurdo, isso!

Para mim, foi o pior momento, porque foi no dia 6 de abril, com dois dias lutando lá [no local do desabamento]¹², quase 48 horas, para retirar ainda as vítimas que ainda estavam soterradas, vem o repórter e me pergunta o que eu achava do decreto do nosso prefeito, que diz que toda comunidade tinha que ser removida. Era uma remoção geral. Aquilo ali para mim me soou como indignação, uma forma de descaso total.

E senti assim, chegou a equipe da Defesa Civil, tudo, com latas, marcando as casas, numerando as casas. Eu me senti como se a gente fosse uma boiada que estava sendo marcada para o abate. Sabe?

É uma sensação assim de revolta, de indignação.

Como assim?! Casas aqui que são muito bem estruturadas. A tragédia não foi ocasionada por casas mau construídas. Foi por um desastre natural e por falta da atuação deste próprio poder que decretou a remoção.

Não se levou em conta a história da comunidade, tudo que já aconteceu, o que acontece e o que pode acontecer nesta comunidade.

A comunidade toda é uma cultura para o nosso país, o nosso Rio de Janeiro. Uma cultura que não se apaga. Não se passa uma borracha” (E., 27/05/2016).

A Sra. E afirma que oficiara os órgãos públicos, alertando para a problemática do lixo nas encostas e para a paralização das obras de contenção, mas que não obteve respostas.

Nesta questão, o Sr. O, morador do Morro dos Prazeres disse que não poderia esperar nada diferente vindo do governo municipal que não dialoga com as favelas. O Sr. O expressa a sua visão ao dizer:

“É uma coisa utópica, né cara?

Você querer mandar ofício para prefeitura para a prefeitura te atender.

Primeiro porque não existe relação nenhuma nossa com a prefeitura ou com o governo do estado. Não existe relação nossa com o Estado. Entendeu?

Você vai mandar ofício achando que você vai ser atendido? Não existe relação. Não existe compromisso.

Nós não temos representantes. Nenhum. Nem na câmara dos vereadores e nem no Estado. Nem na assembleia legislativa. Nós não temos representantes nosso.

Não tem ninguém que fale por nós. Porque nós nunca nos organizamos para ter o nosso representante. Porque nós poderíamos ter 5 políticos só nessa região aqui. Ter 5 vereadores bem votados e com peso, mas nós não nos organizamos para isso.

¹¹ Grifo nosso.

¹² Grifo nosso.

Nós tratamos o nosso voto como se ele fosse ouro e isso aqui vira um garimpo em época de eleição. Ninguém aqui tem ideologia partidária. Política, muito menos! Política é arte de bem viver. Isso aí.... Não tem ninguém político aqui. Ideologia partidária, nós não temos.

Você acha que o prefeito vai nos atender?

Ele nem conhece a favela. Esse prefeito que está aí, o atual, ele teve a coragem de dizer que o Morro dos Prazeres ficava no Rio Comprido.

O cara nem sabe aonde fica o Morro dos Prazeres. Entendeu? O cara nem sabe aonde fica. Então é utopia achar que o prefeito vai te atender, vai despachar contigo. Ele nem sabe quem é você” (Sr. O, 30/05/2016).

A situação oficial de ocupação dos domicílios, agora sob o risco de remoção arbitrária, no Morro dos Prazeres é de 90% de domicílios próprios, um montante de 561 domicílios; 8% alugados, um total de 51 domicílios e 2% cedidos, 10 domicílios. Estes números compreendem o universo de 622 domicílios catalogados pelo Censo do IBGE (2010) na favela e encontram-se diagramados no quadro a seguir.

Quadro 1- Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação no Morro dos Prazeres e o comparativo com as R. A. Rio Comprido, R. A. Santa Teresa e o Município do Rio de Janeiro – 2010

Local	Condição de Ocupação dos Domicílios									
	Próprio		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Total	%	Total	%	Total.	%	Total	%	Total	%
Morro dos Prazeres	561	90%	51	8%	10	2%	0	0%	622	100%
R. A. Santa Teresa	60%		36%		3%		0%		100%	
Rio de Janeiro	73%		22%		4%		1%		100%	

Fonte: Construído a partir dos dados do Rio Mais Social, com base no Censo Demográfico IBGE (2010)

A mídia corrobora com o discurso do governo pela remoção. Em todas as reportagens se fizeram menção à necessidade de se remover estas populações de suas áreas de moradia para áreas ditas mais seguras no subúrbio. A exemplo, a matéria “Avalanche criminoso” do dia 11 de abril de 2010, no modo online, a Revista Época diz claramente sobre a necessidade de remoção com o formato de orientação ao governo e traz algumas aspas do governador, então vice-governador do Rio de Janeiro.

13. O que o governo deve fazer?

Deve remover as famílias das áreas de risco. Quase todas as mortes nas enchentes têm origem nos deslizamentos. São pequenos os índices de mortes por afogamento no meio da rua ou choques elétricos. Uma vez resolvido ou suavizado o problema das casas irregulares, as mortes nas tempestades certamente cairão.

“Entre 2007 e 2009, com recursos do Estado, já foram removidas 7.200 pessoas”, diz o vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão. “Mas ainda há mais de 10 mil nessas áreas. É preciso acelerar esse processo e impedir que haja novos assentamentos irregulares” (Revista Época, 11/04/2010).

O Documentário “Chuvas de Abril 2010 - Rio de Janeiro – Geo Rio”, apresentado por este órgão da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro descreve as ocorrências das fortes chuvas que caíram sobre a cidade, mas, invisibiliza as favelas em seu relato. Segundo o documentário:

As chuvas que atingiram o Rio de Janeiro na madrugada de 06 de janeiro de 2010 alcançaram índices altíssimos da ordem de 290 milímetros em 24 horas com picos de 50 milímetros horários.

Estes índices provocaram uma quantidade de acidentes de proporções devastadoras devido a ocorrência de grandes deslizamentos e rolamento de blocos em volumes nunca vistos, levando ao fechamento de várias vias da cidade implantadas em maciços. Os acessos ao Parque Nacional de Tijuca e à Estrada de Ferro do Corcovado foram interditados por 15 dias devido a 240 deslizamentos. (Documentário Chuvas de Abril 2010 - Rio de Janeiro – Geo Rio, de 2013)

O referido documentário da Geo Rio, que apresenta um balanço das ações que foram feitas após os desastres, começa relatando as ocorrências dos temporais de abril de 2010, faz menção aos maciços e cita as estradas que foram bloqueadas por conta dos deslizamentos e rolamentos de pedras, sem, contudo, aludir as favelas, também situadas nos maciços e em morros adjacentes, que foram igualmente atingidas pelo temporal, com perdas de inúmeras vidas e danos materiais.

O documentário mostra imagens das favelas que foram atingidas e as obras que foram feitas em cada uma delas após os desastres, mas não as cita como afetadas em seu texto de abertura. É como se as chuvas não tivessem provocado mortes e danos nestes territórios. Eles não existiram como zonas de desastres com vítimas, a ponto não de terem espaço de citação no documentário sobre um evento tão marcante na história dos desastres da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, as áreas turísticas do Rio de Janeiro foram lembradas.

A Sra. C diz que não se assusta com esta situação de esquecimento por parte do poder público, pois os moradores das favelas não são vistos pelos governantes. Segundo ela, são cidadãos invisíveis.

“Prova disto é que somos mais de sete mil habitantes aqui no Morro dos Prazeres e o Censo nos declara com uma população de menos de um terço disto. Esta é a forma que o governo nos ver.

A parte não contada dos moradores do Morro dos Prazeres demonstra o grau de invisibilidade com que o governo nos olha. Somos diminuídos e contados diferente da realidade que vivemos.

Todos os não contados no Censo são os não cidadãos, os não vistos e os não cobertos pelos serviços que teríamos que ter por parte da esfera pública” (Sra. C,13/06/2016).

As causas apresentadas para o desastre nos morros do Rio de Janeiro foram, basicamente, três. 1) por conta das condições atípicas dos eventos climáticos; 2) pelo fato de os moradores das favelas atingidas estarem em área de risco atribuídos ao relevo onde se encontram suas moradas e 3) pelo acúmulo de lixo nas encostas dos morros, formando lixões.

Quadro 2- Classes de declividade do terreno

Classes de Declividade	Relevo	Ocupação				
0% – 3%	Plano	Áreas favoráveis à ocupação				
3% – 8%	Suave ondulado					
8% – 20%	Ondulado					
20% – 30%	Forte ondulado	Ocupação com restrições				
30% – 45%		Proibido parcelamento do solo				
45% – 100%	Montanhoso escarpado	Proibida a derrubada de mata				
> 100%		Preservação florestal permanente				
<i>Área total do Morro dos Prazeres segundo classes de declividade suscetíveis a deslizamentos e desmoronamentos.</i>						
Área Total (m ²)	Áreas segundo classes de declividade (m ²)					
	30% - 45%	%	≥ 45%	%	Total <30%	%
48.688	46.194	94,9	418	0,8	46.612	94,9
<i>Fonte: Classificação de declividade, Guimarães (2004)</i>						

Basicamente toda a responsabilidade pelas mortes e perdas materiais foi imputada à topografia do território, à natureza e aos próprios moradores. Nessa perspectiva, os moradores são culpabilizados, já que seriam sabedores de se tratar de uma área de risco e insistirem em permanecer nestes locais, além descartarem o lixo de ‘forma incorreta’ nas encostas do morro.

O lixo não recolhido no Morro dos Prazeres, foi apresentado como o responsável pelo “desastre natural” que dizimou vidas nesta favela, pois o aumento do consumo e do ‘inconsequente’ descarte de resíduos de nossos tempos, provocaram a crescente acumulação e o surgimento de lixões no alto do morro, tornando-se um perigoso vizinho que vulnerabilizou a área mais do que todas as outras questões existentes. Portanto, os eventos climáticos de abril de

2010 e as características topográficas que caracterizam a favela como “área de risco”, não foram apresentados como possíveis variáveis no fato ocorrido.

A questão de estar em área de risco ambiental nos remete aos graus de declividade e elevação que a classificam geologicamente como tal. Assim, constatamos que o Morro dos Prazeres, segundo Ladjane Marques Guimarães (2004), encontra-se todo acima dos 100 metros de altitude e com declividade acima dos 30%, o que a qualifica como uma área proibida de parcelamento do solo e de risco elevado de deslizamentos de terra e desmoronamentos, conforme indica a quadro acima, porém os riscos sozinhos não configuram um desastre. Os riscos precisam necessariamente estar associados as vulnerabilidades.

Como já posto, um desastre só se estabelece a partir de uma relação multicausal de suscetibilidades a que as populações que o sofre encontra-se submetida. Assim retomamos a colocação de Carina de Souza Rodrigues (2013), para falar sobre a relação diretamente proporcional dos riscos com as vulnerabilidades que se constituem preponderantemente determinantes na ocorrência de um desastre.

Corroborado por Rodrigues (2013), podemos exemplificar a questão. Há várias áreas consideradas nobres na cidade do Rio de Janeiro que se encontram nos mesmos graus de elevação e declividade do Morro dos Prazeres, mas que por conta da presença do poder público, nessas áreas nobres, não sofrem agravos em razão de eventos climáticos atípicos, já que são implementadas, nessas áreas, tecnologias e políticas públicas que mitigam os riscos.

A ilustração a seguir dá uma dimensão dos desastres e da forma com que os eventos climáticos atingiram a população em graus bastante diferenciados em que os danos se deram de acordo com o nível sócio econômico de cada área.



Figura 4- Imagem que indica os níveis de danos por área de acordo com o nível social da população atingida.

Fonte: Revista Época Online (11/04/2016).

Retomemos também a Norma Valencio (2013) e Henry Acselrad (2015), sobre o fato de o desastre ser produto da ação do homem e que, necessariamente, precisa ser compreendido como uma construção social, além de quase nada ter de “natural”, mas de ser historicamente e desigualmente construído. A distribuição dos desastres às parcelas da sociedade, tem nos mais pobres, as vítimas mais frequentes.

Também voltemos à alcunha de vulnerável ambiental imposto aos moradores com perfil socioambiental e locacional de risco iminente de sofrer agravos por desastres pelas situações que as forçam a se estabelecer nas zonas de sacrifício descrita por Henry Acselrad (2015), zonas que se constituem desta forma, por conta das desigualdades presentes no acesso ao espaço e às políticas habitacionais para estas populações.

Ainda retomemos a colocação de Marize Cunha *et al* (2015), que localizam as favelas do Rio de Janeiro como zonas de sacrifício produzidas a partir de um Estado ineficiente na redistribuição das riquezas e na promoção equitativa das ações preventivas e do grau de invisibilidade apontado pela Sra. C.

A pesquisa participativa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro, em parceria com o Cedaps e a BrasilFoods – BRF, aponta para o quanto a falta de uma atuação do governo na questão do lixo produz uma cultura do descarte irregular, que se estabelece como uma ação correta. “Uma alternativa para enfrentar os prazos exíguos” em que vamos “trabalhar com dados já coletados de outras pesquisas” (GONDIM & LIMA, 2006 p. 16).

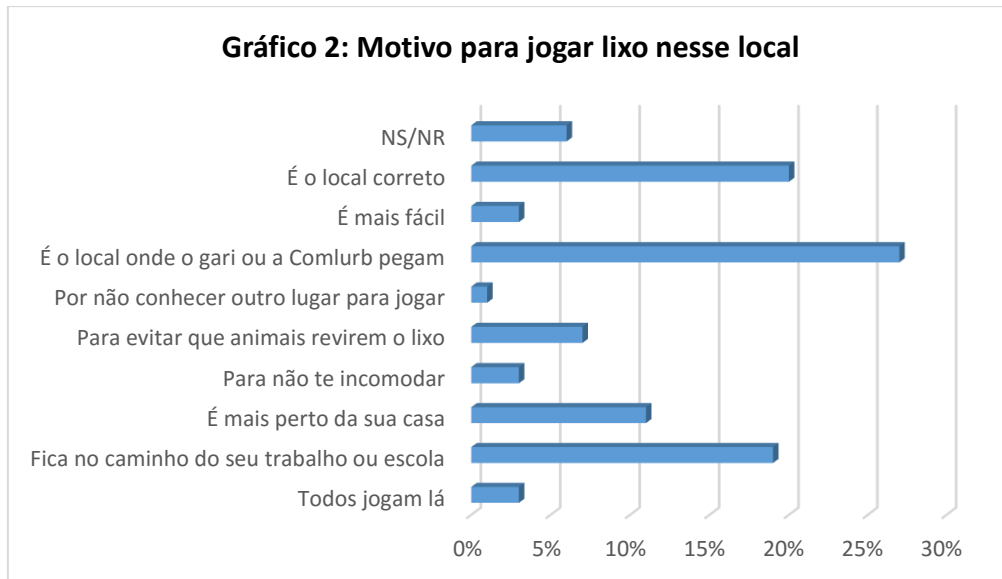


Figura 5- Representação gráfica da pesquisa.
 Fonte: Pesquisa Participativa, arquivo Cedaps (2013).

Quando perguntado sobre o porquê de descartar o resíduo no local apontado, 20% dos entrevistados na consulta participativa disseram colocar no local que acredita ser correto e (27%), onde entendem que a Comlurb ou o gari irá coletar. Este montante representa 47%, quase metade do universo de entrevistados.

Outra parcela destes entrevistados que merece bastante atenção é a parte apontada que descarta em tais locais, porque fica no caminho da escola ou do trabalho. Estes são 19%. Não há nada que especifique que o local seja necessariamente correto. O quarto maior motivo se estabelece na comodidade de estar próximo 11%, que poderia se unir ao que aponta a facilidade 3% e formar um montante de 14%.

Podemos notar que dos que assumem pôr o lixo na rua ou deixar no portão de suas casas, dizem assim agir, por acreditarem que seja o local correto em que o gari passará para fazer a coleta. No entanto, ao ser perguntado sobre as razões para se descartar o lixo em locais impróprios, onde foi possível se elencar múltiplas opções, notamos que os resultados mais expressivos são a alegação de falta de contêineres, que é de 82% e preguiça do morador, que chega a 62%. Todos os demais itens ficaram abaixo dos 20%.

É interessante notar que entre aqueles que assumiram jogar seu lixo na rua ou indicaram deixar no portão, chão ou parede, o motivo apontado é também o fato de acreditarem que é lá que é feita a coleta oficial do lixo por garis. Já entre aqueles que jogam em terrenos vazios, o motivo indicado por todos foi a menor

distância de sua residência.

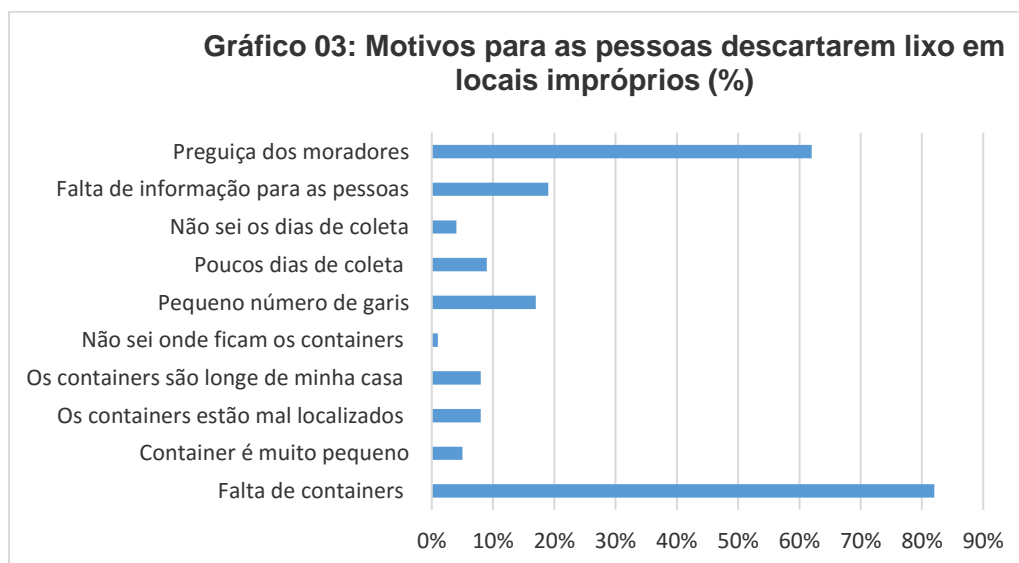


Figura 6- Representação gráfica da pesquisa participativa.
Fonte: Arquivo Cedaps, consulta participativa (2013).

É interessante verificar, o quadro a seguir, em que estão indicados os setores de entrevistas e as caçambas que são destinos mais frequentes para cada local. No entanto, para justificarem o descarte em local inapropriado, eles elencam a falta de contêineres.

Quadro 3- Destino do lixo X Setor.

Setores	Local onde joga o lixo				
	Caçamba Barreira	Caçamba Morro dos Paraibas	Caçamba Equitativa	Caçamba Matinha	Container
<i>Morro dos Paraibas</i>	38	80	52	0	17
<i>Campão</i>	9	0	32	0	16
<i>Campinho</i>	15	0	5	0	17
<i>Barreira</i>	34	0	0	4	50
<i>Gomes Lopes</i>	4	20	11	96	0
<i>Total</i>	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa participativa, arquivo Cedaps (2013).

Quem seria o responsável pela tarefa do descarte dos resíduos das residências no Morro dos Prazeres?

De acordo com a amostragem participativa, os adultos têm esta tarefa. Eles somam 71% do universo pesquisado, seguido de 19% constituído por pessoas não especificadas e 10% composto por crianças.



Figura 7- Representação gráfica da pesquisa.
Fonte: Pesquisa participativa, arquivo Cedaps (2013).

O quadro abaixo apresenta a etapa participativa nas oficinas de análise dos dados. Ao confrontarmos os dados da pesquisa participativa com as respostas da oficina de análise, estes números se invertem. Segundo os agentes que participaram do processo, jogar lixo fora no Morro dos Prazeres, é uma tarefa para as crianças, que, segundo os adultos, as crianças dispõem de mais tempo livre e tem menos responsabilidades em outras ações da casa.

Quadro 4- Quem costuma jogar o lixo fora X Faixa de idade

	Faixa de idade				
	Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	Mais de 45 anos	NS/NR
Criança	71%	7%	14%	7%	
Adulto	26%	21%	20%	33%	
Não tem pessoa fixa	27%	15%	19%	38%	1%

Fonte: Pesquisa participativa, arquivo Cedaps (2013).

Mesmo que pareçam divergentes, os dados aqui postos nos servirão de aporte de informações para entendermos o processo de mobilização comunitária para o enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres e as ações educativas que o acompanham.

Quanto ao jogar o lixo fora, o Sr. O rejeita esta nomenclatura. Para ele começamos errado desde aí.

“Porque nós usamos uma expressão muito equivocada, que a grande maioria, seja aqui, seja no Leblon, seja na Barra [bairros de classe média alta do Rio de

Janeiro¹³, todo mundo fala: 'vou jogar o lixo fora'. Na verdade, não existe jogar lixo fora.

Na verdade, o que existe é destinar o lixo a um local, que pode ser correto ou incorreto, porque o lixo não sai do planeta. Ninguém joga o lixo fora do planeta.

O problema é dar educação para se destinar corretamente o lixo e reciclar é uma das formas de você conseguir destinar de forma mais organizada. Porque quando você recicla, você reaproveita quase 80% daquele material" (Sr. O, 30/05/2016).

A COMLURB alega a falta de capital humano e de aporte financeiro para implementação de ações que respondam às exigências postas pela PNRS, sobre a questão da destinação dos resíduos. Segundo Sr. Edson Freitas, da Brasilpet/Eccovida, em palestra proferida no 'Seminário Reciclação 2016' (CEDAPS, 2016), entre os anos de 2010 e 2013, o governo da cidade do Rio de Janeiro teria pago cerca de cento e vinte e cinco milhões de reais (R\$ 125.000.000,00) para que fossem aterrados um bilhão e quinhentos milhões de reais (R\$ 1.500.000.000,00) em matéria prima que seria oriunda de garrafas PET. Matéria prima que poderia ter sido reciclada dos PET, pós o consumo do bem que neles continham, e não foram.



Figura 8- Imagem que ilustra a estimativa de perdas por conta da falta de reciclagem. Fonte: Brasilpet/Eccovida, apresentado no Seminário Reciclação, 2016.

Ainda segundo o Sr. Edson Freitas, a reciclagem de PET é viável. Ele afirma que a indústria precisa tanto deste material, que tem importado matéria prima para poder dar conta da demanda nacional pelo produto que desperdiçamos nos lixões e aterros. E isto, sem se falar nos danos ao meio ambiente que poderiam ter sido minorados, afirma Edson Freitas. Ele apresenta o quadro a acima para que tenhamos uma dimensão do quanto se perde com o lixo.

¹³ Grifo nosso.

Calderoni (2003) em “Os bilhões perdidos no lixo” sustenta a afirmativa do senhor Edson Freitas. Se pensarmos que um quarto da população da cidade do Rio de Janeiro vive em favelas, poderíamos sugerir que somente com a reciclagem de PET nas favelas, poderia ser gerado trezentos e setenta e cinco milhões de reais (R\$ 375.000.000,00), que poderiam ser investidos em ações preventivas e de melhorias nestes espaços. É importante frisarmos que não estamos falando de todos os materiais possíveis de serem reciclados, os 80% do lixo gerado, mas apenas do PET. Somente os recursos advindos da reciclagem do PET já minimizaria os problemas de caixa alegados pela Comlurb para não ter maiores investimentos nas favelas.

Este montante presumido de R\$ 375.000.000,00 foi obtido a partir das informações que nos territórios de favelas se concentram um quarto da população municipal. Sobre esta percentagem, dividimos os R\$ 1.500.000.000,00, referentes aos últimos quatro anos. Dados apresentados pelo senhor Edson Freitas, da empresa de reciclagem Eco Vida, no ‘Seminário Reciclação de 2016’.

Estes gráficos e quadros sobre a destinação do lixo no Morro dos Prazeres nos trazem importantes subsídios para pensarmos sobre os caminhos que o processo de mobilização comunitária percorreu e as estratégias de abordagem da temática do lixo no campo da educação ambiental.

No quadro a seguir nos será possível identificar o perfil socioeconômico e socioterritorial dos moradores do Morros dos Prazeres, para compararmos com as afirmações de Marize Cunha et al (2015) e entender a relação do perfil como definidor do formato de atuação governamental para a população.

Quadro 5- Total e Percentual de Domicílios Particulares por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita do Morro dos Prazeres – 2010

Rendimento	1/8 SM à 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 SM		Sem Rendimento ou Sem informação	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Domicílios e percentual	429	69%	97	15,6%	33	5,3%	63	10,1%

Fonte: Rio+Social com base no Censo Demográfico IBGE (2010)

A partir das informações acima, podemos fazer um paralelo da realidade financeira do Morro dos Prazeres, uma favela com um contingente considerável de pobres. O desastre, então, já se iniciaria pela forma como se configura o próprio perfil socioeconômico dos moradores do Morro dos Prazeres. A pobreza é classificada por Netto (2007), como uma das novas expressões da Questão Social

que se constituem “reveladoras de um verdadeiro desastre social” (NETTO, 2007, p.135).

Ainda na questão dos desastres, num diálogo com a Sra. M, a moradora mais antiga da favela –, ela nos disse:

“Aqui o povo tem memória muito fraca. Todo mundo só fala neste desastre [abril de 2010]¹⁴, mas meu filho, este não foi o primeiro que tirou vidas. Na história deste morro já tem muitas outras datas de dores e de tristeza como esta que aconteceu. Não foi apenas esta vez que o morro caiu por conta das águas de nosso Deus” (Sra. M, 06/01/2016).

A fala da Sra. M, nos trouxe um elemento novo na questão dos desastres. A Sra. C confirma que já ouvira sobre a ocorrência de desastres anteriores e que o primeiro grande com vítimas teria acontecido por volta dos anos de 1950. C nos disse que ainda há ruínas de um desses desastres, que teria ocorrido na área dos Jardins.

Sr. O, morador do Morro dos Prazeres diz que aprendeu com o pai muitas das histórias da comunidade e vivenciou tantas outras e fala que.

“O desabamento de 1966, em termos de destruição, foi até pior que o de 2010. O desastre de 66 foi pior, porque não foi só aqui. Foi aqui, foi no Guararapes. Aquilo que aconteceu no Rebouças, uns dez anos atrás, já tinha acontecido. Aquela chuva de 66 foi terrível. Parou tudo!” (Sr. O, morador).

A informação nos fez aprofundar um pouco mais a nossa pesquisa sobre a região e descobrimos que desde a década de 1940 – data aproximada do início da formação do Morro dos Prazeres, houve eventos climáticos na cidade do Rio de Janeiro, que associados às vulnerabilidades da comunidade, provocaram desastres, o que corrobora com a colocação dos nossos entrevistados.

Observe que o Corpo de Bombeiros não cita o nome favela como local do desabamento, mas faz distinção entre casas e barracos quando relata a ocorrência de desastres naturais. A instituição não faz menção aos nomes das favelas porque segundo Mário Brum (2013), esta era uma das estratégias de invisibilidade das favelas, adotadas pela política de remoções da Ditadura Militar. Cabe ressaltar que, para os militares, além da mancha degradante que a favela

¹⁴ Grifo nosso.

imprime na cidade, ainda tinha o viés de esta ser foco de atuação de células comunistas, como já relatamos neste trabalho.

Encontramos no site do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro um histórico de desastres e, dele, selecionamos os desastres naturais que aconteceram por aquele período e construímos o quadro a seguir:

Quadro 6- Episódios pluviométricos com deslizamentos, desabamentos, enchentes e mortes no Rio de Janeiro com foco na Serra de Santa Teresa, segundo dia, mês e ano

<i>Ano</i>	<i>Dia/Mês</i>	<i>Dados pluviométricos mm/24h</i>	<i>Consequências</i>
1962	15 de janeiro	242mm	Temporal que provocou o transbordamento do Canal do Mangue e do Rio Maracanã e deslizamentos em vários pontos da cidade com 25 vítimas fatais e centenas e desabrigados.
1966	01 de janeiro	Volume não informado	Enchentes e deslizamentos nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, 250 mortos, 50.000 desabrigados.
1966	11 de janeiro 27 de março	237 mm 111 mm	10 barracos desabaram em Santa Teresa fazendo 15 vítimas fatais.
1967	20 de janeiro	Volume não informado	20/01/ - DESASTRE NATURAL, enchentes e deslizamentos, nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, 300 mortos e 25.000 feridos.
1983	19 de março	189 mm	Provocou 19 deslizamentos de terra, 24 desabamentos de casas e 5 mortes em Santa Teresa.
1986	7 de março 24 de abril	76 mm 137 mm	Deslizamentos de terra com desabamento de barracos em Santa Teresa, Estácio, Catumbi e Rio Comprido, com vítimas.
1987	21 de outubro	48 mm	Deslizamentos de terra em Santa Teresa.
1988	19 de fevereiro	Volume não informado	Enchente e deslizamento, Rio de Janeiro, 289 mortos, 734 feridos, 18.560 desabrigados, prejuízos US\$ 935 milhões.
1988	20 de fevereiro	110 mm	<i>Desabamento de um pavilhão do Hospital Santa Genoveva com vítimas fatais</i>
1991	13 de fevereiro	200 mm em 48 horas	<i>Deslizamento generalizado no Maciço da Tijuca</i>
1991	17 de janeiro	Volume não informado	<i>Enchente, Rio de Janeiro, com 25 mortos e 8 feridos.</i>

Fonte: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (2016).

Foi possível observar que o Corpo de Bombeiros não cita o nome favela como local do desabamento, mas faz distinção entre casas e barracos quando relata a ocorrência de desastres naturais. A instituição faz menção aos nomes das favelas porque segundo Mário Brum (2013), esta era uma das estratégias de invisibilidade das favelas, adotadas pela política de remoções da Ditadura Militar.

A Sra. S, uma moradora de 60 anos conta sua experiência pessoal com os desabamentos de 1966. Ela disse que nesta época as chuvas causavam mais desabamentos, pois muitos dos barracos eram de taipa e quando a chuva vinha forte derretia o barro que formava as paredes. Ela conta a sua vivência no temporal de 1966.

“Na minha casa, meu barraquinho, tinha um sofá encostado na parede, embaixo da janela, aí era muita chuva e era só eu e minha mãe.

A minha mãe disse assim: ‘vamos para casa da sua madrinha?’

Aí fomos para casa da minha madrinha.

Meu Jesus! Quando chegamos na casa da minha madrinha, tinha um buraco na parede do barraquinho e a água descia por trás do barraco, entrava no barraco, saía lá naquele buraco e descia morro abaixo.

Quando vi aquilo falei: ‘aqui não vai dar para a gente ficar, a casa da minha madrinha está pior que a nossa. A casa dela está enchendo de água. Então vamos voltar para nossa casa’. Voltamos.

Quando chegamos na minha casa, o barraco, a parede arriou e onde eu estava sentada caiu. ‘Pow!’. Um pedaço do morro e do barraco caiu.

A minha mãe falou: ‘Deus que tirou você daí, senão você iria morrer’.

Quando chegou mais embaixo, caiu um barraco e matou duas pessoas, duas coleguinhas minhas. Uma tinha 9 anos e a outra tinha vinte e cinco, que era a tia. Morreram a sobrinha e a tia.

Lá em frente a minha casa tinha um campinho, chamado ‘Campinho da Dada’, a minha mãe. Rachou!

Aí veio o bombeiro e levou um montão de gente para a escola, o colégio Assunção” (Sra. S, moradora).

A partir das informações dos moradores e das comprovações obtidas em pesquisas sobre ocorrências na Serra de Santa Teresa, fizemos uma busca sobre possíveis moradores que tivessem mais informações a respeito de desastres no Morro dos Prazeres.

Assim encontramos com o Sr. A (morador do Morro dos Prazeres), que fora amigo de João da Tutéia. Ele nos disse que o amigo, junto com muitos outros “*comprometidos com o morro*”, lutava para que o local de tristeza que fora o lixão, se tornasse um espaço de alegria. Seu A nos disse que João da Tutéia, para transformar um lixão em Campinho, com a limpeza e luta por preservação, teria como pano de fundo os desastres ocorridos no morro em 1966 e anteriores, sem saber relatar bem a data, mas confirma que teriam acontecido nas chuvas de início do ano.

Inferimos que a causa de tais acidentes teria sido a associação dos riscos, por conta da geografia local, combinados com o evento climático atípico e as vulnerabilidades ampliadas, a partir dos lixões que ali se formaram, e que João da Tutéia tentava minimizar com ações de convencimento da população com relação

ao local para descarte do lixo, orientando para que o lixo fosse posto num local que não produzisse danos ao território.

Achamos em Guimarães (2003) informações que corroboram com a colocação de dona M e os aspectos relatados pela Sra. C, o Sr O e dona S. Citados por Guimarães, Fernandes et al afirmam “que 50,4% dos deslizamentos e desmoronamentos ocorridos no Maciço da Tijuca, observados no período de 1951 a 1991, aconteceram em áreas ocupadas por favelas” (FERNANDES, *et al*, 1999 *apud* GUIMARÃES, 2013 p.65), região em que está inserida a área pesquisada no presente trabalho, o Morro dos Prazeres.

Guimarães (2004) se baseia na classificação de índices pluviométricos de Brandão (1992), que correlaciona os volumes precipitados com as situações em que ocorreram deslizamentos e desmoronamentos.

1. Índices pluviométricos superiores a 250 mm ⇒ ocorrência sistemática de deslizamentos.
2. Chuvas contínuas imediatamente anteriores a episódios com índices pluviais entre 8% e 12% da média anual local ⇒ tendência de ocorrência de escorregamentos.
3. Episódios superiores a 20% da média anual ⇒ ocorrência de catástrofes.

Dados pluviométricos fornecidos pela estação meteorológica, localizada na Escola Suíço – Brasileira na rua almirante Alexandrino, em Santa Teresa, indicam uma precipitação pluviométrica correspondente a 931,9 mm em 1997. Dados obtidos na mesma estação pluviométrica apontaram em 1998 uma precipitação anual igual a 2.076,6 mm o que corresponde a um aumento de 44,96% em relação à ocorrida em 1997.

Entretanto, eventos caracterizados por chuvas intensas e movimentos de massas são fenômenos naturais, mas que devido à ação antrópica tornando os solos menos permeáveis à infiltração das águas, diminuindo a capacidade de retenção natural, fazem com que essas ocorrências se intensifiquem acarretando uma série de impactos socioambientais que muitas vezes têm como consequência mais do que perda materiais, a perda de vidas humanas (BRANDÃO, 1992, *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 16).

O histórico acima e a relação dos índices pluviométricos com a ocorrência de deslizamentos e desabamentos na região de Santa Teresa não apresentam a ocorrência no Morro dos Prazeres, mas nos dão subsídios que corroboram com as afirmações dos entrevistados, ainda que não batam com a época que teria ocorrido o primeiro grande desabamento citado pelas Sras. C e S e pelo Sr. O.

Nos espaços dos “cafés com conversa”, das oficinas e nos diálogos informais na comunidade, sempre que nos referíamos a desastres por conta das chuvas, os moradores se remeteram ao evento de abril de 2010. Mesmo quando instigados a pensar em desastres anteriores, nada nos fora relatado. Já nas

entrevistas, os relatos dos desastres anteriores vieram à tona, conforme já exposto.

A Sra. C, nos responde que a população local “*parece tentar esquecer momentos ruins num processo de resiliência, talvez como forma de proteção ou por memória curta mesmo*”. Segundo ela, “*já há pessoas na comunidade que não sabem que se passaram seis anos do último desastre*” (Sra. C, 13/06/2016).

Sobre o desastre estar arrolado ao acúmulo de lixo na parte alta do morro, Sr. O diz:

“Estou convicto disso, porque eu conhecia o local. Ali foi o local que já havia um lixão e a prefeitura isolou o local. O povo ignorante e rebelde, as duas coisas acumuladas, construíram várias casas ali. E gente do bem!

Nós perdemos gente maravilhosa e a cultura de jogar o lixo, de destinação equivocada do lixo, continuou. Continuaram jogando o lixo ali. Com o Favela-Bairro [programa governamental de urbanização de favelas executado na década de 1990]¹⁵ a coisa piorou, pois passaram a jogar entulhos, um material muito mais pesado, o que levou 15 anos para cair.

Então a ideia de que o local era perigoso foi ignorada. Em alguns segundos 34 vidas foram ceifadas, fruto da má destinação do lixo.

Só que nós vivemos numa Hidra, com o povo tão cheio de problemas e o que ele menos se preocupa é com o pior dos adversários que é o lixo mal destinado e ali nós colhemos o fruto da falta de educação e do descompromisso do Estado” (Sr. O, 30/05/2016).

Apontada como coadjuvante no acontecimento de desastres, a questão da destinação do lixo no Morro dos Prazeres foi medida oficialmente pelo Censo IBGE (2010) e aqui catalogada a partir dos dados do Rio+Social.

Quadro 7- Destino do Lixo num comparativo do Morro dos Prazeres com a R. A. Santa Teresa e o Município do Rio de Janeiro - 2010

Local	Coleta de Lixo					
Favela	Adequado		Inadequado		Total	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Morro dos Prazeres	620	99,7%	2	0,3%	622	100%
Asfalto						
R.A. Santa Teresa	99,9%		0,1%		100%	
Rio de Janeiro	99,3%		0,7%		100%	

Fonte: Rio+Social com base no Censo Demográfico IBGE (2010).

¹⁵ Grifo nosso.

Como já abordado anteriormente, a COMLURB afirma ter 100% de cobertura na coleta de lixo nas favelas e, no caso do Morro dos Prazeres, esta cobertura apresenta uma eficiência de coleta dos resíduos na casa dos 99,7%. Se comparados com os dados do bairro de Santa Teresa, 99,9 %, e do geral da cidade do Rio de Janeiro, 99,3%, vemos uma situação numérica de igualdade na qualidade, ou ainda, de leve superioridade no serviço de limpeza da favela sobre o “asfalto”. O quadro acima sintetiza estes números. O que porém, ainda que as informações oficiais neste campo nos apresentam que a destinação do lixo no Morro dos Prazeres foi considerada adequada, os dados do Rio Como Vamos (2013), já apresentados anteriormente mostram, que cerca de 80 a 90% de todo o lixo produzido nas favelas do Rio de Janeiro não tem como destino a coleta domiciliar ou as bases operacionais divulgadas pela empresa municipal e registradas no Censo IBGE (2010).

O relatório Rio Como Vamos (2013) denuncia que nas favelas o serviço de limpeza está presente, mas não é eficiente. Segundo este documento, os lixos produzidos nas favelas seguem para os córregos e rios, encostas, logradouros ou o mar. Ainda, segundo o relatório, parte deste lixo também é queimado, enterrado e/ou tem outros destinos que não os apresentados pela companhia de limpeza, como já apresentamos no gráfico 1 na página 48.

Os dados apresentados, nos leva a fazer uma comparação das favelas, nos dias atuais, com a situação da limpeza urbana do Rio de Janeiro nos idos de 1760, onde pela precariedade da política para limpeza urbana, é descrita por Aizen & Pechaman (1985), que a situação do descarte na cidade se dava por conta e risco da sociedade. Retomamos o trecho em que os autores trazem relatos da época em que “aqueles residentes próximos ao mar vazavam seus detritos na praia. Moradores vizinhos a lagoas, pântanos ou rios ali mesmo faziam seus despojos e todo o resto da cidade atirava lixo por todos os lados” (AIZEN & PECHAMAN, 1985 p. 22). Fazendo um paralelo com essa perspectiva, o descarte do lixo nas favelas se dá por conta e risco de seus moradores.

Corroborando com o Rio Como Vamos (2013), uma liderança local fala da relação da Comlurb com o Morro dos Prazeres. A relação da Comlurb com o Morro dos Prazeres é definida pelo Sr. O, como uma “coisa complexa” e não atende realmente o território. No campo do desastre, a liderança entende que esta falta de relação do serviço público com a comunidade favorece o surgimento de lixões na favela, que por sua vez, aumenta a possibilidade de desastres.

“A coisa é tão complexa, porque a Comlurb, em si, na nossa relação atual, ela nem atende tanto o Morro dos Prazeres. Ela atende a Cris. Se ela, saturar e meter o pé [resolver abandonar o morro]¹⁶, isso aqui volta a ser um lixão. A Comlurb não reconhece o Morro dos Prazeres. Ela reconhece a Cris, que enche o saco, que cobra que perturba os caras lá. O cara, para não ser incomodado, o cara vai e vem. O que rola é isto aí. Não tem relação da Comlurb com a comunidade” (Sr. O, 30/05/2016).

Dentre os documentos da SAMP a que tivemos acesso, encontramos um ofício da associação de moradores do Morro dos Prazeres, datado de 26 de julho de 1970, em que o presidente, Sr. João Tinoco, solicita ao administrador de Santa Teresa que fossem colocadas 4 caçambas para depósito de lixo da favela, nos locais a saber: uma na Gomes Lopes; uma em frente à sociedade [SAMP]; outra na altura do 912 [local de desabamento nos anos de 1960]¹⁷; e mais uma na Equitativa. No mesmo documento, o presidente da SAMP justifica a solicitação devido aos problemas do acúmulo do lixo estavam causando e a falta de recurso da comunidade para arcar com os custos da retirada do lixo. (Ofício SAMP, anexo 12, p. 135). Uma demonstração de que, em 1970, o poder público ignorava as favelas como espaço para a questão da limpeza.

Em 1901, a então capital federal, já tinha uma Diretoria de Limpeza Urbana, totalmente pública e em 1962 a Companhia Estadual de Limpeza Urbana, que em 1975, com a união do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, transforma-se na Comlurb. (EIGENHEER, 2009) e (AIZENM & PECHAMAN, 1985).

Se utilizarmos os dados da COMLURB, que estipula uma média para cada habitante de cerca de 0,79 quilo de resíduos domiciliares da cidade do Rio de Janeiro, teremos uma produção diária de resíduos no Morro dos Prazeres na ordem de aproximadamente 1.690 quilos de lixo por dia. E isto, se levarmos em conta os dados censitários do IBGE (2010), que estabelece uma população de 2.136 habitantes no Morro dos Prazeres. Porém, a estimativa das representações locais é de que se tenha em torno de 7.000 moradores no Morro dos Prazeres.

Percebendo que as pressões para remoção, pós desastre de 2010, tiveram forte resistência local e de parceiros externos, o governo municipal recuou da sua decisão. Em contrapartida, a administração municipal, também, não trouxe os

¹⁶ Grifo nosso.

¹⁷ Grifo nosso.

investimentos em infraestrutura necessários para minorar os riscos de novos desabamentos.

Na questão da atuação da Comlurb quanto a coleta do lixo, pouco se mudou desde o acidente. Visto que não houve a ampliação da estrutura, para além da estruturação de ilhas de descarte, algumas sem sentido, como a da área da Mangueira¹⁸, que os moradores denunciam a ineficiência devido às dificuldades de escoamento do lixo ali posto, o que facilitaria o surgimento de acúmulos de lixo e proliferação de roedores. Continua a mesma estrutura anterior, que conta com seis garis e caçambas nos principais acessos. Os mesmos acessos desde a solicitação de 1970, conforme documento anexo.

A Sra. C, ao falar da ilha de descarte na Mangueira diz que

“Aquele ilha não foi pedida por ninguém. E a Comlurb a instalou sem levar em conta a própria impossibilidade de seus homens fazerem a coleta. Ao contrário de erradicar o lixão, a Comlurb o fomenta ao instalar uma ilha de lixo que não oferece condições de escoá-lo” (Sra. C, 13/06/2016).

Quando mencionamos anteriormente a questão da destinação do lixo nas favelas, vimos que esta tem uma percentagem de 90% de descarte irregular nestes territórios. Esta era uma realidade também no Morro dos Prazeres, por conta da quantidade de garis ser insuficiente para o que os moradores chamam de real quantidade de moradores na favela.

Para entendermos um pouco como esta dinâmica se dá, vamos fazer um breve retorno aos tempos em que o Morro dos Prazeres contava com 26 chamados “garis comunitários” – pessoas da própria comunidade que eram remunerados pela administração municipal para trabalhar na coleta de lixo em suas comunidades, num convênio em que a Prefeitura fazia repasses à associações de moradores para que estas arrematassem seus garis comunitários e se responsabilizassem pelo o pagamento destes profissionais que atuavam em cada território.

Esta atividade foi contestada, em 2005, pelo Ministério Público do Trabalho, sob a justificativa de que por ser uma empresa pública, a Comlurb teria que fazer as suas contratações pela forma de concurso público. A Justiça do Trabalho acatou a denúncia, tramitado em julgado em 2010, foi determinada a

¹⁸ Espaço em torno de uma grande mangueira na parte mais alta do Morro dos Prazeres, que se constituiu como referência para a designação da área que habitam os moradores que circundam essa grande árvore.

imediate paralisação destas atividades, dos garis comunitários, e a imediata abertura de concurso público para suprir a demanda gerada pela decisão. Neste processo, o Morro dos Prazeres foi suprido por servidores. O costume de ter um profissional que fazia a coleta dos resíduos diretamente em sua porta, fez com que o morador da favela continuasse despreocupado com esta questão. Talvez por isto 47% dos entrevistados tenham respondido na consulta participativa, conforme registro na figura 5 na página 63, que descartavam seu lixo no local correto e/ou onde o gari fazia a coleta.

Quando entraram os garis concursados no Morro dos Prazeres, a prefeitura estabeleceu a quantidade de garis de acordo com o quantitativo de moradores estabelecido no Censo IBGE (2010). Assim, os 26 garis comunitários foram substituídos por 6 garis concursados. Eles fariam as mesmas atividades que os garis comunitários. Neste processo de defasagem de mão de obra e do costume dos moradores de terem seu lixo recolhido na porta de casa, resultou o crescimento de descartes irregulares nas encostas e demais espaços livres, com o ressurgimento dos lixões.

Se tomarmos a média de 0,79 quilos por habitante, que nos dados do IBGE (2010) que é de 2.136 habitantes, teríamos uma produção diária de aproximadamente 1.690 quilos, um entorno de 50.623 quilos por mês, talvez possível de ser feita a coleta por seis garis. Porém, se o fizermos na média de habitantes estimado pelas lideranças do Morro dos Prazeres, que é de aproximadamente 7 mil habitantes, chegaríamos a 5.530 quilos por dia, 165.900 quilos por mês. Aí temos a questão se estes seis profissionais conseguiriam dar conta de remover tanto lixo diariamente, carregando o lixo nas costas, numa favela vertical como o Morro dos Prazeres.

Segundo o Sr. C, liderança,

“O Prazeres é uma favela vertical. Você tem um ponto de coleta de lixo que fica na base e a grande produção que fica em cima, dali para ponta do morro. Então você tem toda esta dinâmica de onde é que este lixo (seja resíduo reciclável, seja lixo orgânico, seja o sofá velho), vai parar e como é que ele vai ter uma destinação.

A equipe de garis é uma equipe mínima e que vai ter que carregar aquele lixo no braço, nas costas e fazer a varrição da comunidade, isto é humanamente injusto e impossível.

É importante se ter em mente que a favela é pragmática. Não adianta vir com palavras bonitas sobre conscientização, o futuro do planeta. Esquece!

O que eu ganho com isso? É esta a frase que você mais ouve e é esta a resposta que se tem que dar de forma objetiva, numa dinâmica de se educar para todo o processo.

O lance que usamos foi o de que uma parte do lixo que se produz não mais precisaria descer. Esta parte ficaria nos *bags* que estão próximos a você e que será aproveitada e a outra, que não irá para encostas.

Até que chegou-se a um ponto em que os moradores e garis se entenderam e os moradores passaram a levar seu lixo até um dado ponto, numa dinâmica para área que facilitou a vida do trabalhador da limpeza urbana e trouxe responsabilidade e compromissos ao morador também” (Sr. C, em 13/06/2016).

As falas de algumas lideranças apontam para a ausência de ações públicas preventivas que diminuam as vulnerabilidades a que os moradores do Morro dos Prazeres estão expostos e que, conjugadas às situações de risco ambiental, que já causaram desastres anteriores, poderão fazer com que as tragédias se repitam.

Segundo a representante da SAMP,

“Não há a entrada do Poder Público.

É revoltante você ver que já se passaram tantos anos e graças a Deus não tivemos um desastre maior, mas até hoje este poder público ainda não veio aqui fazer o que já estava especificado, que são as contenções que ainda se fazem necessárias dentro da comunidade.

Foi feito um muro de contenção para desobstruir a rua, que é a única rua de acesso aqui na comunidade. Só isso. Hoje eu tenho problemas seríssimos de esgoto e afundamento de asfalto naquela área, por conta do peso que foi transitado ali, durante a obras e nada feito.

A gente conta, na comunidade, do poder público, com as nossas parcerias já criadas anteriores a esta fatalidade. Então o poder público não entrou na favela.

Eu acredito que não só aqui nos Prazeres como em qualquer outra que sofreu com o deslizamento de terra.

Seis anos depois eu continuo com um monte de casas que foram removidas, que na época a gente acreditava e tinha quase que certeza absoluta de que não precisavam ser removidas, hoje são pontos de destroços, de entulho que só acarretam para a comunidade o mal, né. Porque tem ali, ratos, recipientes ali para criar o mosquito da dengue.

É um trabalho difícil. Você passa ali e sem sente frustrada e decepcionada” (Sra. E, 27/05/2016).

A Sra. E diz que as poucas ações de órgão públicos na favela se dão por via de parcerias, não pelo cumprimento de um direito para os moradores. Estabelecem-se pela via do favor, como o fora no passado.

O Sr. O vai mais além e completa as colocações da Sra. E, ao dizer que não há relação do governo municipal com as favelas. Para ele não há nem abandono.

“Não digo nem que a favela está abandonada, porque abandono é quando rola uma relação e esta relação é quebrada por alguma coisa, mas nunca houve relação nenhuma: Estado com favela” (Sr. O, 30/05/2016).

Assim, os moradores do Morro dos Prazeres, via liderança do Grupo PROA, começam o movimento de articulação e mobilização local para traçar alternativas nesta questão do lixo.

4.3. A mobilização comunitária nos Morro dos Prazeres

Junto ao movimento comunitário local de mobilização, ainda em 2010, começa a instrumentalização da comunidade para cobrar diálogo e políticas públicas que se apresentem como alternativas à remoção. Este movimento trouxe parceiros externos que contribuíram para o fortalecimento da luta local anti-remoção, num primeiro momento e, logo a seguir, para o enfrentamento do inimigo maior, o lixo. Começa então o movimento de reunir sujeitos por um objetivo comum, a ação política e de reivindicação (FERREIRA, 1986).

Os diversos encontros culminaram com o mapeamento de riscos socioambientais em 2011, fruto uma parceria com o Centro de Promoção da Saúde – Cedaps, o Unicef e o *Massachusetts Institute of Technology* – MIT. Este mapeamento de riscos socioambientais apresentou uma visão sobre muitas questões e demandas na favela, sobretudo, sinalizou o quanto o lixo deveria ser encarado como uma questão premente. Da lista de questões 31,5% estavam relacionados ao lixo; 20,5% ao esgoto/saneamento; 15,0% riscos de deslizamento; 30,1% calçadas e escadas (acessibilidade); 0,4% habitações em más condições, 1% postes, fiação e iluminação pública (CEDAPS, 2011).

Esta sinalização do lixo como risco não fazia parte das prioridades eleitas pelos moradores do Morro dos Prazeres, quando da participação na Plataforma dos Centros Urbanos¹⁹ como Grupo de Articulação Local – GAL, chamado Mosaico. Sobre este momento de mapear riscos e as suas imbricações, a Sra. C, liderança comunitária, faz uma breve introdução sobre a participação neste programa patrocinado pelo Unicef e diz o seguinte:

¹⁹ Tinha por objetivo trabalhar questões sobre os direitos das crianças e adolescentes nos centros urbanos do Brasil.

“Fazíamos parte do Programa do Unicef: Plataforma dos Centros Urbanos e a gente tinha eleito como pontos importantes a serem trabalhados a educação e a cultura. Eram estes os nossos grupos temáticos escolhidos como importantes para que a comunidade se atentasse para o que precisava melhorar os acessos. O lixo não aparecia como prioridades neste momento.

Em 2011 o Mapeamento de Riscos Socioambientais chega no momento logo depois do desastre de 2010. O mapeamento acontece em parceria com o coletivo da comunidade, o grupo PROA, a SAMP e todo mundo discutia no nosso grupo de articulação local, onde entendemos que era muito mais produtivo convidar os jovens a pensar a comunidade em que ele mora. As parcerias externas que propiciaram este mapeamento foram o Unicef, o Cedaps e o MIT.

Foram 26 jovens que nunca se olhavam e começaram a fotografar e discutir as questões de acessibilidade, o descarte do lixo.

Este mapeamento lançou mão de uma tecnologia que se utilizava de uma pipa grande. Neste momento eu me dei conta de que a pipa é tão da natureza e da cultura da favela que talvez se tivesse sido feito o mapeamento com drone não teria feito tanto sucesso.

Uma pipa voando e fotografando, lá de cima, a favela e os jovens a conduzindo. Foram fotos feitas por eles. Com as fotos prontas eles pensaram: ‘poxa, como a nossa comunidade é suja e tem tantos lixões!

Precisamos construir estratégias para enfrentar esta questão. A gente precisa criar uma tecnologia para trabalhar a educação do morador para pensar o lixo como poluente e potencialmente danoso’.

Foi incrível o quanto eles se sentiram importantes no processo de construir ferramentas e de se conectar como o poder público e apresentar as suas demandas. Não se deu por que alguém perguntou a eles, mas por que eles foram buscar.

Através do mapeamento os jovens se viram dentro do processo de ser responsável por construir soluções. O desejo destes jovens após o mapeamento é que dá origem ao diagnóstico participativo sobre a questão do lixo que se apresenta como problema real na comunidade. Foi depois do diagnóstico de do início de algumas ações que vem o processo de construir parcerias” (Sra. C, 13/06/2015)

Da pesquisa participativa em 2013, uma das primeiras constatações, produto da consulta, foi a de que 95% dos moradores do Morro dos Prazeres gostam de morar no território, tendo 85% destes moradores concordam totalmente.

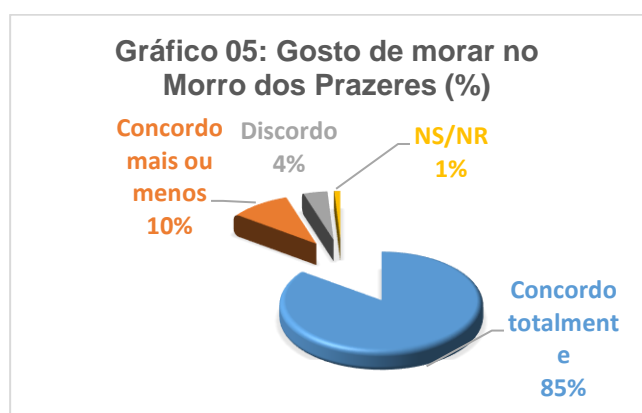


Figura 9- Representação gráfica da pesquisa.
Fonte: Pesquisa participativa, arquivo Cedaps (2013).

E, ao mesmo tempo, outro dado levantado pela pesquisa demonstra o quanto as pessoas não tem noção do grau de sujidade que se encontra a comunidade, nem dos lixões que nela existem. Conforme o gráfico a seguir, mais da metade dos moradores da favela, que foram entrevistados, 57% consideram a favela limpa.



Figura 10- Representação gráfica da pesquisa.
Fonte: Pesquisa participativa, arquivo Cedaps (2013).

Estes dados expostos no gráfico, dão a tônica para o processo de mobilização comunitária traçado no viés da educação ambiental, tendo o lixo como foco das ações a serem desenvolvidas, visto que os focos de lixo puderam ser diagnosticados pelo mapeamento, mas ainda não constam da percepção da maioria dos moradores.

No tocante a consulta participativa, Sra. C diz:

“Eu lembro que na consulta participativa a gente sentou com a comunidade e os parceiros externos para desenvolver as perguntas. A gente tinha ali a comunidade, tecnologias, empresa, ONG, sentados para pensar como seria uma consulta participativa.

No final, a consulta indica a coleta participativa e a educação ambiental como importantes para a promoção do ambiente saudável, meta prioritária para a comunidade (Sra. C, 13/062016).

Eram os sujeitos que se juntaram para discutir sobre a sua realidade, suas possibilidades, suas fragilidades e as formas de enfrentamento que entendiam ser importantes para a construção de soluções, com metas preestabelecidas e ações coordenadas, como vimos em Toro e Werneck (2004). O exercício do direito de decidir sobre sua realidade e de manter a pressão social para o que estado assuma a sua parcela e garanta o acesso aos direitos sociais universais, sob os

quais o estado não pode recuar e nem agir de forma iníqua, como estabelecido em Dalmo Dallari (1998) e em Carlos Simões (2013).

Para Telles (1999), estes direitos:

[...] estruturam uma linguagem pela qual esses sujeitos elaboram politicamente suas diferenças e ampliam o ‘mundo comum’ ao inscrever na cena pública suas formas de existência, com tudo o que elas carregam em termos de cultura e valores, esperanças e aspirações, como condições relevantes à vida em sociedade (TELLES, 1999, p. 5).

A Sra. C entende que foi a partir deste desejo conectado a outros desejos que se possibilitou a construção de um “grupo de trabalho” – GT, sobre o qual nos reportaremos mais à frente, que, de forma consciente e coletiva, reivindica participar das decisões sobre a realidade do trato do lixo no Morro dos Prazeres (MAZZUOLI, 2001).

4.3.1.

Narrativas dos moradores do Morro dos Prazeres

De posse de novos dados sobre desastres anteriores e dos quais mobilizações foram feitas à época, partimos para saber mais sobre os sujeitos que construíram a história do Morro dos Prazeres, para tentarmos entender como esta capacidade de mobilização teria nascido.

Já havíamos falado sobre alguns sujeitos, quando apresentamos o Morro dos Prazeres. Porém, nas entrevistas com o Sr. O, Sra. M e a Sra. S, pudemos, através das narrativas, ter acesso a um pouco mais da vida dos personagens que construíram este território. Manteremos as narrativas em forma de citação direta, pois elas vêm carregadas de histórias que só enriquecem este trabalho.

Assim, encontramos, no relato do Sr. O a citação de diversos sujeitos imbricados com a luta por direitos dos moradores do Morro dos Prazeres:

“Seu José Simões – o Zé Flamengo –, Seu José Bernardo - meu pai –, Seu Lulu, Inácio Bento, Nonô Tavares, João Bertoldo, Sebastião Francisco, José de Oliveira – o Zé Pernambuco –, Luiz Teixeira, João Tutéia, Aquiles Chaves Ricardo, José Marinho, Elói Barreto, Rubens Nunes, João Bernardino, João Dutra, José Marcio, Ulisses Minervino, Seu Lourival, José Vaz, José de Almeida, Seu Onofre, Antônio Dias – o Antônio Pitu –, Antônio Delfino Alves.

Estes homens eles... E estas mulheres também, Dona Maria Antônia, Dona Maria Soares.

Eram mulheres assim, de garra. A água era lá no chororó, lá onde é agora o Silvestre. Elas buscavam água lá, pois a gente não tinha água encanada. Só depois que meu pai [José Bernardo]²⁰, o João Dutra, este pessoal que canalizou a água e o esgoto.

O esgoto não era encanado. A gente aqui tinha era sumidouro, cisternas, os buracos no chão. Junto com o meu pai João Dutra e mais essa Galera eles começaram a canalizar os esgotos.

Dona Zezé, mulher do Ulisses Minervino. A Zezé era outra guerreira. Dona Maria, mulher do Zé Saturnino, já ia esquecendo de falar de Zé Saturnino, outro cara que fez muito pela comunidade.

O Antônio Carlos, que era garoto, morreu senhor, a gente chamava ele de 'Pavinho'. O cara também era liderança expressiva, estava sempre junto com os mais velhos ajudando.

Seu Lulu, um dos fundadores da associação junto com o meu pai. O filho dele hoje é um senhor, o nome dele é Luiz Fernando, mas a gente chama de 'Xilinguinho', outro que também participou muito. Seu Moacir Silva, outro que fazia parte dos mutirões. Joaquim dos Santos Ferreira.

O nosso enfermeiro, que era médico de todo mundo, Carlos Elvécio, o Seu Elvécio, participava dos mutirões também. Se alguém se machucasse era ele quem sarava, ele que dava remédio, José Fabiano, pai do Zé Luiz. João Carlos Batista – o Seu Pelé –.

Eu estou botando a cabeça para bater que tem mais. Se esquecer destes caras se comete uma injustiça.

O Alcides, filho do João Tutéia, era muito garoto, hoje já um senhor, mas também pegava firme com o pai. Quem ajudava o Seu Tutéia era o Alcides e o Rangel. Eles, já garotos, com doze, treze anos, pegavam firme com o pai.

João Tutéia, na época fez quase 60% das casas. Exímio pedreiro. A minha casa tem lá 50 anos e foi construída por ele.

Muita gente boa. Seu Tião Beliscão – o 'mão de onça'. A Dona Maria do Elói, que ajudava a carregar água para as casas.

E eu corro o risco de estar esquecendo de mais algumas pessoas.

Esses caras, para mim, eram verdadeiros 'Ganga-Zumba'²¹ e Zumbi' em grande quantidade. Os caras lutaram 200 anos antes, morreram, mas a libertação veio. Creram na libertação sem ver. Eles aqui eram mais ou menos assim. Tudo que tem aqui nos prazeres deve-se a estes caras. São os nossos patriarcas. Incautos, mas eles tinham o espírito revolucionário. Os caras eram bons mesmo.

Na época o meu pai trabalhava lá na Barra, no Circo Voador, quando o Circo Voador era na Barra. Aí o Márcio e o Perfeito Fortuna resolveram ajudar meu pai a fazer a canalização do esgoto. Aí trouxe vários artistas. Aqui nós chamávamos de Barreira, porque aqui tinha um barro vermelho. Eles trouxeram Gil, Caetano, Elza Soares, Martinho da Vila, Zeca Pagodinho, o Bebeto, essa gente veio e fizeram vários shows.

Daí e o dinheiro, porque Santa Teresa toda vinha, porque os moradores de Santa Teresa sempre abraçaram as favelas. Hoje eles estão um pouco assustados com as favelas, mas eles sempre, em quaisquer causas, estavam sempre para ajudar. Como eu estava te falando, corre-se o risco de se esquecer de alguém.

Era mutirão, era muita gente. Eu estou falando de coisas que eu via. Essa gente toda aí. Com certeza eu devo estar esquecendo de alguém. Era muita gente, muitas mulheres. As nossas famílias aqui eram unidas.

Às vezes você ia bater uma laje, tinha que fazer escala. Todo mundo ajudava a todo mundo. Hoje somos mais individualistas. Éramos uma senzala mais coletiva.

²⁰ Grifo nosso.

²¹ Ganga-Zumba foi o primeiro grande chefe conhecido do Quilombo de Palmares. Era tio de Zumbi e celebrou-se por ter assinado um tratado de paz com o governo de Pernambuco, em 1678. Fonte: Folha online – Histórias do Brasil, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/zumbi_21.htm.

João Tutéia foi um precursor. Não foi ele sozinho, mas ele botou a cara para cuidar e cuidou muito bem. Cuidou de forma digna. Inclusive a homenagem que ele recebe lá do jardim procede.

O cara era ágil e do bem. Tem um detalhe, ele construía casas, recebendo dinheiro ou não. João Tutéia não trabalhava só por dinheiro, não. O cara era pró-social até sem saber escrever o nome. Se tivesse dinheiro ele batia a tua laje e fazia a tua parede e se não tivesse, ele fazia também. As vezes fazia só para ver os outros bem.

Eu posso falar que seu Dutra era amigo do meu pai porque eu os via juntos, brincando, rindo, trocando ideia, jogando bola. Eu vi. Tem muita gente que não viu e isso está acabando. Esta memória está acabando. Tem gente que se falar da origem da favela vai estar inventando história.

Um dos nossos patriarcas morreu aí. José de Oliveira o Zé Pernambuco, memória viva. Tia Cris, memória viva, já não tem mais tanta lucidez para contar história. Pode reparar que você falando com ela, ela se perde um pouco.

Esta história do mutirão é uma coisa a se lamentar. Eu falo com saudades. Saudade é a necessidade de você voltar a algum ponto significante da tua vida. Então, dá saudade disso. Graças a Deus essa garotinha [Cris dos Prazeres]²² que toma conta do ReciclAção tem este espírito. A Cris tem este espírito.

Hoje somos uma senzala dispersa. No meu entendimento a Abolição foi uma grande mentira. Os abolicionistas estão surgindo agora. Agora é que estamos tendo a verdadeira abolição” (Sr. O, 30/05/2016).

A Sra. S nos trouxe o exemplo do senhor Edgar, um agente externo à comunidade, que trouxe a água para o morro e se admirou com a capacidade mobilizadora dos moradores, inclusive com a participação plena das mulheres no processo de mutirão para escavar as valas para o recebimento do barbará.

Segundo Sra. S:

“Ele disse: “olha, S, quando eu falei: ‘tenho que fazer uma vala para entrar o babará para água chegar aqui, as mulheres desceram todas com enxadas, picaretas, foice. Até foice apareceu, que era para cortar o mato, né’.

Aí ele foi e falou para mim: “Eu acho que você não está lembrada. Quando eu tinha 18 anos e que eu falei que ia botar água na comunidade (que não era comunidade, era favela, né. Morro!), eu comentei na associação e as mulheres todas desceram”.

Eu não lembro disso. Eu tinha, sete, oito anos. Ele disse que as mulheres todas desceram para fazer a vala para entrar o barbará. Eu não lembro, mas ele disse para mim, no telefone.

Quando o Seu Edgar botou a água, ele ainda não tinha feito a caixa [caixa d’água]. Então ele deixou: aqui em baixo tinha uma biquinha, alí em cima outra biquinha, lá do outro lado, na minha avó, uma biquinha. Então ele encheu o morro de biquinhas. Nem lá em baixo ficou sem biquinhas. Depois foi ficando velho, velho e só restou a lá de baixo, da matinha.

Até hoje tem, gente! Está lá. A bomba, o barbará e a outra caixa, que a bomba joga para caixa e a caixa joga para cima. Olha, o barbará está aí até hoje” (Sra. S, 02/06/2016).

²² Grifo nosso.

A Sra. S também falou do seu avô, o seu Laureano, que era presidente da SAMP e que construíra uma creche comunitária em épocas passadas. Ela também falou das articulações da SAMP, sob a direção do seu avô e do pai do Sr. O, que articulou com o Governo Brizola para que fossem instaladas a rede de esgoto e a rede de luz no morro.

Ela conta estes episódios assim:

“O meu avô [Seu Laureano], com este negócio de associação. Tu estás pensando que isso aqui é balcão? [falou mostrando uma bancada que estava à nossa frente no local da entrevista] Isso aqui era balcão de botar comida da creche. Ele fez uma creche aqui, você acredita? Maravilhosa!

Tem gente aqui que até hoje trabalha para o Estado, agradece a ele. Porque daqui, saiu para trabalhar lá fora, no Estado por conta dele.

O pai do Sr. O [José Bernardo] foi uma maravilha. Ele entrou em contato com o Brizola. Veio a luz para cá. Antes a nossa luz era de lamparina. A gente comprava querosene para as lamparinas. Aquelas cobertas antigas, né? A gente usava e fazia os pavios.

O Brizola também botou o esgoto, que era outro sofrimento. A gente fazia as necessidades nos matos ou nos buracos na terra. Sempre tinha água suja correndo por toda parte. Ele botou esgoto e acabou com isso aqui” (Sra. S, 02/06/2016).²³

Já a Sra. M, nos disse que a Madre Maria dos Prazeres, além de rezar as missas, ensinava como os moradores deviam fazer para não serem expulsos do morro. Segundo ela,

“A Madre Maria dos Prazeres nos dizia tudo direitinho de como a gente devia fazer e se comportar para que não achassem forma de tirar a gente daqui (Sra. M, 06/01/2016).

A partir da fala do Sr. O e das Sras. M, S e C, pudemos identificar um viés muito importante de participação e mobilização que se estabelece no Morro dos Prazeres desde a sua formação.

Podemos ainda, perceber que o entrelaçamento das ações internas de mobilização via mutirões e a troca com parcerias externas, como as relatadas sobre a Madre Maria dos Prazeres, os senhores Edgar, Marcio e Perfeito Fortuna trouxeram contribuições enriquecedoras ao processo de mobilização no Morro dos Prazeres já em sua formação a partir dos anos de 1940. Como vimos na fala do

²³ Grifos nossos.

Sr. O, os moradores de Santa Teresa, a época, vinham e contribuíam com as ações que aconteciam no Morro dos Prazeres.

Denota-se daí, que estas contribuições poderiam, também, se dá na forma de orientações. Tanto que o Morro dos Prazeres arvora para si o feito de ter sido a primeira favela a criar a sua associação de moradores no Rio de Janeiro. Quando em 1969 a Portaria “E” – SSS – Nº 12 de 13 de novembro de 1969 estabelece as normativas para as associações de moradores (anexo10, página 127), o Morro dos Prazeres já tinha o seu estatuto publicado em Diário Oficial desde 13 de novembro de 1962 (anexo 4, página 120).

O Sr. Perfeito Fortuna, por exemplo, foi perseguido pela Ditadura Militar e tornou-se preso político durante este regime ditatorial, junto aos cantores Caetano Veloso e Gilberto Gil. Fortuna fora considerado subversivo e contrário ao regime vigente.

Não conseguimos apurar as ilações a Madre Maria dos Prazeres. A hipótese que se coloca para as declarações relacionadas a ela é a de que teria sido membro da Cruzada São Sebastião, (GONÇALVES, 2013) ou das CEBs (VALADARES, 2005).

Quantos as ligações da SAMP com o poder público e a Igreja Católica, conseguimos identifica-las em alguns documentos, como a ata de reunião da diretoria da SAMP, datada de 30 de maio de 1970 (anexo 12, página 123), os conteúdos expressos nas falas dos moradores ouvidos nesta pesquisa e os documentados antigos, que nos foram gentilmente cedidos pelo Grupo PROA.

A fala da Sra. S, sobre as bicas d’água que foram instaladas, demonstram uma relação bastante próxima das lideranças com o poder público, ainda que os depoimentos do Sr. O acenem para a ausência desta relação, há, como nos apontou Gonçalves (2013, p. 160), o estabelecimento de “vínculos personalizados entre indivíduos”, de forma clientelista, onde o Estado se estabelece na regulação da escassez de seus recursos à população favelada.

Os documentos aqui referidos encontram-se como parte dos anexos deste trabalho. Alguns exemplos deles são os ofícios trocados entre a SAMP e II Região Administrativa, à época, conforme os anexos 7 e 9, nas páginas 123 e 126, e o da 8ª Delegacia Distrital, de 18 de dezembro de 1970, conforme anexo 13, página 136, dentre outros já aqui mencionados.

Seria o que afirma Rafael Gonçalves (2013), uma relação que promove uma aproximação do Estado, estabelecida nas orientações da chamada “Batalha do Rio de Janeiro”, com ações pontuais e em formato de benesse, sem a legitimação destes territórios como espaços de fato da cidade.

Financiado pela “Doutrina Kennedy” norte-americana, o poder público, ao mesmo tempo que fazia intervenções pontuais, de cunho cooptador das lideranças, para fazer frente ao avanço comunista no Brasil e as ideias insurgentes nas favelas, exercia uma forte intervenção no sentido de barrar o avanço das destas sobre a cidade, num “controle negociado” (GONÇALVES, p. 214), a exemplo da necessidade de autorizações de vistoria, construção e reformas que deviam ser concedidas pela autoridade de Vigilância do Distrito Federal (Anexo 02, pagina 118).

Estas mesmas relações perduram até os dias atuais, pois segundo os relatos do Sr. O, sobre a atuação da Comlurb na comunidade se dá via pressão da liderança Sra. C, não reconhecendo de fato o Morro dos Prazeres (página 73) como demandante de políticas públicas perenes. O mesmo se observa na fala da Sra. E, de que o poder público só se dá via “parcerias” (página 77), não como políticas públicas de fato. Continuam as realizações, pelos órgãos públicos, a serem feitas por benesse e compadrio, via cabos eleitorais, ou ainda por pressões eventuais de lideranças comunitárias, como eram as relações anteriormente relatadas por Rafael Gonçalves (2013), onde conservar a precariedade dos serviços é uma ferramenta de manutenção da dependência desta reserva eleitoral, sempre cobiçada por vários grupos políticos.

Segundo o Sr. O,

“A única coisa interessante que nós temos aqui é o voto. A única coisa interessante que tem na favela é o voto. Porque pessoas deixaram de ser pessoas há um tempão. Pessoas agora são números estatísticos.
Não tem negócio de gente mais, não. Somos números estatísticos”
(Sr. O, 20/05/2016).

Porém, estas múltiplas relações construídas pela liderança local nos mais variados momentos da história do Morro dos Prazeres trouxeram importantes contribuições para a construção do que aqui chamamos de identidade mobilizadora, que hoje se apresenta pelo cariz das ações educativas e educação ambiental para resolução da questão do lixo, dentre outras demandas sociais. Elas cooperam para a instrumentalização dos moradores para romper com as

fronteiras impostas pela lógica de submissão docilizadora a que se refere Caetano (2013).

4.4.

O Grupo PROA, a Construção de Parcerias e o Projeto Participativo de Reciclagem

O Grupo PROA, um grupo comunitário constituído por moradores do Morro dos Prazeres, surgiu em 1998. O objetivo primeiro deste grupo, foi trabalhar a prevenção do HIV/Aids e DST juntos aos jovens da comunidade e hoje se estende em áreas mais amplas que cooperem para promoção do ambiente saudável.

Desde a sua fundação, o Grupo PROA, já se estabelecia sob um processo local de mobilização comunitária contínua e tem como premissa a construção de parcerias. Hoje há um coletivo de grupos comunitários que atuam no Morro dos Prazeres em que se reúnem periodicamente para traçar as ações conjuntas sob temas que eles elegem como prioritários, a partir das demandas trazidas pelos moradores.

O Grupo PROA encontra, na parceria com o Cedaps, inúmeras oportunidades de aprendizados e de trocas e, através dele, ingressa na Rede de Comunidades Saudáveis do Rio de Janeiro. Esta rede reúne cerca de 218 comunidades populares no território nacional, sendo em torno de 150 comunidades no Estado do Rio de Janeiro (CEDAPS, 2015) que tem do Cedaps, assessoria técnica para apoio às atividades que executam nos seus territórios.

A mobilização Comunitária no Morro dos Prazeres a época do desastre de abril de 2010, já havia se estabelecido em um movimento intenso de articulação, por conta da inserção do PROA no Programa Plataforma dos Centros Urbanos do Unicef em parceria com o Cedaps. Cabia ao PROA construir o um grupo de articulação local (GAL), que contasse com a participação efetiva de agentes locais e membros da gestão pública que atuavam no território ou atendiam seus moradores. O Morro dos Prazeres atuava nesta ação promovida pelo Unicef como GAL Mosaico. Assim, o Morro dos Prazeres já estava envolvido num movimento participativo de articulação com a aglutinação de diferentes sujeitos sociais.

Como notamos, o Mapeamento de Riscos Socioambientais possibilitou que o Morro dos Prazeres pudesse ver de forma mais ampla o seu território, diagnosticar suas necessidades e pensar em alternativas para o enfrentamento

das questões que ele sinalizava. Este mapeamento fora parte do processo mobilizatório iniciado na Plataforma dos Centros Urbanos.

Para a questão do enfrentamento ao lixo, Sra. MG diz que o mapeamento de riscos trouxe importantes contribuições. Segundo ela,

“Além da questão da acessibilidade que nos preocupava no morro, ficamos impressionados com a questão do lixo que foi revelada pelo mapeamento de risco. Já tinha a história recente do desabamento, mas não tínhamos a real noção. O lixo, antes, era descartado de forma irregular. Qualquer lugar era usado como ponto de descarte e havia locais que acabavam virando montanha. Em 2010 nós tivemos um temporal na cidade e um platô de lixo de uns 40 anos se rompeu no alto do morro e desabou em cima de uma vila de casas. Nós tivemos a perda de 34 pessoas e mais de 350 famílias ficaram desabrigadas. Daí se começou a pensar na construção de um projeto, um plano de ação que pudesse cuidar da questão do lixo com a emergência que ela merecia. A gente, de posse das informações, buscou por parceiros. O Cedaps foi o primeiro, pois nós já tínhamos contato e que logo topou se juntar a nós para que fosse construído, de forma conjunta, um projeto que trabalhasse a reciclagem e a educação ambiental” (Sr. MG, 13/06/2016).

O projeto que hoje é visto como o responsável pelo fomento de um marco mobilizatório no Morro dos Prazeres surgiu de um conjunto de ações anteriores de mobilizações no morro. Nasceu de um processo de mobilização e participação anterior e ganhou o nome de Reciclação. O nome também veio a partir de um processo participativo. A Sra. C nos diz que,

“Pensar no Reciclação é pensar na comunidade que se dá o direito de ousar. Se dá o direito de sonhar com o novo, de sonhar com o possível. O possível, na realidade é aquilo que de fato a gente pode construir com as nossas próprias mãos e eu acho que, de fato, ao se pensar no planeta possível de se viver é algo que você precisa construir de dentro de tua casa para fora. Quando há desejo é possível se conectar à outras pessoas que tenham desejos iguais. O Reciclação parte deste princípio. O Reciclação é uma tecnologia que a gente construiu na favela e que pode ser usada em diferentes lugares. Hoje os moradores levam este aprendizado principalmente para sua família, mas em seus vários outros espaços para além da favela ele também leva esta cultura. A gente segurou a bandeira da educação, inicialmente, pois era o que nos era possível. Bombardeamos a favela de informações, com ações educativas e somente depois, a gente foi para a ação prática de fato, que é a coleta seletiva” (Sra. C, 13/06/2016).

A partir do princípio do estabelecimento de conexões e dos desejos que se complementam de alguma forma é que se estabeleceram os caminhos para a construção das parcerias que viabilizaram o projeto participativo de reciclagem e educação ambiental no Morro dos Prazeres.

No Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil²⁴, o projeto ReciclAção encontra-se reconhecido como tecnologia social desde 15 de junho de 2015. A tecnologia foi submetida em 2015, pelo Cedaps, à avaliação desta fundação e apresentada como um ciclo autossustentável de mobilização social e desenvolvimento local. No site da Fundação Banco do Brasil ele está assim definido:

O ReciclAção surge como uma resposta para a sociedade para tratar de problemas sistêmicos contemporâneos do meio urbano, que a gestão pública ainda não foi capaz de solucionar. 1. Geração de lixo e descarte inadequado de resíduos sólidos: em especial nas favelas, onde a infraestrutura urbana é frágil e a coleta de lixo irregular; 2. Baixa participação do indivíduo em temas comunitários: provável consequência da baixa oferta de instrumentos, metodologias e processos que fomentem a participação e gerem, a partir dela, resultados efetivos para os desafios coletivos. 3. Fragilidade dos serviços públicos e políticas públicas nos territórios "informais" da cidade, as favelas: particularmente no caso da cidade do Rio de Janeiro, onde as favelas são, por vezes, excluídas dos serviços públicos, como no caso do serviço de coleta seletiva, que não considera os territórios de favela em sua meta de implantação da coleta seletiva na cidade; 4. Vulnerabilidade ambiental e social nas favelas: que, para além do acúmulo de lixo, é agravada pela condição irregular das casas construídas em áreas de risco de desabamento e outras; e ainda, afetada a falta de informação adequada entre a população.

OBJETIVO GERAL

Contribuir com a erradicação dos riscos socioambientais em territórios vulneráveis por meio da articulação e do fomento às políticas públicas, da mobilização social e do investimento no desenvolvimento territorial, a partir de um mecanismo autossustentável.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Criar e fomentar um ciclo autofinanciável, no qual os recursos provenientes da venda dos materiais recicláveis coletados na favela sejam utilizados para manter a iniciativa e serem reinvestidos em projetos locais de autoria de organizações parceiras ou moradores. 2. Promover a participação comunitária e fortalecer a sociedade civil para articular políticas públicas e garantir cumprimento de Legislações do Estado democrático, tendo em vista reduzir a fragilidade nos serviços públicos e afastamento do Estado destes territórios. 3. Promover a educação ambiental e difundir conceitos que gerem a mudança de comportamento dos moradores no que se refere aos cuidados com o ambiente em vivem. 4. Reduzir o volume de produção de lixo e aumentar o descarte adequado dos resíduos sólidos, fortalecendo o processo de coleta seletiva. 5. Construir e fortalecer rede de parceiros intersetoriais (público, privado e sociedade civil) que atuem em prol da coleta seletiva e desenvolvimento territoriais (FUNDAÇÃO BB, 2015).

²⁴ Confira no site da Fundação Banco do Brasil: <https://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-368.htm>.

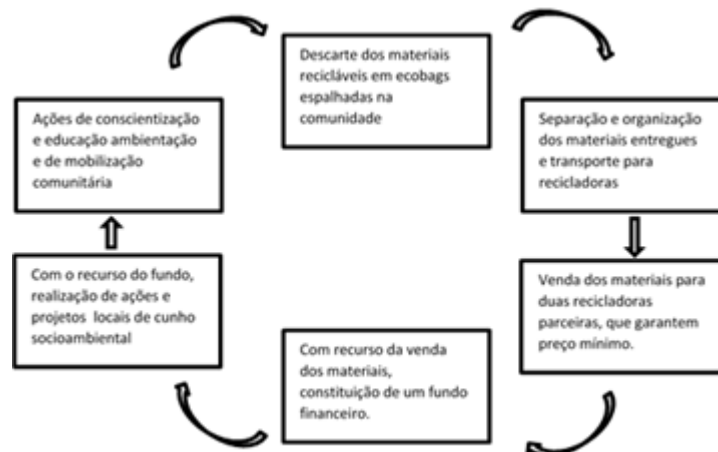


Figura 11- Imagem com o ciclo que o Reciclação desenvolve para garantia da sustentabilidade das ações.

Fonte: Mootiro Maps: <http://maps.mootiro.org/project/477> (2016)

A Sra. C, nos diz que no começo não foi fácil convencer os parceiros externos sobre um projeto de coleta seletiva em que os moradores de uma favela fariam a separação do material reciclável da parte orgânica e o doaria ao projeto, dispensando-o em bags. Segundo a Sra. C,

“A maioria das pessoas e parceiros a quem apresentávamos a proposta não acreditavam que se iria instalar ecobags e o morador, favelado, iria colocar recicláveis lá dentro.

Alguns me disseram que era utópico. Outros disseram que eles iriam colocar tudo que não era para colocar ali dentro. Eu dizia: ‘com certeza! É a primeira vez que se tem um ecobag e é a primeira vez que as pessoas vão estar reciclando. A gente vai correr todos os riscos. Você tem que criar um discurso muito convincente de ação e da importância de cada sujeito que faz esta ação’.

Assim a gente iniciou com 4 bags, quatro meses depois, mais 20 bags; seis meses depois mais 20. Destes 44 bags apenas um foi queimado por jovens loucos, drogados, marginais e deu um reboliço na comunidade inteira.

Aí eu de fato pensei: ‘É importante para eles! Se não fosse importante, poderiam se queimar todos os bags’” (Sra. C, 13/06/2016).

O projeto seguiu uma trajetória ascendente, obteve visibilidade e conquistou espaço na grande mídia. Esta visibilidade foi fazendo com que outros parceiros fossem aparecendo a ponto de ter visibilidade internacional e ser chamado pelos Estados Unidos da América para apresentar sua tecnologia no *US Environmental Protection Agency – EPA*, agência de proteção ambiental estadunidense, que hoje é parceiro e coopera tecnicamente com o projeto.

Na atualidade este potencial de mobilização e participação em torno da promoção da reciclagem tem o nome de Reciclação, cujo trabalho de promoção

da reciclagem está associado à educação ambiental e é dirigido na comunidade pelo Grupo PROA.

O projeto está sob gestão geral de um coletivo de parcerias chamado grupo de trabalho – GT, composto atualmente pelas seguintes parcerias, segundo o arquivo do Cedaps (2016):

BrasilPet e Recicoleta (recicladoras com garantia de preço mínimo de compra); Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS (assessoria técnica para implementação, coordenação e implementação); Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB (contribuição com a implementação do projeto local); ENACTUS/CEFET-RJ (parceira para inovação tecnológica); Grupo PROA (articulação e coordenação local); Instituto BRF e BRF (financiamento da implementação e operação; conhecimento técnico); Instituto Pereira Passos – IPP (articulação do projeto junto aos órgãos e representações municipais); Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC (parceiro e apoiador) e *US Environmental Protection Agency – EPA* (cooperação técnica).

A pesquisa participativa deu subsídios importantes para se pensar as estratégias de ação do projeto recém implantado.

Assim como a pesquisa, o próprio projeto teve o seu desenho construído a partir de uma linha de atuação que é comum aos membros da Rede de Comunidades Saudáveis, que quando desenvolvem seus planos de ação para executar projetos em seu território, lançam mão da tecnologia de “Construção Compartilhada de Soluções Locais”. Esta tecnologia do Cedaps é filha do *Problem Solving for Bather Healthy* da *Dreifus Health Foundation*, parceira norte-americana. A metodologia participativa do Cedaps nasce desta, misturada a técnicas que o Cedaps já utilizava no trabalho de assessoria à comunidades populares.

O Grupo PROA no Morro dos Prazeres teve o auxílio técnico do Cedaps para a construção do projeto de reciclagem e educação ambiental. Com a pesquisa participativa, eles descobriram que 97% dos entrevistados disseram que doariam o seu material reciclável. Este indicativo cooperou para o modelo de projeto que se estabelece no Morro dos Prazeres.

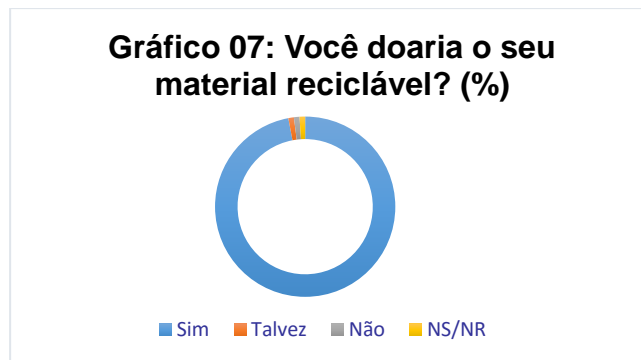


Figura 12- Representação gráfica da pesquisa.
Fonte: Pesquisa participativa, arquivo Cedaps (2013).

Segundo Katia Edmundo, diretora executiva do Cedaps, em sua fala no Seminário Reciclação 2016,

“A Construção Compartilhada de Soluções Locais é um processo metodológico composto por várias técnicas, atividades, ações e planos em conjunto”. Tem um investimento em capacitação de lideranças e organizações comunitárias de base para o fortalecimento dessas organizações, para que elas possam desenvolver as suas questões.

Tem uma preocupação em desenvolver habilidades como: priorização, negociação, consenso e busca de compatibilidades de soluções com a possibilidade de construção de planos de ação que possam agregar conteúdo. Esta é a base da nossa atuação.

Esta atuação nos coloca numa posição diferente, pois não somos uma organização de determinado localidade, mas uma organização que pode cooperar tecnicamente para o fortalecimento daquilo que a gente acredita, que são as organizações locais serem dotadas de autonomia de ação” (CEDAPS, 2016).

Vimos aqui alguns conceitos e ações que dialogam com a colocação de quando discutimos sobre o conceito de mobilização e da qual Toro e Werneck (2004), abordam a questão do caráter mobilizador que precisa se estabelecer de forma participativa, coletiva, com ações e metas planejadas e visando o atingimento de metas também coletivas. Para além, chegamos ao conceito de exercício da cidadania como a apropriação coletiva do espaço público, arena dos debates posto por Mazzouli (2001).

Os mutirões, símbolo das ações no Morro dos Prazeres desde sua construção inicial, retoma com 59% das intenções de participação respondidas na consulta participativa. A pesquisa participativa demonstra que o exercício participativo no Morro dos Prazeres é grande.

Encontros, reuniões com o poder público e demais ações tipicamente participativas também estão entre as eleitas mais votadas pelos entrevistados

como iniciativas que os dirigentes do projeto poderia contar com a participação deles. Estas ações comunitárias isoladas no território são importantes até determinado ponto, mas chega um momento em que elas precisam se conectar a outras ações que acontecem fora para que possam se fortalecer.

Um outro parceiro fundamental no processo de aglutinação de forças do Grupo PROA foi o Instituto BRF, trazido pelo Cedaps. Marcela Hitomi, diretora do Instituto BRF, ligado a BRF, que possui um quarto da produção mundial de proteína animal. Segundo ela, a BRF tem um instituto que é responsável, aqui no Brasil, por fazer a área de responsabilidade social corporativa que se estabelece através de operações que se intitulam investimento social privado. Cabe ao instituto o uso dos recursos que a BRF aplica voluntariamente no relacionamento com as comunidades em que a empresa tem unidades fabris. Ela, falando no Seminário Reciclação, 2016, disse que

“O Cedaps já era parceiro em outros projetos com a BRF e a gente começou a se perguntar onde a gente estava gerando mais resíduos, qual era o maior polo gerador de resíduos da empresa. A época, em 2012, a gente ainda operava a produção de lácteos e para gente o Rio de Janeiro era o maior mercado de leite e com isso, a tetra pack geravam muitos resíduos.

Como trabalhar o desenvolvimento comunitário, neste campo dos resíduos, numa cidade complexa como o Rio de Janeiro?

Conversamos com a Kátia e falamos: ‘Poxa vida, a gente tem muito interesse em desenvolver alguma coisa no Rio de Janeiro’!

Aí surgiu a ideia: Porque não, juntar quem gera resíduos e quem consome, que deveria fazer a retirada do lixo da comunidade?

E a partir de lá surgiu o Reciclação. E aí fez todo o sentido, por que todos os envolvidos já tinham o seu jeito de operar o mesmo método. Empreender, compartilhar, construir junto, e buscando as soluções na medida em que as coisas fossem se desenhando, sem querer ficar preso a modelos prontos” (CEDAPS, 2016).

Temos aqui um contexto em que se encontram um grupo comunitário, uma ONG, um Instituto de fundo corporativo e agências estatais que se apresentam como parceiras contribuintes em assessoria ou cooperação técnica, que merece, ainda que brevemente, uma discussão sobre os escalonamento de setores, tendo o terceiro setor como ambiente comum de atuação destes parceiros, que Carlos Montaña (2010) chama de padrão emergente de intervenção social de cunho neoliberal e contrário aos direitos sociais universais suportados no Estado Providência.

Ao se fazer separações dos setores – Estado, Mercado e Sociedade Civil – age-se nos moldes neoliberal de atomização das atribuições,

descontextualizadas social e historicamente, pois estabelece à cada setor atribuições, deixando o campo social para o terceiro, com uma crescente desresponsabilização do Estado sobre as garantias sociais (MONTAÑO, 2010).

Se trouxermos esta reflexão de Carlos Montaña para a realidade que se apresenta no Morro dos Prazeres, notaremos que o Estado entra no GT como parceiro ajudador e não como responsável direto pelas políticas garantidoras da efetividade do acesso aos serviços de limpeza, contenção de encostas e outros que garantam a segurança dos moradores do Morro dos Prazeres. As representações estatais, como apresentadas na lista de membros do GT acima, entram como apenas cooperadores e ajudadores na ação. Nesse sentido, o poder público, nas suas diversas esferas, se exime da sua responsabilidade, apoiado na filosofia do “faça você mesmo”.

O mercado percebe-se também desresponsabilizado por cuidar da parte produtiva, entrando por sua via social corporativa como um ajudador, numa expoente dicotomia “público/privado” (MONTAÑO, 2010, p. 55). A ONG, então chega e cumpre a função de dar apoio e assessoria técnica, assumindo atribuições que o Estado abandonou no contexto neoliberal. Se assim o fazem, vem-me a indagação: Seriam as ONGs (assim como as Organizações Sem fins Lucrativos – OSFL; Organizações da Sociedade Civil – OSC; e tantas outras nomenclaturas destes modelos) não governamentais ou ‘neogovernamentais’? Estariam de comum acordo com essa concepção neoliberal de Estado ou agem assim para atuar na lacuna deixada por ele, numa busca para mitigar as mazelas produzidas pelo sistema de produção e reprodução social?

Trago esta provocação, sem o objetivo de aprofundá-la aqui, pois não fazem parte direta do objeto desta pesquisa, mas não podemos prescindir deste momento reflexivo sobre o aqui provocado, para que pensemos. Há cada vez mais organizações do chamado “terceiro Setor” assumido atribuições que deveriam ser do Estado.

O Estado tem chamado e financiado estas organizações para, via projetos e programas, assumirem o espaço que deveriam ser cobertos por políticas públicas sob a administração e responsabilidade estatal. No entanto, a que se reconhecer que no modelo atual de reprodução social, as ONGs têm cumprido um papel no atendimento a populações vulneráveis e contribuído para que o Estado entenda a necessidade de implementação de políticas afirmativas, contribuindo

para a “insurreição dos saberes sujeitados” (MARQUES et al, 2011, p.158), produzidos por segmentos invisibilizados, como os de favela.

Por falta de políticas públicas e programas de governos na garantia dos direitos sociais, as comunidades populares têm sido cada vez mais submetidas às ações deste “Terceiro Setor”, questionado por Carlos Montaña. Projeto que tem início, meio e fim.

Há uma fala do Sr. O, que muito contribui para este momento. Segundo ele,

“Uma coisa que eu apregoo contra, direto, é contra esse lance de projeto. Eu sempre me levanto contra porque os senhores feudais criaram essa cultura do projeto. Porque projeto, na verdade, dependendo da vertente que seja, ele já é a marca registrada do descompromisso.

Projeto pode ser uma boa ou má ideia, mas é apenas uma ideia que tem data para iniciar, finalidades, mas tem término. E **a transformação humana não pode ter término**. Tem que ser uma coisa eterna, você tem sempre que estar pensando em se reciclar, em se transformar e evoluir, o que não é possível no modelo de projeto que sempre acaba.

Os descompromissados, não se preocupam. Qual é o tempo?

O tempo é enquanto ele puder mandar, e tem a ideia. Quando ele não poder mais mandar, ele leva a ideia. Porque ninguém dá continuidade a boas ideias. O ‘Favela Bairro’, por exemplo, foi uma ideia maravilhosa. Mudou o governo, acabou. Não é o pai, não sustenta.

Ninguém adota boas ideias. Boas ideias só têm valor se forem geridas pelo interlocutor. Se não for, não avança. Por isto que eu digo literalmente que a nossa sociedade é uma sociedade idiota. Cada um pensa somente em si. São idiotas na essência, no pensar somente em si.

Hoje somos mais individualistas. Éramos uma senzala mais coletiva. Hoje somos uma senzala dispersa. No meu entendimento a Abolição foi uma grande mentira. Os abolicionistas estão surgindo agora. Agora é que estamos começando a ter a verdadeira abolição” (Sr. O, 30/05/2016).

A fala do Sr. O traz muitos pontos para reflexão. Há um que chamamos acima. Ao chamar de ‘senhores feudais’ os governantes que trazem a ideologia neoliberal de Estado Mínimo para o social, tem aporte nas reflexões de Carlos Montaña quando este fala que o modelo capitalista latino-americano, em especial o brasileiro, carrega elementos ideológicos, culturais e até relações sociais e produtivas próprias dos sistemas latifundiário, servil e escravocrata (MONTAÑO, 2010, p. 31).

Não se deseja aqui afirmar que esta chamada à reflexão sobre o avanço neoliberal do “Terceiro Setor”, assumindo as ações sociais que deveriam ser executadas por políticas públicas, invalide o que tem acontecido com relação à mobilização comunitária no Morro dos Prazeres, mas não fazer esta breve

reflexão seria, por conseguinte, validar a saída cada vez mais contundente do Estado da responsabilidade de assunção de suas atribuições na garantia e execução das políticas sociais.

Este contínuo processo de afastamento do Estado já tem produzido desesperanças nas lideranças mais novas que começam a acreditar que a 'política do faça você mesmo' deva ser o caminho mais certo que a luta pela responsabilização do Estado. Hoje já há indícios de prejuízos significativos na construção política das jovens lideranças, a partir da questão do modelo de projetos e programas sem a presença efetiva do Estado. A fala de uma jovem liderança nos demonstra isto com bastante clareza. Segundo ele,

“Todas as nossas ações aqui nos Prazeres a gente tem conseguido implementar contando com o setor privado, porque a gente não consegue nada com o setor público. É besteira contar com o setor público.

E eu entro na tese do seguinte: eu desisto, ou eu prefiro não me desgastar com o poder público. Tentar a iniciativa privada é melhor do que ficar dando 'murro em ponta de faca' [expressão para lutar em vão e se machucar].

Eu, particularmente, não gosto muito da ideia de ter que ficar contando com o poder público para tudo, porque o poder público não está para tudo e eu acho que ele nunca existiu para tudo. Acho que isto foi uma grande viagem que se construiu em torno do poder do Estado.

Então eu prefiro que a gente se mobilize, começando pelos próprios moradores fazer uma vaquinha para tentar consertar uma escada quebrada, a até buscar uma empresa que patrocine um projeto de médio/grande porte e médio/longo prazo, para que a comunidade se desenvolva e se torne melhor.

A comunidade se diminui por demais e eu não acho que a gente tenha que passar esta imagem. A comunidade tem muitas dificuldades, mas ela tem que aprender a se auto resolver e demonstrar para o poder público que a comunidade não é pedinte. Acho que isto falta à comunidade. Ela ainda se vê como pedinte.

Está mais que provado que o pedinte não consegue muita coisa.

Quando você vai e faz, constrói e compartilha, a tendência é você ter mais sucesso. Essas são as minhas opiniões pessoais” (G, 06/06/2016).

Esta evolução da desresponsabilização do Estado sobre as políticas públicas e o avanço dos projetos que o substitui de forma provisória, focalizada e separada deste mesmo Estado, tendem a trazer rupturas no processo de lutas por políticas públicas e estabelecer uma geração de jovens com a mentalidade do “faça você mesmo” e encontrar “ecos” em outros moradores.

Outro jovem da comunidade também traz uma fala no mesmo sentido do Jovem G. Uma fala carregada de descrença no Estado e no sentido do “faça você mesmo”

“Eu acho que é favor da melhoria de nossa comunidade. A gente ao invés de ficar parado no morro, sem fazer nada, a gente está fazendo alguma coisa que melhora a nossa comunidade, entendeu? E eu acho bom! Além disso, a gente fala de governo que vai fazer isso tudo e aquilo, mas na verdade o governo nunca vem. Então quem tem que melhorar a nossa comunidade, somos nós mesmos!” (Sr. M, 04/05/2016).

As ações executadas pelas ditas organizações do Terceiro Setor, sob as suas mais diversas formas que aqui ousamos refletir, por estas agirem de modo a contribuir com a desresponsabilização do Estado, realizando ações, ainda que de forma provisória e precária, que não conseguem dar conta das necessidades sociais, na medida em que não está sustentado pelo caráter público das políticas sociais, que tem por princípio, o Estado como executor de políticas públicas de caráter contínuo.

Volto a afirmar que o intento deste trabalho é caracterizar qualitativamente a mobilização comunitária, mas as falas dos entrevistados nos fizeram trazer este campo, que de certa forma contribui com este estudo, pois mostra pontos importantes para se pensar os caminhos que a mobilização comunitária possa vir a traçar.

4.5. A Ressignificação do Olhar do Morador Sobre os Resíduos Sólidos

Retomando ao estudo de caso, hoje a percepção no Morro dos Prazeres é de que há uma transformação cultural no campo do descarte dos resíduos sólidos.

Se retomarmos as seis teses não convencionais da participação de Bernard Kliksberg (1999, 10-34), podemos afirmar que sim, “a participação dá resultados”, “tem vantagens comparativas” e “está na natureza do ser humano”. Um fato que observamos na fala do Sr. O, é que o morador teve uma significativa mudança na sua ação sobre os resíduos sólidos.

Segundo o Sr. O:

“Nós ainda temos muito que fazer”.

Graças a Deus não temos mais lixões alimentados no Morro dos Prazeres. A favela está educada. Só que o consumismo faz com que se produza muito lixo. Se usa muito mais material e conseqüentemente há muito mais resíduos. E o povo tem consumido muito. Aí é onde nós temos que perseverar no trabalho de educação para que a destinação do resíduo seja a correta.

Hoje já não estamos mais sendo senzala. Algumas favelas, graças a Deus, estão virando quilombos. Quilombos até felizes. Por exemplo, nós aqui já conseguimos transformar um lixão num jardim” (Sr. O, 30/05/2016).

Um dado substancial que representa a resposta do morador às ações educativas é o fato de não termos mais lixões ativos, alimentados no Morro dos Prazeres. Porém, a não alimentação dos lixões ainda não atingiu os níveis esperados de reciclagem e da doação destes recicláveis, se partirmos da premissa da possibilidade de reciclagem que o resíduo sólido domiciliar tem de capacidade de aproveitamento, que seria de até 80%. Devemos, contudo, ponderar que o projeto analisado tem apenas três anos de existência, e que se faz necessário um tempo maior para sua consolidação no território para uma produção da mudança de cultura quanto a destinação dos resíduos sólidos no Morro dos Prazeres.

O Sr. O, fala desta dificuldade de entendimento quando diz,

“Agora estamos sendo livres da ignorância, da dissocialização. Estamos evoluindo. Já cuidamos do planeta. Somos pessoas que estamos fazendo o planeta ficar são. Quer dizer, somos muito mais conscientes. Hoje estamos sendo livres de quaisquer grilhões. Porque a prisão pior não era a corrente. A prisão pior é a social.

Não pode sentar na cadeira da acomodação e achar que o que informou é suficiente. É trabalho diário.

[...] se toda a favela abraçasse essa ideia. Na verdade, nós já não teríamos mais local para colocar o material porque se perde muito material ainda. Nós, nas ilhas, nós já nós pegamos meio bag de material. Meio bag é mais de 50 quilos.

Agora só que é um trabalho diário. Porque educação é uma fonte inesgotável. Informação é uma fonte inesgotável. E volto naquela mesma frase. Eu repito muito esta frase: Palavras convencem, mas exemplo arrasta. E com estas atitudes temos persuadido uma quantidade bem considerável da favela” (Sr. O, 30/05/2016).

Os moradores aos quais tivemos contato falam das ações educativas e das mudanças de atitudes a partir do aprendizado que tem recebido sobre a questão do lixo. Em diálogos informais eles expressam a sua visão sobre as mudanças no Morro dos Prazeres da seguinte forma:

“Eu nunca tinha participado disso. Para mim é uma novidade, que eu não sabia. Eu não tinha noção da importância de não jogar lixo no chão. Para mim...agora estou aprendendo mais com isso e incentivar a todos os moradores não jogar lixo no chão” (T, jovem morador, 10/05/2016).

“Eu gostei do projeto porque eu não sabia a importância de jogar o lixo assim, eu não tinha noção sobre o quanto é importante você não jogar lixo no chão. O quanto

é (importante) você colaborar com as coisas. Não tinha a mínima ideia. Com esse projeto, já mudou a minha cabeça. Agora já sei o quanto é importante discernir as coisas. Gostei, quero levar a diante o projeto, prosseguir com a comunidade. Saber da importância do lixo. O quanto é importante você não jogar lixo na comunidade. Porque eu jogava! Jogava muito mesmo! E é isso que acho mais importante. O que eu mais gostei. Cara! Precisa que os moradores têm que se conscientizarem mais sobre o lixo. Saber mais. Acho que se todos os moradores participassem desse projeto, melhoraria muito a comunidade. Todos saberiam a importância, todos gostariam” (C, um jovem morador, 04/05/2016).

“Lá em casa eu, meu marido e meus filhos reciclamos todo o material e colocamos nas sacolas. Meus filhos não param de dizer que material é reciclável. Eles aprenderam nas oficinas que o projeto faz na escola. A verdade é que depois deste projeto a comunidade ficou mais limpa e bonita. Nem parece que é favela” (CR, moradora, 04/05/2016).

A Sra. C, liderança do Morro dos Prazeres, no Grupo PROA, nos relatou que os membros do grupo têm percebido que os perfis das mídias sociais dos adolescentes e jovens do Morro dos Prazeres tem sofrido mudanças. Eles não mostravam a favela, mas as imagens que o morro oferece da bela vista do Rio de Janeiro. Eram imagens, “da janela para fora” de suas casas. Hoje “os moradores já mostram suas casas, suas ruas. Já têm orgulho do local de sua morada”.

É fato que a contribuição maior do Reciclação sobre a questão dos resíduos sólidos até aqui, foi o de que os moradores entenderam a importância da destinação destes rejeitos para a promoção do ambiente saudável. Porém, o que se percebeu é que este aprendizado não se reveste em uma atitude de reciclagem tão intensa, neste primeiro momento. Porém como já referido acima, há que se fazer uma ponderação quanto ao tempo de existência da ação mobilizadora na comunidade.

Contudo, faz-se necessário pontuarmos as observações que tivemos, a partir do campo de pesquisa, sobre a questão da resignificação do morador sobre os resíduos sólidos e que se dividem em quatro indagações básicas que podem atuar de forma isolada ou em processo de inferência quanto a ação de parte dos moradores do Morro dos Prazeres, na questão da reciclagem. Assim, trabalharemos a nossa reflexão neste tópico tendo por base algumas hipóteses: 1) Olhar de parte dos moradores ainda não se volta para a questão da reciclagem como ponto central de sua ação em relação aos resíduos sólidos; 2) A falta de uma participação mais efetiva do poder público no fomento às ações de reciclagem que acontecem no Morro dos Prazeres, pode cooperar com esta questão da baixa reciclagem; 3) O perfil econômico dos moradores do Morro dos Prazeres, de acordo com os dados oficiais, não acompanha a realidade

econômica da cidade do Rio de Janeiro, assim, podendo não produzir resíduos nos mesmos níveis que a cidade, por conta da baixa capacidade de consumo, que teria o território; e 4) A existência de um hibridismo da ação pedagógica que gira entre a educação ambiental funcionalista, do faça você mesmo; e a educação ambiental crítica, da produção da emancipação humana. Este poderia gerar uma dificuldade de compreensão das mensagens produzidas pela ação mobilizadora.

De certo, o montante de resíduos coletados é significativo, quanto a estratégia de mobilização, mas o tempo de atuação das ações ainda é pequeno e o processo precisará ser continuado com ações educativas para que tenhamos uma melhor visualização dos resultados daí advindos, mas se tomarmos as estimativas de geração de resíduos já postas: 50.623 quilos e 166.000 quilos por mês (de acordo com a estimativa populacional que se use), e confrontarmos estes números com a arrecadação que o Reciclação fez no mês de junho de 2016 (2000 quilos), esta representaria 4% ou 1% da estimativa de produção mensal do resíduo (Rio Como vamos, 2013).

Estes números mostrariam, num primeiro momento, que o olhar do morador ainda não está voltado para a atividade de reciclagem e que a mobilização que hoje se faz, não atende à função primeira do estratégia supracitada, uma vez que a possibilidade de reciclagem dos resíduos sólidos domiciliares seria de até 80%, o que nos daria, a partir da projeção supracitada, um volume possível de reciclagem no Morro dos Prazeres que geraria em torno 40.498 quilos ou 132.730 quilos respectivamente, de acordo com o volume populacional que se leve em conta. Mas, como apontado acima, precisaríamos de mais tempo de pesquisa que se possa sustentar ou refutar esta hipótese ou ainda para analisá-la correlacionada com as outras hipóteses já apontadas.

Volto a afirmar que o volume coletado no Morro dos Prazeres é significativo, sobretudo, quando se dá sem uma estrutura logística e de material humano que possibilite a ampliação da coleta. A parceria da Comlurb no GT não representa investimento desta estratégia Reciclação, que possibilite a sua ampliação. Pois, se comparado com a reciclagem no Rio de Janeiro, o projeto Reciclação está em grande vantagem, se tomarmos por base os dados do IBGE 2010, o que nos daria um total de 4% de volume reciclado, o que se apresenta como espelho para a cidade no tocante a temática da reciclagem de resíduos sólidos. Segundo o Site de Notícias G1, a “coleta seletiva de resíduos é de apenas 1% no Rio, abaixo da meta” (G1-Rio, 21/05/2016). A reportagem segue dizendo que

A coleta seletiva de resíduos na cidade do Rio de Janeiro alcança 1,2% de todos os materiais recicláveis, de acordo com a Comlurb, apesar da promessa da prefeitura – feita no início do atual mandato do prefeito Eduardo Paes, em 2012 – de elevar o percentual para 25% em 4 anos. (G1-Rio, 21/05/2016).

Na audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, um dos pontos levantados por cerca de 120 participantes que lotaram aquela casa legislativa no dia primeiro de junho de 2015, foi a falta de apoio das prefeituras às iniciativas de reciclagem. O evento foi chamado para debater sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) – que estabelece o fomento de uma construção de hábitos de consumo consciente e sustentável; a geração de instrumentos que promovam o incentivo à reciclagem, o reuso dos resíduos sólidos, assim como a adequada destinação da parte não reciclável destes resíduos.

Podemos ainda deduzir que o Morro dos Prazeres, por conta da condição econômica de seus moradores, onde 69% deles possui renda de até um salário mínimo e outra parte 15,6% ganhando até dois salários mínimos, não teria o poder de consumo para produzir resíduos na mesma faixa da média da cidade. Este é um dado a se levar em conta, mas não explicaria de forma clara o volume de recicláveis entregues nos bags.

Segundo a Sra. C, liderança comunitária, cabe também apontar, que o poder público, mesmo que fazendo parte do GT do projeto, não oferece as condições estruturais e de comunicação, capazes de consolidar e ampliar o papel transformador do projeto. A Comlurb tem se mantido numa postura aquém de suas capacidades e responsabilidades. Também o Sr. O afirma que a estrutura logística da ação mobilizadora de reciclagem não conseguiria dar conta de absorver um maior volume de resíduos sólidos para reciclagem, já que falta estrutura para essa coleta, trazendo à tona novamente a questão da incipiente participação do poder público. Ele nos diz que “se toda a favela abraçasse essa ideia. Na verdade, nós já não teríamos mais local para colocar o material porque se perde muito material ainda. Nós, nas ilhas, já pegamos meio bag de material. Meio bag é mais de 50 quilos” (Sr. O, 30/05/2016).

Cabe apontar que o projeto Reciclação enfrenta grandes entraves para a ampliação de sua capacidade coletora de recicláveis, também por conta de que uma parcela dos moradores ainda não tem se envolvido na questão da reciclagem.

Uma questão que a pesquisa nos aponta, é que parece ter sido produzida uma cultura de reciclagem, em parte significativa dos sujeitos abordados pela ação educativa mobilizadora, a ponto de fazer com que se produza o desejo de romper com o processo de culpa e ir mais além. Ir na direção da emancipação enquanto ser, pelo exercício da reciclagem.

Quanto aos moradores, após as ações educativas, passaram se olhar como responsáveis por seu resíduo. Passaram, também, a levar este resíduo às ilhas coletoras da Comlurb. Não há mais lixo dispensado em logradouros, praças e encostas no Morro dos Prazeres, tomando por base os relatos dos moradores e lideranças comunitárias e, também, perceptível na observação no campo. Isto mostra o alcance que o projeto tem tido junto aos moradores.

Esta ação mobilizadora tem nos apresentado, pelo menos, dois tipos de sujeitos, que destacamos a partir do comportamento em relação aos resíduos.

Para alguns, a mudança de atitude sobre o lixo é uma ação que os façam deixar de se verem como culpados pelo desastre, ou cooperando para ocorrência deles. É como se este grupo de sujeitos atuasse apenas para deixar de se ver responsável pela sujeira na comunidade. Parece, que isto já satisfaz este grupo, na medida em que tira o sentimento de culpa.

Ao mesmo tempo, encontramos sujeitos altamente engajados, que reciclam o seu resíduo, replicam o que aprendem sobre o tema e tem um discurso de cunho emancipatório. Sujeitos com um desejo latente de exercitar a sua cidadania e cooperar para a produção de caminhos que tragam o Estado para cumprir com suas obrigações no campo das políticas sociais e que leva o debate para além da localidade. Sujeitos notadamente capazes de perceber os interesses privados e interesses públicos que se dão neste campo. Sujeitos que fazem incidência política para que suas demandas sejam postas em pauta e que conseguem articular as suas demandas num campo de contradições, como dissemos em Bastos, et al (2015).

O fato de ser dirigido por um Grupo de Trabalho – GT, traz as lutas para dentro do projeto e faz com que os moradores do Morro dos Prazeres também comecem a aprender a trilhar os meandros da luta política em defesa de seus interesses. Como não deixaria de ser, há constantes movimentos no sentido de dar outros direcionamentos, que não os de interesse da favela, para o atendimento de interesses – políticos, financeiros -, de parte do GT. Neste sentido, como ponto positivo observado no campo deste estudo, é o fato de que, como todos os campos da vida social, o projeto de reciclagem aqui estudado sofre tensões. (BASTOS et al, 2015, p.8).

Mais uma vez nos ancoramos no Sr. O. Ele nos traz uma fala que corrobora com as dificuldades que percebemos no campo. Segundo ele,

“Tem morador que cobra um *ecobag* no espaço dele. Ali no 40 [uma das áreas que faz parte do Morro dos Prazeres]²⁵, é que nós não temos material humano. No 40, o pessoal reclama que eles querem um *ecobag*. Isto é muito bonito. Isso não tem preço.

Isto até nos envaidece, porque existe morador por exemplo, que nos cobra, quando a gente negligencia em ir buscar, por exemplo, o óleo que não serve mais para eles” (Sr. O, 30/05/2016).

Porque acontece essa dualidade de ações entre os moradores?

O que percebemos na observação do campo, pela escuta ativa e na reflexão com a teoria sobre a educação ambiental, é que há um hibridismo que se estabelece no modo como a educação ambiental é aplicada aos sujeitos sociais nas ações educativas no Morro dos Prazeres.

Há, nas ações educativas aplicadas no campo, um misto de educação ambiental crítica e de educação ambiental funcionalista²⁶. Parece-nos que este ‘ecletismo pedagógico’, influi diretamente na forma como os sujeitos reagem às mensagens da ação educativa aplicada no campo.

Se trabalha com o campo das ações locais, que flutuam ente o holismo individualizador que culpabiliza o sujeito, que o descontextualiza do processo histórico maior e impõe ação comportamental coercitiva. Ações com caráter de “alfabetização ambiental”, por um lado, e, por outro, se trabalha com ações de estímulo à consciência crítica emancipadora, com o desejo de ruptura da ordem vigente, que traz para o campo político e para a arena pública, o debate em torno dos resíduos com a ressignificação do ambiente, que enfatiza a participação transformadora e as atribuições do Estado na condução da política pública (LOUREIRO, 2005).

Estas ações educativas que misturam pedagogias distintas e antagônicas podem impactar nos caminhos da mobilização comunitária que acontece no Morro dos Prazeres. Isto pode impactar na baixa quantidade de reciclagem como resposta do morador e na dualidade de ação política que se estabelece no campo, com uns moradores mais engajados politicamente e outros mais ‘aliviados em sua

²⁵ Grifo nosso.

²⁶ Para maior aprofundamento, ler: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e Dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

consciência', em razão de atitudes coercitivas, provocada pela educação funcionalista.

Um bom exemplo disso, são as mensagens divulgadas para os moradores nas ações educativas constituintes do Reciclação, captadas pela pesquisa, que sugeririam uma polarização entre aqueles moradores que cuidam, contra os que sujam a comunidade, como as mensagens "Morro dos Prazeres...Eu amo, eu cuido..." e "O lixo que você joga no chão não fala mas diz muito sobre você". Mensagens estas, que aparentemente soariam como ingênuas, mas podem carregar significações coercitivas e de culpabilização do morador, ao não considerarem os diversos aspectos que poderiam interagir para um não comportamento esperado pela ação educativa.

Parece-nos que somente o movimento de romper com o hibridismo pedagógico das ações educativas poderá produzir uma redefinição na ação dos sujeitos por ela impactados.

O modelo atual serviu para se romper com a alimentação dos lixões no Morro dos Prazeres, que, segundo o Sr. O, não existem mais. Porém, não consegue dar conta dos objetivos que estão para além da proposta de se jogar o lixo no local adequado. Objetivos que possam cooperar numa participação efetiva na questão dos resíduos como gerador de ativos para a comunidade, via reciclagem.

A adoção da educação ambiental crítica pode cumprir um importante papel neste campo, visto que ela se estabelece nas dimensões políticas e coletivas de organização da sociedade com *práxis* permanentes, contínuas, que promovam transformações individuais e coletivas durante o processo educativo, com vistas a emancipação e superação da ordem vigente.

Portanto, a educação ambiental crítica pode ser uma ferramenta usada, visto que atua para a promoção da emancipação e foge do contexto a-histórico, despolitizado, focalizado e naturalizado dos processos que se estabelecem as ações coercitivas e culpabilizadoras.

5 Considerações Finais

O que se percebeu no resgate histórico é que os agentes externos trouxeram ferramentas que cooperaram para a construção política da mobilização comunitária com vistas à emancipação. Isto permitiu aos moradores do Morro dos Prazeres fugirem do caráter docilizador intrínseco nas ações que o Estado destinava às favelas a ponto de conseguirem construir estratégias de lutas por direitos, que garantiram a sua permanência no território e a implementação de serviços essenciais básicos.

É certo que muitas destas cooperações externas vieram sob o manto de ações clientelistas de diversas vertentes ideológicas que visavam o controle destes espaços, buscando manter a situação de escassez e precariedade nos acessos aos serviços e continuidade do clientelismo. Contudo, a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres, se utilizou dessas cooperações para alçar conquistas que contribuíram para a formação política e o fortalecimento da capacidade mobilizadora para o exercício da cidadania neste território.

Atualmente, há lamentos sobre a “perda da capacidade mobilizadora no Morro dos Prazeres”, em dado momento da história da comunidade. A nosso ver, esta mobilização continua presente a ponto de se manifestar, de pronto, quando provocada, como percebemos no processo de mobilização comunitária aqui estudada. Esta pronta resposta foi um dos pontos que caracterizam a ação de cunho mobilizador que encontramos no Morro dos Prazeres.

Entendemos que o processo de mobilização comunitária, primeiro precisa vir da vontade da comunidade. Este é outro dos pontos que caracterizam uma mobilização comunitária e isto encontramos no Morro dos Prazeres. Este desejo de mobilização não poderia vir dos agentes externos, como uma imposição do “melhor para a comunidade”.

O envolvimento dos mais variados níveis geracionais, credos religiosos e visões políticas é outro ponto que notamos no processo estudado. Estes aspectos denotam uma unidade na diferença e uma capacidade de construção de consenso entre os sujeitos sociais. Contudo, a de se ponderar a possibilidade de saberes

sujeitados terem sido subsumidos neste processo de construção coletiva da ação mobilizadora.

Outro ponto que encontramos na observação do campo foi o nível e volume de participação ativa dos moradores às atividades propostas pelos coordenadores locais (bingos, camelôs educativos, oficinas, cafés com conversa, gincanas, etc.). Ainda, na aceitação e abertura dos serviços (escola, creches postos de saúde), que solicitam as oficinas para que aconteçam dentro de suas instalações.

As capacidades de levantar necessidades, de reconhecer os obstáculos e possibilidades, de levantar as potencialidades, e de se estabelecer metas com um objetivo comum para alcançar resultados que tragam ganhos para a coletividade, desenhadas de forma coletiva e participativa, foram identificadas no campo.

Entendemos que somente no contexto participativo de mobilização comunitária, que é anterior à entrada dos agentes externos, se pôde trazer estas características supracitadas. Os de fora, os agentes externos, cooperaram tecnicamente para o fomento do ambiente favorável à mobilização, a partir do que já existia de vontade e de construção no processo de mobilização para mudança de uma dada realidade no seio da comunidade, mas não foram a sua disparadora. Contribuíram, e fomentaram, mas não podem ser vistos como precursores da mobilização.

A busca pela otimização dos serviços prestados pela Comlurb, a construção de diálogos entre usuários dos serviços e os funcionários da prestadora, a formação de parcerias com entidades do Terceiro Setor, outros órgãos públicos (para além da empresa de limpeza pública), e a cooperação do setor privado, também se apresentam como um ponto que caracteriza a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres, na qual os moradores tem participado com voz ativa.

A ação educativa no processo participativo comunitário com vistas à emancipação humana pode e deve ter apoio externo. Apoio que, no atual modelo de reprodução social, tende a ser constituído por instituições de fomento internacional, institutos, ONGs e iniciativas. Assim, o maior contributo que estes agentes externos podem trazer à mobilização comunitária é o de contribuir, técnica, financeira e, principalmente, do ponto de vista político, para que eles construam, com autonomia, os caminhos, os eixos e os objetivos da mobilização comunitária, de forma participativa e crítica, dentro do contexto da história e das necessidades da comunidade a que pertencem, sempre na busca por políticas

públicas que os atendam. A ação do agente externo fora dessa perspectiva remontaria o retorno das estratégias de submissão dos sujeitos sociais no contexto de favelas.

Sabemos do papel essencial das ONGs sobre as lacunas que a ausência das políticas públicas tem provocado no modelo de Estado brasileiro, nos seus mais variados níveis. No entanto, se faz necessário se pensar este fazer, sem perder o sentido de quem deva ser o real executor de tais ações, de forma mais abrangente e permanente, para não correremos o risco de contribuir para transformação do provisório em permanente.

Na questão dos resíduos, percebemos que a falta de uma política eficiente de coleta para as favelas transforma o resíduo sólido num fomentador de vulnerabilidades para ocorrência de desastres socioambientais de grande monta nestes territórios, sobretudo, os com riscos geológicos como os apresentados no Morro dos Prazeres. Por isto planejar a ação é importante. O que notamos no campo é que o planejamento da coleta domiciliar de resíduos para as camadas populares precisa ser uma ação de cunho político, gerida pelo Estado, como política pública e deve, necessariamente, envolver a população a que se pretende atender.

Necessário se faz que a ação educativa se dê considerando “a problematização e a tomada de consciência coletiva da realidade vivida, parte inerente ao processo educativo e de intervenção política, com vistas à transformação social” (LOUREIRO, 2005 p. 1482). Do contrário, se estará contribuindo para docilização e desmobilização individual, num primeiro momento e coletiva, logo a seguir.

Por fim, o caráter educativo da ação, deve assumir um compromisso com a população atendida, no sentido de que esta ação não seja esvaziada do contexto da prática social e nem despolitizada, mas que traga o verdadeiro sentido de educação crítica que promove a emancipação individual e coletiva. Nesse sentido, a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres traz elementos que corroboram para a construção de ferramentas de tecnologias sociais participativas para o enfrentamento da questão do lixo e a promoção da cidadania plena nos territórios de favelas, bem como, para se pensar e construir caminhos com reafirmação da favela no tecido da urbe.

6

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. Estud. av. [online]. 2010, v.24, n.68, p.103-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: maio 2015.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, n. 5, p.49-60, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf> Acesso em: ago. 2015.

_____. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. In: **O Social em Questão**. Desastres e Justiça ambiental. Ano XVIII, nº 33 (2015), Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2015 – p. 57-68.

AIZEN, Mário; PECHMAN, Robert M. **Memória da Limpeza Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Coopim; Comlurb, 1985.

AIZENALEM, Adriano. **Breve relato sobre a Formação das Divisões Administrativas na Cidade do Rio de Janeiro - Período de 1961 a 2006**. Armazém de Dados. Fiocruz, 2007. Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/Decreto_Manguinhos_docCompleto.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

ALEM, Adriano. **Breve relato sobre a Formação das Divisões Administrativas na Cidade do Rio de Janeiro - Período de 1961 a 2006**. Armazém de Dados. Fiocruz, 2007. Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/Decreto_Manguinhos_docCompleto.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

AVRITZER, Leonardo (Org.). **A dinâmica da participação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. – (Pensando a democracia participativa; v3).

BASTOS, Valéria Pereira. **Construindo Identidades: Catador- herói ou sobrevivente da perversa forma de catação**. Niterói, Confluências, PPGSD – UFF, n. 4, out 2005.

_____. **Profissão: Catador - Um estudo do processo de construção da identidade**. 1. ed. – Rio e Janeiro: Letra Capital, 2014.

_____. O fim do lixão de Gramacho: além do risco ambiental. In: **O Social em Questão**. Desastres e Justiça ambiental. Ano XVIII, n. 33 (2015), Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 2015, p.- 265-288.

BASTOS, Valéria Pereira; SILVA, João Batista Pereira da; CARVALHO, Maria Izabel. Prazeres versus Rocinha: o lixo rico de cada dia. In: **Revista Libertas online**, Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF – v.15 – Juiz de Fora 2015. Artigo. 2. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2926>> Acesso em dez. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. Presidência da República: Política Nacional de Resíduos Sólidos, **Lei nº. 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Diário Oficial da União de 03/08/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 20/09/2014.

_____. Presidência da República: Política Nacional de Participação Social. In: **Decreto nº 8.243**, de 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 28/03/2016.

BRUM, Mário. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. In: **O Social em Questão**. Grandes Eventos e seus Impactos Sociais. Ano XVI, n. 29 (2013), Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2013 – p.- 179-208.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; HERNÁNDEZ, Jimena de Gary. Para além das dicotomias. In: **Políticas Públicas para a população de LGBT: Uma questão de direitos humanos e cidadania**. Advir (p 38-52), Rio de Janeiro: 2012. Disponível em:<http://www.academia.edu/3815473/Políticas_P%C3%ABlicas_para_a_popula%C3%A7%C3%A3o_de_LGBT_Uma_quest%C3%A3o_de_direitos_humanos_e_cidadania> Acesso em: 20/03/2015>.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. Movimentos curriculares e a construção da Heteronormatividade. p. 63-82. In: **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas**. Vitória, ES: Edufes, 2013. Disponível em:<<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/821/1/livro%20edufes%20Curr%C3%ADculos,%20g%C3%AAneros%20e%20sexualidades%20experi%C3%AAncias%20misturadas%20e%20compartilhadas.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

CALDERONI, Sabetai. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. São Paulo, Humanitas, 2003.

CARDOSO, Adauto Lucio. **O Programa Favela-Bairro - Uma Avaliação**. SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS IPT 2002 Disponível em: <http://www.habitare.org.br/publicacao_colecao2.aspx>. Acesso em: jul. 2014.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão social. In: CASTEL, R; Wanderley L.E.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ; 2008. p.21-54.

_____. **As Metamorfoses da Questão Social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; Cunha, Sandra Baptista da (orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil** /– 9ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CEDAE. **A história do tratamento de esgoto no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.cedae.com.br/tratamento_esgoto/tipo/historia-do-tratamento-de-esgoto>. Acesso em: out. 2015.

CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde. **Histórico do Morro dos Prazeres - 2011**. Arquivo no servidor. Acesso em junho de 2015.

_____. **Pesquisa Participativa 2013**. Morro dos Prazeres. Arquivo do Servidor. Acesso em dezembro de 2015.

_____. **Áudios do Seminário Reciclação 2016**. Arquivo no servidor.

_____. **Relatório anual 2015**. Disponível em: <<https://www.cedaps.org.br>> Acesso em: Jan. 2016.

COSENTINO, Renato. A invisibilização da pobreza e dos pobres no Rio Olímpico. **Comitê Popular Rio Copa & Olimpíadas**. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/tag/olimpiadas/>>. Acesso em: maio 2014.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Praia Vermelha – Estudos de política e Teoria Social, Vol. 1, nº. 1, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ – DP&A, 1997. (p.145-165).

CUNHA, Marize Bastos da. Et al. O Desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. In: **O Social em Questão**. Desastres e Justiça ambiental. Ano XVIII, nº 33 (2015), Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2015 – p. 95-123.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAGNINO, Evelina. (Org.). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania (p. 103-115). In: **Anos 90: sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 103-115.

DAVIDOVICH, Fany. **Programa favela-bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso Rio de Janeiro**. Anais – encontros nacionais da anpur v. 7 1997 p. 1774-1483. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1774>>. Acesso em: ago. 2014.

DORNELAS, Nelito Nonato. A identidade das CEBs. **Revista Vida Pastoral**. Maio-Junho/2006. Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs>>. Acesso em: 17 set. 2015.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **A limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Ed. Nova Fronteira – 2. ed. Rio de Janeiro, 1986.

FORTUNA, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 123-148. Out. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ediora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL: RECICLAÇÃO: Ciclo Autossustentável de Mobilização Social e Desenvolvimento Local. In: **Banco de tecnologias sociais: Certificada 2015**. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-368.htm>>. Acesso em: jun. 2015.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito – Rio de Janeiro**: ed. PUC-Rio, 2013.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso – São Carlos, EdUFSCar, 2006.

GUIMARÃES, Ladjane Marques. **Uso de SIG para identificar áreas suscetíveis a deslizamentos e desmoronamentos: aplicação nas favelas da Serra de Santa Teresa, cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal Fluminense – Centro de Estudos Gerais – Departamento de Análise Geoambiental - Niterói, 2004.

HÜBNER, Cristiane Fonseca. **As redes de infra-estrutura na cidade fragmentada**: o urbanismo estilizado, Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano Regional, Florianópolis, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: aglomerados subnormais; primeiros resultados. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade** In: Cadernos de Pesquisa, n 118, p. 189-205, março/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro / Sandra Jovchelovitch e Jacqueline Priego-Hernandez. – Brasília: UNESCO, 2013. 252 p., il..

KLIKSBERG, B. Seis teses não-convencionais sobre participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.7-37, maio./jun. 1999.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. In: **Revista Contrapontos** - ano 2 - n. 5 - p. 237-250 - Itajaí, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/145/124>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954 – 1973)**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Dissertação de Mestrado – Rio de Janeiro: 1989.

LOBATO, Eliane; AQUINO, Wilson. O Rio submerso. A tragédia que se abateu sobre o Rio de Janeiro mostra que não há mais tempo a perder: é preciso superar velhos tabus e adotar uma política responsável de remoção das pessoas que vivem em áreas de risco. In: **Revista ISTOÉ** – Brasil, 14/04/2010. Disponível em: <http://istoe.com.br/64143_O+RIO+SUBMERSO/>. Acesso em abril de 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico; CUNHA, Cláudia Conceição. **Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação**: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente & Sociedade – v. XI, nº 2 Campinas Julho-Dezembro de 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Complexidade e dialética: contribuições à Práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, nº 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Tradução de Myrian Veras Batista. – São Paulo: Cortez: autores associados, 1991. Coleção nosso tempo; v. 39.

MACHADO, E. M. **Questão social**: objeto do serviço social? Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em: mar. 2014.

MARQUES, Carlos Euclides et al. **Filosofia Política II**. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos humanos, cidadania e educação**. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. (2001).

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: **Serv. Soc. Soc.** n.110, p. 270-287, São Paulo, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000200004&script=sci_artt ext>. Acesso em: 03 abr. 2014.

NADALIN, Vanessa Gapiotti et al. Caracterização e Evolução dos Aglomerados Subnormais (2000-2010): em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras. In: **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; editores: BOUERI, Rogério & COSTA, Marco Aurélio. - Brasília: Ipea, 2013.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: **Revista em Pauta** n. 19, p. 135-170, UERJ, Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>>. Acesso em: 07 abr.2014

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro** / Nilza Rogéria de Andrade Nunes; orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca; co-orientador: Fernando Lannes Fernandes. – 2015. 230 f.: il. (color.); 30 cm Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015. Disponível na Biblioteca da PUC-Rio.

OSBORN, Catherine. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008)**. In: Rio on Watch. História das favelas do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://rionwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em agosto de 2015.

PIMBERT, Michele P.; PREY, Jules. “Parques, comunidades e profissionais: incluindo ‘participação’ no manejo de áreas protegidas” In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, São Paulo: Hucitec, 2000, p. 183-223.

PIRES, Roberto Rocha C. Prefácio – O controle democrático de atuação do Estado. In: ROCHA, A. A. B. M. et al. **Participação e controle nas políticas sociais**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Direito à Cidade e a Segregação Residencial: desafios do Estatuto da Cidade.** Observatório das Metrôpoles. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net>. 2004, p.32. Acesso em janeiro 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Corpo de Bombeiro Militar. In: **Resumo histórico dos desastres no Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.cbmerj.rj.gov.br/index.php/component/content/article?id=20:resumo-historico>. Acesso em: jan.2016.

_____. Defensoria Pública do Estado. **Relatório sobre a visita técnica realizada nas comunidades dos Prazeres e Escondidinho (Santa Teresa) em 13 de Abril de 2010.** Disponível em: <http://www.sarj.org.br/uploads/documentos/41.pdf> acessado em: 14 de set. 2015.

RIO COMO VAMOS – **Relatório de gestão dos resíduos sólidos no município do Rio de Janeiro.** Karin Segala e Silvia Martarello – Julho:2013.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Urbanismo/ Instituto Pereira Passos - IPP. **Conheça a atuação da Comlurb.** <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4677479>. Acesso em abril de 2015.

_____. IPP – RIO MAIS SOCIAL. **Panorama dos Territórios – UPP Escondidinho/Prazeres.** Disponível em: <http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPP-Escondidinho-Prazeres.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. IPP. PORTAL Geo. **Sistema de Assentamentos de Baixa Renda.** Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. GEO-Rio. **Documentário Chuvas de Abril 2010.** Rio de Janeiro - GEO RIO. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tDPLieEWla8>. Acesso em: abril 2014.

_____. GEO-Rio. **Informações sobre Favelas e loteamentos – SABREN.** Lista de Portal Geo, Armazém dos Dados. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4782931>. Acesso em: maio 2014.

RODRIGUES, Carina de Sousa. **Mapeamento de suscetibilidades a escorregamentos de Nova Friburgo-RJ por meio de inferência FUZZY e elaboração de cenários de alerta com uso de TERRAMA2.** Dissertação de Mestrado – São José dos Campos: IMPE, 2013.

SANCHEZ, Fernanda (et al). **Produção de Sentido e Produção do Espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. Entrevistado por Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000 (2ª edição, 1ª reimpressão: 2001).

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SARGENTO, Nelson. **Encanto da Paisagem. Música Rótulo**: Kuarup Discos - KLP -025, Formato: Vinil, LP, Álbum, Gênero: latino, Estilo: Samba, Brasil, lançado em 1986.

SILVA, Fellipe Figueiredo; LOUREIRO, Hugo Alves Soares; SILVEIRA, Thiago Souza. Diagnóstico dos Deslizamentos na Cidade do Rio de Janeiro a partir das Chuvas de Abril de 2010: estudo de caso do morro dos prazeres. In: **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 3, Set. 2010, 180 - 192. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/393>>. Acessado em setembro de 2015.

SILVA, João Batista Pereira da. **O complexo histórico de produção da favela: um estudo a partir do Complexo de Favelas do Alemão**. In: Anais do IV Seminário Internacional: crise do capital, periferia urbana, lutas sociais e Serviço Social. UFJF – Juiz de Fora - MG, 2015 p. 355-367. Disponível em: <http://www.ufjf.br/seminariointernacionalss/files/2015/11/anais_iv_seminario_ss.pdf> Acesso em: fevereiro de 2016.

SIMÕES, Carlos. **Teoria & crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direito** – São Paulo: Cortez, 2013.

SISTEMA GLOBO DE COMUNICAÇÃO. (Rede Globo de Televisão). RJTV 2ª Edição (jornal local) - Matéria sobre a Forte Chuva que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o deslizamento de terra no Morro dos Prazeres, localizado no bairro do rio Comprido, centro do Rio (06/04/2010). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IIXTfdd4IIU>>. Acesso em abril de 2015.

_____. (Jornal O Globo). **Pezão quer privatizar fornecimento de água e esgoto em favelas**: Governador prepara programa para saneamento em 25 comunidades, em parceria com empresas. Por BOTTARI, Elenilce e FRANÇA, Renan. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/peza-quer-privatizar-fornecimento-de-agua-esgoto-em-favelas-18491982#ixzz4G5ZrZai8>> Acesso em janeiro de 2016.

_____. (Rede Globo de Televisão). Jornal Nacional (Abertura) - RIO DE JANEIRO DEBAIXO D'ÁGUA maior TEMPORAL dos últimos 40 anos matéria completa (06/04/10). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y4AS3qiiAvU>>. Acesso em: abr. 2015.

_____. (Revista Época Online). Imagem dos destroços de dez casas no Morro dos Prazeres. Sem autoria identificada. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/foto/0,,39295011,00.jpg>>. Acesso em: abr. 2015.

SISTEMA GLOBO DE COMUNICAÇÃO. (Portal de Notícia G1, no Rio). **Moradores do Morro dos Prazeres revelam momentos da tragédia:** em favela de Santa Teresa, 26 pessoas estariam desaparecidas. De acordo com o Corpo de Bombeiros, 14 morreram soterradas. Por FREIRE, Aloízio. 07/04/2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1559475-5606,00-MORADORES+DO+MORRO+DOS+PRAZERES+REVELAM+MOMENTOS+DA+TRAGEDIA.html>>. Acessado em set. 2015.

_____. (Portal de Notícia G1, no Rio). **Presidente da associação de moradores do Morro do Prazeres critica remoção.** Por TBAK, Bernardo e LEITE, Liana. 09/04/2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1563419-5606,00-PRESIDENTE+DA+ASSOCIACAO+DE+MORADORES+DO+MORRO+DO+PRAZERES+CRITICA+REMOCAO.html>>. Acesso em: abr. 2015.

_____. (Portal de Notícia G1, no Rio). **Coleta seletiva de resíduos é de apenas 1% no Rio, abaixo da meta.** Rio, 21/05/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/coleta-seletiva-de-residuos-e-de-apenas-1-no-rio-abaixo-da-meta.html>>. Acesso em maio de 2016.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Imprensa: Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204p.

VALENCIO, N. O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro (p.31-51). In VALENCIO, N (org.). **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil, volume II. São Carlos: RiMa Editora, 2010. Versão eletrônica disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. **Para além do dia do desastre:** o caso brasileiro. São Carlos: ed Appris, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** VII Encontro da ANPUR, Recife, maio de 1997. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>>. Acesso em julho de 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: **Serv. Soc. Soc.**, n.110, p. 288-322, São Paulo, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Orgs.). Um Século de Favela, 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

7 Anexos

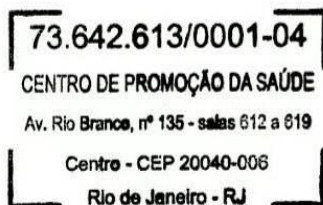
7.1. Anexo 1 – Carta de Anuência CEDAPS

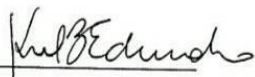


CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos a pesquisa da **João Batista Pereira da Silva**, mestrando em Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a desenvolver o seu projeto de pesquisa "**A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres**", orientado pela professora doutora Valéria Pereira Bastos, no âmbito do projeto "ReciclAção". Aceitação está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução 466/2012 e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados coletados exclusivamente para os fins da pesquisa.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2015.




Katia Maria Braga Edmundo
Diretora Executiva
Centro de Promoção da Saúde

Av. Rio Branco, 135 – 6.º andar – grupo 612 – Centro – RJ – 20040-006

PABX: (21) 3852-0080

e-mail: direcao@cedaps.org.br / www.cedaps.org.br

7.2

Anexo 2 – Autorização de Reforma de 7/11/1951

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412418/CA

Ilus. Sr. Director da Policia de Vigilancia do Distrito Federal.

João Tinoco N.º M. 168

morador na rua Primes, na Favela dos Prizes

requer a V. S. se digno permitir a seguinte obra:

1. Trocar o chão

2. reparar

3. reparar

4. reparar

5. reparar

6. reparar

7. reparar

8. reparar

9. reparar

10. reparar

11. reparar

12. reparar

13. reparar

14. reparar

15. reparar

16. reparar

17. reparar

18. reparar

19. reparar

20. reparar

21. reparar

22. reparar

23. reparar

24. reparar

25. reparar

26. reparar

27. reparar

28. reparar

29. reparar

30. reparar

31. reparar

32. reparar

33. reparar

34. reparar

35. reparar

36. reparar

37. reparar

38. reparar

39. reparar

40. reparar

41. reparar

42. reparar

43. reparar

44. reparar

45. reparar

46. reparar

47. reparar

48. reparar

49. reparar

50. reparar

51. reparar

52. reparar

53. reparar

54. reparar

55. reparar

56. reparar

57. reparar

58. reparar

59. reparar

60. reparar

61. reparar

62. reparar

63. reparar

64. reparar

65. reparar

66. reparar

67. reparar

68. reparar

69. reparar

70. reparar

71. reparar

72. reparar

73. reparar

74. reparar

75. reparar

76. reparar

77. reparar

78. reparar

79. reparar

80. reparar

81. reparar

82. reparar

83. reparar

84. reparar

85. reparar

86. reparar

87. reparar

88. reparar

89. reparar

90. reparar

91. reparar

92. reparar

93. reparar

94. reparar

95. reparar

96. reparar

97. reparar

98. reparar

99. reparar

100. reparar

Nestes termos
P. deferimento

Distrito Federal 7 de Novembro de 1951

João Tinoco
assinatura do requerente

Autorizo ao Sr. João Tinoco
residente na barracão sito na Favela dos Prizes
a fazer os reparos acima solicitados, não sendo permitido aumen-
tar e nem fazer obras superiores às autorizadas, sob pena de demor-
ração sumária.

Gen. Eng. Rivas
Director da Policia de Vigilancia

= O B S E R V A Ç Õ E S =

Esta autorização é válida, apenas, por 30 dias.

AC.

7.3.

Anexo 3 – Decreto Nº 374 de 24/02/1961

DECRETO nº 374

Em 24 de fevereiro de 1961.

Proíbe a cobrança de aluguéis ou taxas de ocupação de barracos em favelas, veda a proprietários qualquer cobrança de ocupação do solo sem registro prévio do título de propriedade no SERFHA, e dá outras providências.

É necessário coibir a especulação que se pratica contra a população desprotegida residente nas favelas deste Estado. Cobram-se taxas, às vezes elevadas, pela ocupação de terrenos de propriedade duvidosa, e aluguéis desorbitados pelo uso de barracos e outras construções clandestinas.

A lei Federal nº 2876, de 19 de setembro de 1956, assegurou a permanência dos moradores de favelas nas respectivas habitações. Por outro lado, é evidente que o Poder Público não está obrigado a reconhecer qualquer direito decorrente de construções clandestinas.

Para fazer cessar tais abusos e, ao mesmo tempo, desestimular o crescimento das favelas por força dessa especulação,

O GOVERNADOR DO ESTADO DA GUANABARA:

usando das atribuições que, na conformidade da Lei nº 3752, de 14 de abril de 1960, lhe confere o item II, § 1º, do artigo 26 da Lei nº 217, de 15 de janeiro de 1948,

DECRETA :

Art. 1º - É proibida a cobrança de aluguéis ou taxas de ocupação, sob qualquer forma, de barracos em favelas, ficando os moradores desobrigados de efetuar os pagamentos que porventura venham sendo feitos, a qualquer título, a supostos proprietários.

Art. 2º - É vedado ao proprietário de terreno ocupado por favela cobrar qualquer foro, aluguel ou taxa de ocupação de solo, sem o prévio registro do seu título de propriedade no SERFHA.

Art. 3º - A infração das proibições constantes dos artigos 1º e 2º deste Decreto será passível das sanções previstas no Decreto nº 6.000, de 1.7.1937, além de inquérito policial para apuração de responsabilidades por infração da Lei de Economia Popular e outras disposições legais.

Art. 4º - Não serão reconhecidas como válidas, para nenhum efeito, qualquer alienações, trocas e outros atos que tenham como objeto barracos de favelas.

Art. 5º - Para os efeitos do presente decreto, consideram-se favelas os conglomerados de dois ou mais casabres, regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições do Decreto nº 6.000, de 1.7.1937.

Art. 6º - A Procuradoria do Estado prestará orientação jurídica e assistência judiciária a todos os prejudicados pela infração do disposto neste decreto, em cooperação com os serviços de assistência judiciária, de entidades públicas ou privadas que se disponham a ajudar o Estado a defender os favelados contra a exploração das favelas por supostos proprietários de barracos.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1961

da República e 2º do Estado da Guanabara

CARLOS LAURIDA

7.4.

Anexo 4 - Publicação do Estatuto da SAMP em Diário Oficial em 13/11/1962

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412418/CA

Terça-feira 13 DIÁRIO OFICIAL (Parte I) Novembro de 1962 24

SOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E O DESTINO DE SEU PATRIMÔNIO. Observada a legislação em vigor e o disposto no art. 54 do presente Estatuto. Os fundadores e a Diretoria constam em apenso ao estatuto. — *Mozart de Lacerda Coutinho.*
N. 36.350 - 4-10-62 - Cr\$ 1.020,00

FIRMA INDIVIDUAL DE LINDINALVO SILVA TORRES
Amaral.
Constituída por seu proprietário, brasileiro, motorista, residente nesta Cidade, com o negócio de Escola para Motoristas à Praia de Botafogo n.º 464, sala 3 da frente do sobrado, por tempo indeterminado, com seu fundo social constituído no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). Nesta esta firma representada em juízo e fora dele, pelo seu proprietário. Compete ainda ao seu proprietário, direta ou indiretamente, a administração da mesma, podendo ainda: a) dirigir, fiscalizar, representar sob procuração, e aplicar todo o que for exigido por lei; b) admitir e demitir funcionários; c) resolver a extinção da mesma e, bem assim, modificar a forma do respectivo documento; d) O presente documento entra em vigor nesta data. — Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1962. — Lindinalvo Silva Torres.
(Número 36.348 - 4-10-62, — Cr\$ 816,00)

INSTITUTO TÉCNICO DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LIMITADA.
Extrato do Contrato
Pelo contrato de 27-9-1962, foi ajustado entre José Vitor Serra, Alpoim Ribeiro de Azevedo Filho, João Paulo Ribeiro D'Árcade e José Innocência Filho, a organização de uma Sociedade Civil por Cotas de Resp. Limitada, com a denominação supra, com sede e foro nesta Cidade, por tempo indeterminado, podendo abrir filiais ou agências em qualquer parte do País e tem por objetivo a prestação de serviços de planejamento e organização de empresas, auditoria, perícias, assistência fiscal e jurídica, contabilidade, assessoria administrativa e atividades correlatas. O capital social é de Cr\$ 100.000,00 dividido em 100 cotas de Cr\$ 1.000,00 cada uma, cabendo 25 cotas a cada sócio. Compete ao sócio José Vitor Serra representar a Sociedade em juízo ou fora dele. O Balanço Geral, bem como a distribuição de lucros ou prejuízos, dar-se-ão de acordo com o capítulo 15. O selo devido foi pago na RPG. — José Vitor Serra.

WILLIAMS RENTAL AGENCY LTDA.
Extrato do Contrato Social
Pelo contrato de 20-9-1962, foi ajustado entre David William Amaral e Maria Maria Amaral, a organização de uma Soc. Civ. p/Cotas de Resp. Limitada, com a denominação supra, com sede e foro nesta Cidade.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE
Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 1 de outubro de 1962.
No primeiro dia do mês de outubro de 1962, às 14 horas, reuniram-se os acionistas da Companhia de Seguros Argos Fluminense, na Avenida Rio Branco, n.º 4 - 2.º andar, para celebrar em número de 14 (quatorze) representantes 11.878 (onze mil, oitocentos e setenta e oito) ações nas 24.900 (vinte e quatro mil) ações de que se compõe o capital social, de valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, perfazendo um total de 1.324 (um trezentos e vinte e quatro) ações, compareceram, em voz e voto, conforme se vê das assinaturas constantes de folhas 20 e 20v. do livro de presença de Acionistas, assinado a sessão, na forma do disposto no artigo 13 dos estatutos, o Diretor Presidente, Sr. Sebastião Lafuente, solicitou a assembleia que indicasse um presidente para dirigir os trabalhos, sendo aclamado o Doutor Alberto Torres Filho, que convidou os acionistas econômicos para o próximo dia 15 de setembro de 1962, às 14 horas, no "Jornal do Comércio" de 18, 20 e 21 de setembro último, do seguinte teor: "Companhia de Seguros Argos Fluminense — Assembleia Geral Extraordinária — Convocação — Ficam convidados os senhores acionistas da Companhia de Seguros Argos Fluminense a comparecerem na sede social, na Avenida Rio Branco, n.º 4 - 2.º andar, às 14 horas do dia 15 de outubro vindouro, a fim de tomarem parte em Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte ordem do dia: a) autorização à Diretoria da sociedade para pleitear junto ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização a desvinculação do prédio sito a rua Uruguiana, número 145, e em seguida promover a alienação do mesmo imóvel; b) assuntos gerais. — Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1962. — Sebastião Lafuente, Diretor Presidente. — Americo Soares, Diretor. — Luiz Carlos de Paranaguá, Diretor." A seguir, foi lida a Proposta da Diretoria referida no edital de convocação, que estava assim redigida: "Senhores Acionistas: Entende a Diretoria ser conveniente promover a venda do imóvel situado na rua Uruguiana, 145 aproveitando a excepcional oportunidade que se apresenta e fato de estar o mesmo desocupado, tratando-se de imóvel para o qual a Diretoria não fez qualquer plano de aproveitamento futuro, parece evidente condições do mercado, sua venda, senão a fixação de condições de venda, sendo contado que o imóvel deverá ser vendido por meio de licitação pública, em Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). De acordo com a legislação que rege as companhias de seguros, terá a Diretoria, antecipadamente, ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização a desvinculação do prédio, e inscrito como garantia de recursos técnicos. Está a Diretoria de contar com a aprovação dos Senhores Acionistas, tendo em vista que ficou aqui exposto. — Janeiro, 17 de setembro de 1962. — Sebastião Lafuente. — Luiz Carlos de Paranaguá." Fim da leitura. Sr. Presidente colocou em discussão a proposta da Diretoria, perante todos os esclarecimentos acionistas que os solicitaram, seguida, foi a referida proposta submetida a votos, apurando-se a seguinte situação: aprovada a proposta, dando quitação, etc. Nada mais houvesse a tratar, ninguém quisesse usar da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, depois de lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. — Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1962. — Alberto Torres Filho, Hugo Maurício Sigelmann, — Thome Augusto Ramos Filho, — pp. Edward G. Lowry, Guilherme Augusto Ramos Filho, — Ehmy e Roberto H. Schmidt, — Eilbehart Warfield, Murray, — Alberto Torres Filho. — pp. — rany Reinsurance Co. Ltd., — go Mauricio Sigelmann. — Sebastião Lafuente. — Amândeo de Oliveira Castro. — Rodrigues. — Luiz Carlos de Paranaguá. — Cypriano de Fátima Nunes da Silva. — João Roberto Teixeira Junior. (Cotas e Integral da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Seguros Argos Fluminense, extraída do livro de Atas, folhas 27, 28 verso e 29). (N.º 36.439 - 4-10-62 - Cr\$ 4.378,00)

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE
CERTIFICADO
Certifico que a Companhia de Seguros Argos Fluminense Ltda. encontra-se inscrita sob o número 28.446 por despacho de 12 de outubro de 1962, cópia autêntica da Ata de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1

CONDICÕES DO MERCADO, SUA VENDA, SENÃO A FIXAÇÃO DE CONDIÇÕES DE VENDA, SENDO CONTADO QUE O IMÓVEL DEVERÁ SER VENDIDO POR MEIO DE LICITAÇÃO PÚBLICA, EM CR\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS). DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE AS COMPANHIAS DE SEGUROS, TERÁ A DIRETORIA, ANTECIPADAMENTE, AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO A DESVINCULAÇÃO DO PRÉDIO, E INSCRITO COMO GARANTIA DE RECURSOS TÉCNICOS. ESTÁ A DIRETORIA DE CONTAR COM A APROVAÇÃO DOS SENHORES AÇIONISTAS, TENDO EM VISTA QUE FICOU AQUI EXPOSTO. — Janeiro, 17 de setembro de 1962. — Sebastião Lafuente. — Luiz Carlos de Paranaguá." Fim da leitura. Sr. Presidente colocou em discussão a proposta da Diretoria, perante todos os esclarecimentos acionistas que os solicitaram, seguida, foi a referida proposta submetida a votos, apurando-se a seguinte situação: aprovada a proposta, dando quitação, etc. Nada mais houvesse a tratar, ninguém quisesse usar da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, depois de lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. — Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1962. — Alberto Torres Filho, Hugo Maurício Sigelmann, — Thome Augusto Ramos Filho, — pp. Edward G. Lowry, Guilherme Augusto Ramos Filho, — Ehmy e Roberto H. Schmidt, — Eilbehart Warfield, Murray, — Alberto Torres Filho. — pp. — rany Reinsurance Co. Ltd., — go Mauricio Sigelmann. — Sebastião Lafuente. — Amândeo de Oliveira Castro. — Rodrigues. — Luiz Carlos de Paranaguá. — Cypriano de Fátima Nunes da Silva. — João Roberto Teixeira Junior. (Cotas e Integral da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Seguros Argos Fluminense, extraída do livro de Atas, folhas 27, 28 verso e 29). (N.º 36.439 - 4-10-62 - Cr\$ 4.378,00)

IMPRESSÃO DE IMÓVEIS. O capital social é de Cr\$ 200.000,00 dividido em 200 cotas de Cr\$ 1.000,00 cada uma, cabendo 100 cotas a cada sócio. A Gerência e o uso da firma, sob a direção de um dos sócios indistintamente. No último dia do ano, será elaborado o Balanço Geral de lucros ou prejuízos apurado, sendo divididos e reportados pelos sócios, na proporção de suas cotas de capital. O selo devido foi pago na RPG. — David William Amaral.
(N.º 36.398 - 4-10-62 - Cr\$ 816,00)

SOCIEDADE DE AMIGOS DO MORRO DOS PRAZERES (SAMP)
Extrato do Estatuto
Fundada nesta Cidade, onde tem sede e foro por tempo indeterminado, com fundo social a constituir-se e limitado número de associados, que não respondem pelas obrigações sociais e tem por finalidade: a) Pugnar por todos os meios ao seu alcance, perante os poderes públicos, pela melhoria das condições de vida e habitação da favela, planejando e estimulando a execução de melhoramentos na localidade; b) Zelar pelos interesses e defender o bom nome da classe favelada, e o mais constante das letras c) a e). São poderes da SAM: a Assembleia Geral; a Diretoria Executiva, composta de Presidente (seu representante em juízo ou fora dele); 1.º e 2.º Vice-Presidentes; Secretário Geral; 1.º e 2.º Tesoureiros; Diretores de Planejamento, Relações Públicas, Divulgação, Administração e de Esportes, Procurador e 5 Suplentes; as Comissões e Núcleos que se constituírem. Compete à Assembleia Geral reformar o presente estatuto e decidir sobre a dissolução da SAMP e dar destino ao patrimônio. Os fundadores e a Diretoria constam em apenso ao estatuto. — Amir Ricardo Chaves.
(N.º 36.339 - 4-10-62 - Cr\$ 913,00)

FIRMA INDIVIDUAL DE CÉRES CORREIA LARÊSE DE TETTO
Constituída por sua proprietária, brasileira, viúva, do comércio, portadora da Cart. de Identidade n.º 590347, do IFP, com escritório e foro nesta cidade, à Avenida Almirante Barroso, 6, sala 1.210, por tempo indeterminado e capital de Cr\$ 50.500,00 (cinquenta mil cruzeiros), tendo por fim a exploração do negócio de corretagem, compra e venda de imóveis. Será esta firma representada em juízo e fora dele pela sua proprietária, à quem compete, ainda, direta ou indiretamente, a administração da mesma, podendo: a) dirigir, fiscalizar, representar e fazer aplicação de todo o que for exigido por lei; b) admitir e demitir empregados; c) resolver a extinção da mesma e, bem assim, alterar ou modificar a forma do respectivo documento. O presente documento entra em vigor nesta data. — Rio de Janeiro, 25 de julho de 1962. — Céres Correia Larêse De Tetto.

7.5.

Anexo 5 – Memorandum nº 290/65 de 0/07/1965

1965 - ANO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



ESTADO DA GUANABARA
 III REGIÃO ADMINISTRATIVA
 DISTRITO ADMINISTRATIVO DE SANTA TEREZA

Em 4 de junho de 1965

MEMORANDUM N.º 290/65

De: Administrador Distrital de Santa Teresa

Ao: Ilm^o Sr.

Laureano Nascimento

Presidente da SAMP

Desejo comunicar à Sociedade que preside, ter autoriza
 do o Sr. OSFRÁZIO GALDINO a construir um barraco para se alojar
 com sua família, no local que a Sociedade julgar mais convenien
 te.

Esta autorização é dada em caráter excepcional, tendo
 em vista as razões alegadas, e principalmente porque o referido
 senhor já morava em outro barraco no Morro dos Prazeres, que fo
 mos obrigados a demolir por ruína iminente, decorrente de desaba
mento ocorrido em encosta da rua Almirante Alexandrino, 912.

Cordiais saudações

Felipe Cardoso Filho
 Dr. Felipe Cardoso Filho
 Administrador Distrital de Santa Teresa

7.6.

Anexo 6 – Ata SAMP 30/01/1966


SOCIEDADE DE AMIGOS DO MORRO DOS PRAZERES

REGISTRADA NO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Sede: RUA GOMES LOPES — SANTA TEREZA
RIO - EST. DA GUANABARA

Rio de Janeiro 30 de 1 de 1966

O presidente da samp devem reunir todos os diretores junto ao conselho fiscal, para nos tomar uma posição sobre os problemas de nossa favela, ao mesmo tempo levar ao conhecimento dos mesmo o que temos colhido das autoridades competente sobre o problema-favela, e também quero suplicar ao presidente que procure unir os associados, por meio de uma campanha de esclarecimento seja por escrito, ou por meio de divulgações-radio fônicas.

senhor presidente é preciso que a diretoria faça o seu a pelos moradores para que eles sintam que so unidos poderemos conseguir, o que desejamos, isto é reconstruir os bairros danificados e continuar com as obras de construção de caminhos.

Naturalmente para isto vamos ter um pouco de dificuldade, devido a ausências da ajuda do governo para com nosso.

mas não devemos espera por ninguém como ja tivemos a o oportunidade de ouvir nella a propria autoridade competente, por tanto meus caros amigos somos nos que devemos constuir o nosso bem esta-

Senhor

Senhor Presidente ao mesmo tempo em que levo ao seu conhecimento todas essas minhas ideias, também me cabe a dizer que por ventura os de nos companheiros não concordar com esta ideia eu sugiro que devemos convocar uma assembleia para que designamos uma junta governativa no mesmo as eleições, para que o movimento, social mude de direção- talvez por odio ou mesmo mal vontade esta diretoria como sempre destituida aos pouco, porisso e que acho por bem tomarmos esta atitude a inda com a condição de ar car, com uma parcela das responsabilidades que vinher o corre sobre esta atitude que por ventura ser realizada

Lauro de Almeida

Diretor de Patrimônio

1) - *Arlete Soares*

7.7.

Anexo 7 – Memorandum 66/66 de 18/07/1966



ESTADO DA GUANABARA

III REGIÃO ADMINISTRATIVA
(RIO COMPRIDO)

Em 18 de julho de 1966

MEMORANDUM N.º 66/66

À Sociedade de Amigos do Morro dos Prazeres,

Conforme o depoimento do Sr Antônio Augusto Gonçalves, peço que seja resolvido o caso da Sra Elizabeth Silva, contra o seu vizinho Sr "Chagas".

Maiores detalhes peço que seja dirigida ao próprio interessado.

Na certeza de poder contar com a colaboração desta associação por se tratar de um problema interno de moradores agradecemos antecipadamente,

Hissaco Sudo
Hissaco Sudo A.S.mat.131 838

7.8.

Anexo 8 – Carta de Contestação de Morador de 15/08/1966

Rio De Janeiro

Estadio Da GUANABARA T5 De Agosto De Miu 1966 Ilustrismo Senhor^{Ss} Presidente Sutaog
 Com Licencia Bondia Eu Inacio Honorio De Souza Venho Respetosamente Declarar Para
 Avossa Inselencia Umã Bertas Condicaoç Minhas Aqui Ou Da Qui Do Morro Que Usenhor
 Eu Acho Que Ainda Naoç Sabe Entaoç Para Usenohr Ficar Cientei Do Que Citrata Eu
 Pidir Um Amigo Meu Para Escrever Este Bilhete Para Usenhor Nem So Mentos Isto Como
 Ver As Minhas Preatacaoç Da Agua Como E' Que Esta Iamuito Tempo Que Eu E' Para Vim
 Aqui Mais Tendo Muitas Precupacaoç Vou Hoje Vou Amanan Iutempo Ces Passando Sem Eu
 Nunca Vim Itambem Luitando Para Rezolver Nis Boblemas Mixurucas Me Acando Velho Cas
 do. Cansado Para Vim Aqui Falar Com Usenhor Para Rezolver Meloh Idepois Que Eu Fala
 e. Falasse Fifasse Com Mis Pismo Tempo Para Eu Rezolver Entaoç Eu Declaro Para Useh
 or. Senhor Que Eu Ati2 Para 13 Ail4 Anos Eu Venho Luitando Por Uu Lancio De Pirambe
 ra. Pirambeira No Morro Aqui Onde Nois Moramos Entaoç Quando Eu Xegi Comprei Um
 Bracaçoç Znho Velho Meio Cumpridinho Mais Estritinho Ibaxinho Eu Achava Ruim Para
 Mir Mohar Pretendia Aranja Uma Companheira Para Mi Ajoudar Pensei Como E' Que E'
 Como E' Que Eu Averia De Fazer Para Fazer Outro Maior Com Acontiuacaoç Dos Tempos
 Eu Andando Vir Muita Jente Que Tinha Sahido Do Morro De Banto Antonio Voltando Hir
 Eu Pensei Ces Eles Estaoç Voltando Eu Tabem Poso Volta Hir Vltei Para La Fixzrs /3
 3 Barraçoç La Ia Ou Controlei Us Vigias Das Demuacoç Ajountei 5 C'minhoç Gaminhoç
 De Madeiras Pagei Um Moutorista Incostei Ali Dejounte Do Morro Ca Encima Nus Ou No
 Campinho Dos Partamentos Da Quitativa Aturma Comesaram A uoba Air Fof Foi Quando
 Eu Me Amigei Cm Ana Uma Nehora Que Foi Mulher Do Finado J2ULio Um Verdureiro Que
 Tinha Air No Morro Com Acontiuacaoç Comprei Um Barraco De Um Crente Que Tinha Nus
 Fundos Do Bararco De Seu Francisco Jenro De Dona Martinha Com As Tempestade Cahiu
 Passei Para Udecima Ficei La Pepois Fizis Um Outro No Meio Da Aria Era Um Pouco Gra
 de: Grande As Tempestases Veio Cahiu Mais Nafrenti Tnha Um Outro zinho Que Era Do
 Mesmo Crenti Com As pempestades Cahu Eu Fiu Sercando Aqueles Espassos Dos Barracos
 Tudos Por Que Eu Achava Qde Uma Veis Que Eu Comprei Us Baracos Cairam Us Espasos
 Mi Pertenciam Eu Tiha Madeira Ia Trasendo Mais De Cadebaxo Da Cidade No Bonde Porqu
 Eu Gosto De Viver Susegado Depois Pra Evitar Que Ninguem Roubase Muito Fasse Entaoç

Entaoç De Uns Sertpos Tempos Pra Uns Sertos Pessoais Naoç Comprendendo Aluita Que
 Eu Tehho Tido Durante Etes Tempos Toudos Feizando De Saber Umus Prejoisos Ficaram
 De Gnhos Grandes Icomesaram Diser Que Eu Quiria Ser Dono De Uma Babanda ado Morro
 Eu Naoç Queria Locau Para Vender Nem Baraco Para Alugal Eu So Esmpre Luitei Para
 Adquirir Uessegó Sempre Procurei Uma Familha Para Morar Alhi De Jounto De Mir Naoç
 Ia Cobrar Alugelu Era So Para Ter Uam Pessoa Uma Pessoa Que Quando Visse Algem Mexe
 endo, Falasse Ameu Favor Usvizinhos Que Ue Teho Inveis De reclamar Fazs E' Ajoudar A
 nha, Tambem Porque Eles Pede Dado Eu Naoç Dou Falam Nin Eu Vender Eu Naoç Vendo Pediti
 Inpresydo Eunaçoç Inpresto Dizem Que Eu Sou Rico Q alquer Negossos Que Eu Fizer Fazer
 Eles Naoç Mei Pagam Ide Forma Que Quando Qu Vi Toudo Anos So Sendo Pirambeiras Eu
 Tomei Medo Do Xaoç Estudei Uou Aparte Mais Forte Pidir Adona Maria Abibria Que Móra
 Pelo Ulado De Ca Au Eda Da Dona Martinha Para Fazer Umbarraco Em Um Luga Mais Seguro
 Acm Mesmo Naoç Triscei No Xaoç Soubre Escavacaçoç Cnformei Estava Cavei Usbaracos Ate
 encontra Alage Ja Con Medo Fizs Piqueninho Botei Us Paus Dentro Deixei Sem Bota Terra
 Inpretei Com Um Capimteiro Iele Fezs Com Gantaria De Forma Que Saoç Tres Cousas Que
 Eu Venho Luitando Para Concigir Na Quela Aria De Barulho Idemanda E' Para Reforsar Umei
 barraco Umasso Pucivel Acabar De Serca Aparte Dos Fundos Porque Us De Cima Mei Pertube
 deixam Rolar Latavelhas Alveis Eu Trabajho Ate 3 4 Horas Da Mnhan Estou Dormindo Eles
 lei Acordam Vm Apanha Ilevam Trissos Meu Concluzivel Aminha Agda Que Eu Tinha Feixada
 Uvininho Za aria Puxou Para Ele Botou Agua Para Dentro Do Barraco Dele Quando Eu Fui
 er Aminha Aga Ja Estama Feixada Eu tnha Que Comprar Nins Canos Mais Foi Qando Ucoronei
 us Boou Pelo Uestado Iatrasou Nosso Pagamento Tenho Carregado Agua Do Bombeiro Muito
 edo Idenoite Ja Xego Cansado Do Sercico Que SuDeus Iue Sei Uprimeito Carracoç Zinho
 elho Que Eu Comprei Primeiro Aqui No Morro Com Atempesyade Forte Que Ouve Ficou Meio
 morto Mais Naoç Cahia Ucarlito Foi Botou Abaxo Dizendo Que Aesde Mandou Eu Fui La Ase
 sse Que Naoç Mandou Disse Que Ia Fazer Ouyro No Lugar Eu BDDei Umalor Duro Para Naoç
 aoç Botarem Meu Barraco Abaxo Porque Era Uluga Mais Seguro Que Eu Tinha Para Bota a
 Eu OESSO Au Senhor Que Der Um Geito Da Qele Luga Ficar Para Mir Messmo Agradesso

7.9.

Anexo 9 – Memorandum nº 129/66 de 16/09/1966



ESTADO DA GUANABARA

III REGIÃO ADMINISTRATIVA
(RIO COMPRIDO)

Em 16 de setembro de 1966

MEMORANDUM N.º 129/66

Da Chefe do Serviço Social
Ao SR. Administrador da XXIII RA

Senhor Administrador:

Fomos procuradas pelo Sr. JOAQUIM JOSÉ QUINTANILHA que juntamente com o Sr. João Tinoço, Presidente da Sociedade dos Amigos do Morro dos Prazeres, nos expôs a dificuldade para melhorar seu barraco.

Como o local oferece algum perigo, solicitamos a V.Sª. estudar a possibilidade de efetuar uma **vistoria pelo técnico competente.**

Certo de contar com a atenção de V. Sª., apresentamos respeitosa

Saudações

ANICETA CORPEIA DA SILVA
Assistente Social Mat. 131809

7.10.

Anexo 10 - Portaria "E" - SS - Nº 12 de 13/11/1969

PORTARIA "E" - SSS - Nº 12 de 13 de novembro
de 1969:

"ESTABELECE NORMAS PARA OS CGSRs E FUNDAÇÃO
LEAO XIII com base no Decreto "E" número
3 330 de 3 de novembro de 1969".

O Secretário de Estado de Serviços Sociais,
no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições do Decreto "E" nº 3 330 de 3 de novembro de 1969, resolve:
Fixar normas para o cumprimento do referido Decreto.

Título I

Da diretrizes para elaboração dos Estatutos das Associações de Moradores de Favelas.

1 - Da Natureza, da Denominação, dos Objetivos, Sede e Prazo de Duração.

- a) a sociedade deverá ter finalidade filantrópica, conter portan to, objetivos beneficentes e assistenciais calcados em base educativas, caracterizando-se como instituição de bem-estar social;
- b) a assistência ou benefícios serão restritos aos associados ou não;
- c) representar perante as autoridades estaduais.

2 - Dos Associados, seu Diretos, Obrigações e impedimentos;

- a) só poderá ser admitido como sócio, maior de 18 anos, no mínimo com 3 meses de residência na favela ou Centro de Habitação / Provisória;
- b) terá direito ao pleno exercício de suas funções sócios quites com a tesouraria, considerando ou não seus dependentes;
- c) os sócios beneméritos e honorários gozarão dos mesmos direitos - (a critério da Associação), desde que residam na favela ou Centro de Habitação Provisória;
- d) as penas serão impostas pela Diretoria com recurso à Assembléia Geral nos casos de eliminação ou exclusão.

3 - Da Administração:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Diretoria e Conselho Fiscal o poderão ser remunerados.

4 - Da Assembléia Geral;

(Órgão máximo da Associação, constituída de todos os sócios com ou sem dependentes, conforme critérios da Associação, na plenitude de seus direitos estatutários, inclusive, diretores e membros do Conselho Fiscal).

4.1. - Assembléia Geral Ordinária se reunirá para:

- a) eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes - de dois / em dois ou de três em três anos;
- b) apreciação à prestação de contas da Diretoria de seis em seis meses;
- c) sessenta dias antes das eleições - para prestação de contas e escolha dos elementos que farão parte da Comissão Eleitoral;
- d) posse e investidura da Diretoria eleita;
- e) data da fundação da Associação - para conagraçamento dos associados;
- f) estudo, reforma e aprovação dos Estatutos;
- g) deliberação sobre os casos omissos do Estatuto.

4.2. - Assembléia Geral Extraordinária se reunirá quando:

- a) por solicitação feita por dez por cento do quadro dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários;
- b) pelo Conselho Fiscal quando apontadas irregularidades nas contas e a Diretoria, no prazo máximo de trinta dias, não tiver tomado providências cabíveis;
- c) pela maioria da Diretoria.
- d) pelo Presidente.

2.

5. Da Diretoria;

- a) a Diretoria deverá ser constituída, no máximo, de sete elementos com igual número de Suplentes;
- b) à Diretoria caberá a elaboração do Regimento Interno que deverá ser apresentado para discussão e aprovação na 1ª Assembléia / Geral Ordinária ;
- c) Os atos dos membros da Diretoria só poderão ser apreciados e julgados em Assembléia Geral;
- d) As penas aplicadas à Diretoria (advertência, suspensão e eliminação) caberá recurso à Assembléia Geral;
- e) Aos Diretores faltosos, sem motivo justificado a determinado número de reuniões, caberão penalidades (a critério da Associação);
- f) Estabelecer competência aos diversos cargos existentes na Diretoria;
- g) Os mandatos da Diretoria terão a duração mínima de dois anos/ e máxima de três anos, a contar da data da posse;

6. Do Conselho Fiscal;

- a) Emitir parecer mensal sobre as contas da Diretoria;
- b) Emitir parecer conclusivo anual acerca das atividades econômica-financeira da Diretoria;
- c) Fiscalizar o exercício da Diretoria, dentro de suas atividades econômicas e financeiras;
- d) O Conselho Fiscal deverá ser constituído no mínimo de três elementos e igual número de Suplentes.

7. Das Eleições;

- a) Serão elegíveis os sócios inscritos há mais de um ano desincompatibilizados de cargos na Diretoria, três meses (90) dias antes das eleições;
- b) Serão eleitores - sócios e membros de suas famílias, a critério da Associação, desde que maior de dezoito anos e em dia com suas contribuições;
- c) A reeleição só poderá ocorrer uma vez;
- d) As eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser realizadas simultaneamente;
- e) A posse do Conselho Fiscal dar-se-á conjuntamente ou noventa dias após a da Diretoria.

8. Da Aplicação da Receita;

- a) Recolher ao Banco do Estado da Guanabara toda a arrecadação;
- b) Aplicar a receita, se possível, dentro do seguinte critério - 70% (setenta por cento) em atividades educativas, recreativas, assistenciais, esportivas, melhoramentos de caráter coletivo dentro da comunidade, 20% (vinte por cento) em outros programas; 10% (dez por cento) imobilizados sob o título "Fundo de Reserva" com aprovação da Assembléia Geral.

9. Do Patrimônio;

Constituem o Patrimônio da Associação;

- a) Receita;
- b) Bens Móveis e Imóveis;
- c) Valores Adquiridos;
- d) Rendas pelos mesmos produzidas;
- e) Doações e Legados;
- f) Aluguéis e Imóveis;
- g) Juros e Títulos;
- h) Depósitos Bancários;
- i) Os títulos de Renda e Bens (móveis e imóveis) só poderão ser alienados mediante autorização ex pressa de Assembléia Geral.

10. Da Liquidação;

A Associação poderá ser dissolvida quando:

- a) Dois terços dos associados decidirem em Assembléia Geral;
- b) O número de sócios ser reduzir aos membros da Diretoria, a / critérios da Assembléia Geral.

3.

11. Das Disposições Gerais:

- a) A Diretoria deverá se reunir no mínimo duas vezes por mês;
- b) O exercício social deverá coincidir com o ano civil;
- c) As vagas ocorridas na Diretoria serão decididas em Assembléia Geral.

11.1. Na elaboração do Regimento Interno de

verá ser lembrado:

- as lavraturas de atas (reuniões de Diretorias, Assembléias Gerais, Eleições e Posses);
- os estabelecimentos de carteiras de sócios;
- os livros contábeis;
- a criação de Comissões ou Departamentos;
- o Alvará de funcionamento;
- a relação de presenças nas Assembléias Gerais;
- os relatórios anuais das atividades de Diretoria;
- o pagamento da mensalidade;
- a prestação de contas;
- o conceito de dependentes.

Observação: Poderão ser acrescidas tantos itens quantos forem necessários, de acordo com as necessidades e peculiaridades da comunidade.

Título II:

Das eleições

12 - Da Comissão Eleitoral

1.1 - Os trabalhos para a realização de eleições serão sempre / dirigidos por uma Comissão Especialmente designada para esse fim, pelo Secretário de Estado de Serviços Sociais e que se comporá / dos seguintes membros:

- a) 1 (um) representante do Serviço Social Regional (CGSR), que / funcionará como assessor;
- b) 4 (quatro) sócios escolhidos em Assembléia Geral;
- c) 1 (um) representante da FAPEG, em se tratando de Associação / filiada à mesma;
- d) 1 (um) representante do Administrador Regional.

12.1.1. em se tratando de Associação de Moradores orientada pela Fundação Leão XIII, caberá ao Presidente dessa Entidade designar a Comissão, e o Serviço Social Regional será então substituído / por um representante da Fundação Leão XIII.

13. Das diretrizes para prosseguimento do pleito.

13.1. - A Comissão organizará o seu plano de trabalho, observando as recomendações que seguem:

- a) Identificar os associados e demais moradores da eleição que se irá realizar para a escolha dos novos dirigentes;
- b) Proceder o levantamento dos associados, conforme disposição / Estatutária;
- c) Elaborar a relação dos eleitores, segundo o levantamento, até quarenta e cinco dias antes da eleição;
- d) Distribuir cartões de identificação dos maiores de dezoito / anos, considerando os Estatutos da Associação;
- e) Impedir o registro de candidato que seja membro da Comissão / Eleitoral, ou que tenha tido qualquer atuação no processo eleitoral.

14. Do Sistema Eleitoral

14.1. A Comissão Eleitoral poderá elaborar o regulamento das / eleições observando, se possível, o Código Eleitoral Brasileiro.

14.1.1. - Diretrizes Orientadoras do Sistema.

- a) Considerar legal o processo eleitoral, quando houver participação de dois terços dos eleitores às eleições;
- b) As chapas concorrentes serão registradas pela Comissão Eleitoral, no mínimo quinze dias antes das eleições;

4.

- c) Os candidatos a cargos na Diretoria deverão apresentar fôlha/corrída ou similar à Comissão Eleitoral até trinta dias antes da realização do pleito;
- d) O candidato que não apresentar os documentos exigidos, no prazo fixado, poderá concorrer às eleições, desde que a apresentação do referido documento seja feita antes do registro das chapas (a critério da Comissão);
- e) Em se tratando de chapa única, considerar eleita quando contar com os votos de cinquenta por cento mais (um) dos votantes;
- f) Havendo mais de uma chapa, cada qual será distinguida por determinada cor que se colocará no canto direito de cada cédula;
- g) A mesma mesa que dirigir os trabalhos da eleição dirigirá os trabalhos de apuração que terão início imediatamente ao encerramento do processo de votação;
- h) O Presidente da mesa com os representantes da Secretaria de / Serviços Sociais ou da Fundação Leão XIII, informarão o resultado da eleição, logo após a contagem dos votos;
- i) Em caso de dúvida quanto à legitimidade dos atos do processo eleitoral - 48 horas, à mesa que dirigir os trabalhos, a decisão da mesa terá recurso junto à Comissão Eleitoral e desta à Comissão Permanente, instituída pela Portaria "N" - SSS - nº 8 de / 22.9.67 e restabelecida pela Portaria "E" - SSS nº 2 de 7.2.69 ;
- j) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

15 - Da Posse.

15.1. - Dar-se-á a posse:

- a) Dentro de dez dias após o pleito, desde que não exista nenhum impedimento, nos termos do estabelecido na letra "I" do item 14.1.1;
- b) Através do Presidente da Comissão Eleitoral que, chamará os / membros eleitos e orientando-os sobre as suas atribuições, declara-os empossados;
- c) As atribuições da Comissão Eleitoral cessarão no ato de posse da nova Diretoria.

Título III:

Do reconhecimento das Associações de Moradores de Favelas.

16. As Associações de Moradores de Favelas deverão requerer ao / Governador do Estado o seu reconhecimento, consignando:

- a) Nome da Associação;
- b) Endereço;
- c) Região Administrativa onde está situada.

17. Dar entrada do requerimento no protocolo da Secretaria de / Serviços Sociais (Avenida Marechal Câmara nº 350, 10º andar), juntando exemplar de seus Estatutos, em inteiro teor, devidamente / registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e os seguintes documentos;

- a) Duas cópias da ata da eleição da última Diretoria, aprovada e assinada;
- b) Duas relações nominais com identificação completa dos membros de toda a Diretoria;
- c) Em se tratando de Associação com mais de um ano de funcionamento, apresentar cópia do balanço do ano anterior, acompanhado da Demonstração de Receita e Despesa assinado pelo Presidente da entidade, Tesoureiro e Contador ou Técnico de Contabilidade, devidamente credenciado;
- d) Prova de isenção de imposto de renda;
- e) Alvará de localização;
- f) Parecer do CGSR local sobre a Associação e o cumprimento do Decreto "E" nº 3.320-69, no que diz respeito à aceitação do assessoramento.

18. Apresentar o cartão comprovante do requerimento na Seção de Protocolo do COS (Avenida Marechal Câmara nº 350, 10º andar), onde será entregue ao requerente a relação de documentos necessários à instrução do processo.

5.

19. Examinados e aprovados os documentos da Associação requerente, pelo COS, Órgão competente da Secretaria de Serviços Sociais, o processo será encaminhado ao Secretário de Estado de Serviços Sociais, para a devida autorização de registro.
20. Inscrita a Associação expedir-se-á um certificado de reconhecimento, dando-lhe o direito de representar, oficialmente, os moradores da localidade junto aos Órgãos de Estado.
21. Havendo mais de uma Associação de Moradores na mesma favela ou Centro de Habitação Provisória proceder-se-á de acordo com o art. 4º parágrafo único do Decreto "E" número 3.330, de 3.11.69, considerando-se:
- a) A Associação que congregar atualmente nos seus quadros, maior número de sócios;
 - b) O exercício normal de suas funções;
 - c) O preenchimento legal de todos os cargos da Diretoria;
 - d) A organização administrativa (Estatutos devidamente registrados, atividades de tesouraria em livros contábeis apropriados, livros de atas contendo registros de reuniões de Assembléia Gerais, Eleições, Passos, etc);
 - e) O tempo de existência (relatório das atividades).
22. A apresentação eficiente, pelas Associações de Moradores, da documentação mencionada, deverá ser analisada e complementada se necessário através de Plebiscito.
23. Ao Plebiscito impõe-se um trabalho anterior de preparação da comunidade onde deverá o mesmo ser realizado.
24. Admitida a realização do Plebiscito estabelece-se a seguinte orientação;
- 24.1. Os trabalhos serão dirigidos por uma Comissão Especial designada, para esse fim, pelo Senhor Secretário de Estado de Serviços Sociais e se comporá dos seguintes membros:
- a) Um representante do CGSR ou da CFL quando a favela estiver / sob a orientação direta da Fundação que funcionará como Assessor;
 - b) Dois representantes indicados pela Diretoria da Associação;
 - c) Dois representantes da FAFEG, em se tratando de Associação filiada à mesma;
 - d) Um representante do Administrador Regional da área.
25. Cada chapa indicará representantes seus que supervisionados e coordenados pela Comissão Especial procederão o levantamento geral dos moradores, maiores de dezoito anos, residentes na Favela ou CHP.
26. A fôlha de votação será organizada pela Comissão, segundo o levantamento, trinta dias antes do Plebiscito.
27. Por ocasião do levantamento, o maior de dezoito anos receberá um cartão de identificação.
28. Não deverão tomar parte na Comissão Especial, nem no levantamento dos moradores, membros da Diretoria atual das Associações.
29. Deverá constar, obrigatoriamente, na cédula de votação o nome da Associação e o de seu Presidente.
30. No que for aplicável, observar-se-á durante os trabalhos do Plebiscito as normas estabelecidas no Título II das eleições.
31. A Associação que for escolhida deverá cumprir as exigências estabelecidas no Decreto "E" nº 3.330, de 3.11.69, podendo inclusive, alterar sua denominação

Título IV:

Da concessão de licença para consertos e pequenas reformas de / barracos em Favelas.

32. O pedido de autorização para pequenos reparos e consertos de barracos em favelas deverá ser feito nos termos estabelecidos no art. 2º do Decreto "E" nº 3.330, de 3.11.69, constando no mesmo o que se pretende realizar.

- 6.
- 32.1. - Em se tratando de favelas que ainda não possuem Associação de Moradores, o pedido deverá ser feito pelo interessado diretamente ao CGSR respectivo.
- 32.1.1 - Os pedidos deverão ser comunicados aos coordenadores das áreas regionais, para então serem examinados pela Comissão designada pela Portaria "P" - SSS nº 14 de 1º de abril de 1969.
33. A permissão deverá ser expedida pela Associação de Moradores, sempre a título precário, sendo indispensável o "de acôrdo" da Comissão Permanente "P" - SSS nº 14 de 1º de abril de 1969, a quem caberá verificar a situação física da área.
- 34 - A Associação de Moradores caberá a fiscalização da execução das obras permitidas a fim de que não haja desvirtuamento das concessões.
35. A permissão será expedida em cinco vias; a 1ª será remetida ao morador; a 2ª à Região Administrativa; a 3ª ao CGSR, a 4ª à Comissão Permanente "P" - SSS nº 14 de 1º de abril de 1969, e a 5ª arquivada na Associação de Moradores.
36. Serão interditadas as obras que estiverem sendo feitas sem autorização da Associação de Moradores e as que estiverem ultrapassando os limites da concessão.
37. A Associação de Moradores caberá a demolição das obras levadas a efeito em desacôrdo com o estabelecido no item 33.
38. Quanto ocorrer a interdição, o responsável pela obra deverá ser imediatamente notificado e, no prazo de setenta e duas horas, tomar as devidas providências.
39. O material resultante da demolição será entregue ao responsável pela obra.
40. Nenhuma indenização caberá por pequenas reformas e consertos efetuados em barracos das favelas, em casos de erradicação, demolição ou remoção.
41. Será cassada a permissão dada, e interditada a obra que estiver sendo realizada sob pagamento de alguma taxa a Associação de Moradores ou a terceiros.
42. A Associação de Moradores que fizer uso indevido do direito que lhe está sendo dado (conceder permissão para conserto de barracos em favela) responderá junto à Comissão criada pela Portaria "N" nº 8 de 28 de setembro de 1967, revogada em março de 1969, além de outras responsabilidades perante a Justiça.
43. O material empregado no conserto ou reforma de moradia deverá ser da mesma espécie de anteriormente usado na construção.
44. É proibido o aumento da casa (área de construção) quer no sentido horizontal ou vertical.

Título V

Da Intervenção:

- 45 - Caberá a Intervenção quando por infração do art 3º do Decreto "E" nº 3.330, de 3.11.69.
- 45.1. Qualquer solicitação de intervenção será decidida em Assembléia Geral, devendo em seguida ser dirigida ao Secretário de Estado de Serviços Sociais.
46. Formando o processo regular na Secretaria de Serviços Sociais, deverá o mesmo ser enviado à Comissão Permanente restabelecida pela Portaria "E" - SSS nº 2 de 7.2.69.
47. Constatada a validade da intervenção será nomeada, pelo Secretário de Estado de Serviços Sociais, uma Junta, observando-se:
- a) A Junta Interventora será constituída levando-se em conta a densidade populacional da comunidade, e o número de membros não poderá ser inferior a cinco nem superior a nove;
 - b) A escolha deverá recair em duas pessoas indicadas pela Diretoria sob intervenção e dos demais membros pela Assembléia Geral.
 - c) Os membros que compor a Junta Interventora se organizarão na Diretoria provisória;

7.

d) Sempre que a solicitação da intervenção for feita pela FAFEG e a Associação de Moradores for a ela filiada, deverá fazer parte da Junta Interventora um elemento da referida entidade.

48. O tempo de vigência da Junta Interventora será de cento e vinte dias, período em que procederão as eleições da Diretoria efetiva.

29. É atribuição da Junta Interventora designar a Comissão Eleitoral, conforme o estabelecido no Título II - da eleições.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário - Victor / de Oliveira Pinheiro, Secretário de Estado de Serviços Sociais.

D.O. - dia 26.11.69 - quarta feira

7.11.

Anexo 11 – Ata Reunião da Diretoria SAMP de 30/05/1970

Reunião da Diretoria da SAMP. em 30 de Maio de 1970

ORDEM XXXIX DO DIA

- 1º Leitura da Ata Anterior discussão e Aprovação da Mesma.
- 2º Pedido do Frei Raimundo para que Asamp tome parte na Festa Junina que devera ser Realizada no mes de Junho;;; ele tem algumas Pessoas para Participarem
- 3º Caso do Associado Agripino Felix Vidal o acontecimento do dia 26/ 5 / 70
- 4º Fazer um Abaixo Assinado encabeçado pelos Frei com um Numero muito elevado de Assinaturas, e levarmos A o Senhor Governador do Estado pedindo o posto Policial, e um telefone, e pedirmos Ao sr, Administrador uma cobertura do Policiamento localizado no Morro da Coroa ate que tenha mos o noso Posto para isto vamos pedir ao Frei Raimundo para nos facilitar o seu telefone ou possivelmente uma estenção se duver condições, Apartir do dia 26/ 5 / 70 fica Oficializado e Obrigatorio o uso do Livro de Ocorremcias da samp,
- 5º Assembleia geral para o Mes de Junho para alguns Asuntos necesario como pprestação de contas e sobre o Aniverçario da Sociedade no meis de Agosto se Vamos fazer ou não uma festinha? e deliberamos sobre os candidatos que vão Preencher a vaga do Diretor Renunciado,
- 6º Asuntos Gerais caso haja alguns)

Guanabara em 30 de Maio de 1970

Presidente J. Tinoco

7.12.

Anexo 12 – Ofício de Solicitação de Caçambas de Lixo de 26/07/1970

SOCIEDADE DE AMIGOS DO MORRO DOS PRAZERES
RUA GOMES LOPES — SANTA TEREZA — RIO — GB

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1970.

Ilmo. Sr.
JOSÉ DE OLIVEIRA REIS
Administrador de Santa Teresa
N E S T A

Presado Senhor


Formulamos a presente a fim de solicitar a V.Sa. o seguinte:

Quatro cassambas para depositos de lixo, para ficarem nos seguintes pontos, uma na rua Gomes Lopes, uma em frente a Sociedade, uma na altura do antigo 912 da Rua Almirante Alexandrino e uma na Equitativa.

Como a V.Sa. sabe o referido trexo está praticamente cheios de lixo nas ruas e em terreno particulares, pois já temos reclamações dos proprietários, como não temos recursos para retirado do lixo solicitamos a V.Sa. estas casambas para resolver mais um problema nosso.

Certo da atenção de V.Sa. ao acima exposto, reafirmamos os nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Agradecemos aqui respeitosamente,



PELA DIRETORIA DA S.A.M.P.

Sr. João Tinoco
- Presidente -

7.13.

Anexo 13 – Ofício SAMP à 8ª Delegacia Distrital de 18/12/1970

SOCIEDADE DE AMIGOS DO MORRO DOS PRAZERES
RUA GOMES LOPES — SANTA TEREZA — RIO — GB

RIO DE JANEIRO 18 DE DESEMBRO DE 1970

S. R. DR. DELEGADO DA 8ª delegacia distrita

Venho por meio desta comunicar ao senhor que esteve nesta sociedade o associado sr. wilson anselmo fazer uma queixa a respeito de uma cerca que divide o barraco do senhor wilson com o seu visinho .

Fomos ao local para ver como estava a situação e propormos um acôrdo aos dois o qual não foi aceito e nosso problema aqui e de resolver os problemas sem brigas e sem confusão porque não temos autonomia se meter em briga de morarod procuramos resolver as coisas na calma e no acôrdo mais quando não existe calma nen acôrdo de ambas as partes nois mandamos o caso para a delegacia pois la e que e o lugar de resolver .

Peço ao senhor em nome da diretoria que resolva o caso deste dois moradores pois nois não podemos pois o caso deles não e acôrdo

PRESIDENTE DA SAMP

8 Apêndices

8.1. Apêndice A – Roteiro Orientador para entrevista

Roteiro orientador para entrevista

CAMPO: Dados pessoais

Nome:

Tem algum nome que você gosta de ser chamada?

CAMPO: História de Vida

Quando falamos de pessoas que fizeram a história do Morro dos Prazeres, quais nomes de pessoas vem a sua memória?

O que você se recorda sobre como eles cooperaram para a melhoria da vida na comunidade?

CAMPO: Mobilização Comunitária

Como você percebe a mobilização comunitária no Morro dos Prazeres?
Qual o seu nível de participação nos eventos promovidos na comunidade?
Como você classificaria o seu nível de relação com as pessoas que moram no morro dos Prazeres?

Quando você sai para participar de alguma atividade, você convida outras pessoas a participar? Porque?

CAMPO: percepções sobre o lixo

O que é lixo para você?
Você considera sua área limpa?
Você tem percebido diferenças na questão da limpeza na favela?

Para além da favela, você acha que alguma coisa mudou na sua vida?

Você recicla o seu lixo (resíduo)?

CAMPO: Ações Educativas

Você participa das ações educativas que tem acontecido no Morro dos Prazeres?
Você poderia contar um pouco sobre as ações educativas que você participou sobre o lixo?
O que tem te estimulado a participar das ações educativas?
A que você atribui esta vontade de participar?

Poderia me dar exemplos?

8.2.

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA PUC-RIO

O presente termo dá-se em atendimento a Resolução CNS 466/2012, destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada "**A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres**". A pesquisa de dará sob a responsabilidade do pesquisador João Batista Pereira da Silva, aluno do curso de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, ressaltando os seguintes aspectos:

Objetivo: compreender a importância da mobilização comunitária ocorrida no Morro dos Prazeres no enfrentamento da questão do lixo em favela e caracterizar qualitativamente os aspectos relevantes que orientaram esta prática.

Metodologia: realizar-se-á pesquisa de campo através de um roteiro com perguntas abertas com o objetivo de analisar e apreender, a partir do olhar dos entrevistados, os aspectos da mobilização comunitária para o enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres.

Suas respostas serão tratadas e os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa. Os resultados poderão ser divulgados em eventos, livros e/ou revistas científicas.

Justificativa e Relevância: faz-se necessária a pesquisa sobre a mobilização comunitária para o enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres, porque poderá trazer elementos que cooperem com os estudos sobre a temática dos resíduos sólidos nos territórios de favela. Para o campo acadêmico, pode trazer subsídios que permitirão a outros pesquisadores a desenvolver tecnologias participativas que cooperem para a resolução da questão dos resíduos sólidos em favelas. Mesmo que não seja o foco deste estudo, de certo poderá também trazer contributos para se planejar a ação na questão dos resíduos sólidos em territórios de difícil acessibilidade.

Confidencialidade do estudo: o estudo dar-se-á no Morro dos Prazeres as falas serão gravadas e transcritas pelo pesquisador. A identidade dos voluntários participantes será preservada. Os entrevistados, quando citados no estudo, serão nomeados por iniciais de seus nomes.

Garantia de esclarecimento: os voluntários participantes terão todas e quaisquer formas de esclarecimento e informações sobre a pesquisa, dúvidas, bem como da metodologia da pesquisa adotada a todo e qualquer momento.

Participação Voluntária: A participação dos sujeitos da pesquisa no projeto é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração e que o mesmo pode retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento.

Consentimento para participação: eu estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecido quanto os objetivos da pesquisa e aos procedimentos. O pesquisador me garantiu disponibilizar qualquer esclarecimento adicional a que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Eu, _____

Aceito livremente participar do estudo intitulado “A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres”, desenvolvido pelo pesquisador João Batista Pereira da Silva, condutor desta pesquisa para o trabalho Dissertação de Mestrado.

Data: ____/____/____

Assinatura do/da entrevistado (a): _____

Mestrando: João Batista Pereira da Silva

Professor (a) Orientador (a): Professora. Dra. Valéria Pereira Bastos

Contato do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio: (21) 3527-1290